



**UNIVERSIDADE DO ESTADO DO AMAZONAS (UEA)
ESCOLA SUPERIOR DE ARTES E TURISMO (ESAT)
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO INTERDISCIPLINAR EM
CIÊNCIAS HUMANAS (PPGICH)**

**MULHERES, MEMÓRIA E VIOLÊNCIA: REPRESENTAÇÕES E EXPERIÊNCIAS NO
ÂMBITO DO CONFLITO ARMADO COLOMBIANO**

MANAUS – AM

2022

MARTHA CECILIA MACHADO VELASCO

**MULHERES, MEMÓRIA E VIOLÊNCIA: REPRESENTAÇÕES E EXPERIÊNCIAS NO
ÂMBITO DO CONFLITO ARMADO COLOMBIANO**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-graduação Interdisciplinar em Ciências Humanas (PPGICH), da Universidade do Estado do Amazonas (UEA), como requisito parcial para a obtenção do título de Mestre em Ciências Humanas.

Orientador: Prof. Dr. Pedro Henrique Coelho Rapozo

MANAUS – AM

2022

MARTHA CECILIA MACHADO VELASCO

**MULHERES, MEMÓRIA E VIOLÊNCIA: REPRESENTAÇÕES E EXPERIÊNCIAS NO
ÂMBITO DO CONFLITO ARMADO COLOMBIANO**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-graduação Interdisciplinar em Ciências Humanas (PPGICH), da Universidade do Estado do Amazonas (UEA), como requisito parcial para a obtenção do título de Mestre em Ciências Humanas.

Orientador: Prof. Dr. Pedro Henrique Coelho Rapozo

Dissertação defendida e aprovada no dia 13 de março de 2022.

BANCA EXAMINADORA

Dr. Pedro Henrique Coelho Rapozo (PPGICH – UEA). Orientador-Presidente

Dra. Lucia Marina Puga Ferreira (PPGICH – UEA). Avaliadora Interna

Dra. Rosa Elizabeth Tabares Trujillo (Universidade do Cauca – Colômbia).
Avaliadora Externa

MANAUS – AM

2022

Catálogo na fonte

Bibliotecária responsável: Sásghala Maciel CRB1/673-AM

V433m Velasco, Martha Cecilia Machado

Mulheres, memória e violência: representações e experiências no âmbito do conflito armado colombiano / Martha Cecilia Machado Velasco; orientador Pedro Enrique Coelho Rapozo. - - Manaus, AM: [s.n.], 2022.

152fls.; fig. col.: Publicação digital (.pdf)

Dissertação (Programa de Pós-Graduação Interdisciplinar em Ciências Humanas-PPGICH). Universidade do Estado do Amazonas. Escola Superior de Artes e Turismo, 2022.

Inclui referências, anexos.

Publicação digital disponível em: <https://pos.uea.edu.br/cienciashumanas/>

1. Dissertação - Programa de Pós-Graduação Interdisciplinar em Ciências Humanas - PPGICH 2. Memória - Violência 3. Conflito armado 4. Mulheres I. Rapozo, Pedro Enrique Coelho II. Mulheres, memória e violência.

CDU1997 – 355.425.4(861)

UNIVERSIDADE DO ESTADO DO AMAZONAS – www.uea.edu.br
Biblioteca Setorial de Artes e Turismo
Av. Leonardo Malcher, 1728 – Ed. Professor Samuel Benchimol
Centro – CEP 69010-170 – Manaus-AM.

AGRADECIMENTOS

Inicialmente, quero agradecer a Deus, por ter me dado força, coragem e desejo de seguir em frente, apesar dos múltiplos obstáculos que a estrada me apresentou. Deus é sempre o melhor guia, em todos os momentos.

Ao meu marido Luis Felipe, porque ele sempre acreditou em mim e me levou ser melhor a cada dia; seu apoio incondicional me levou a ser a mulher que sou hoje.

Para meus filhos, Daniel, Camilo e Juan Felipe, pois é por eles que acordo todos os dias, sempre tentando ser um exemplo de superação e realização. O apoio incondicional, mesmo a distância, quando tive que deixá-los em busca dos meus sonhos, foi muito importante. Suas palavras de incentivo me permitiram concluir essa fase da minha vida.

Aos meus pais, por me darem a vida e pelos exemplos de luta, perseverança e resistência que recebi de ambos. Com eles, aprendi a ser e a fazer.

Para minha melhor amiga Nazly, por ser minha companheira em aventuras, por estar comigo naqueles dias de trabalho de campo, por me dar sua mão incondicionalmente. Parte deste trabalho não seria possível sem sua valiosa colaboração.

Ao meu assessor e diretor de tese, Dr. Pedro Rapozo, pela paciência e contribuições valiosas para chegar ao final desta pesquisa.

À respeitável professora Dra. Elizabeth Tabares, porque, sem pensar duas vezes, tornou-se minha guia, desde que comecei essa aventura de ser profissional. Desde a universidade ela está comigo e muito do que eu sei e sou hoje como antropóloga é graças a ela e a seus ensinamentos.

À Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes), pois graças ao seu apoio e financiamento foi possível realizar esta pesquisa.

Às mulheres que contaram suas histórias, pois as contribuições foram fundamentais para a realização deste trabalho. É por elas e para elas que escrevo essas linhas.

À Associação de mulheres ADMUCINAM e à Fundação CHIYANGUA, por abrirem as portas de suas organizações para mim e me permitirem conhecer seus trabalhos e as grandes contribuições que estão fazendo para a sociedade colombiana.

E a cada um que, de uma forma ou de outra, acompanhou-me, motivou-me, suportou-me, agradeço infinitamente.

Este é o fim de uma etapa, mas a estrada ainda não está concluída, somente no final dos nossos dias.

Obrigada!

RESUMO

O conflito armado colombiano é sem dúvida um cenário no qual o papel das vítimas tomou relevância nos últimos anos. Os processos de construção de memória por meio dos quais recorrem os indivíduos vinculados direta e indiretamente a esse fenômeno têm se convertido numa ferramenta fundamental para narrar o acontecido e ao mesmo tempo é o elemento fundamental com o qual os colombianos discutem a paz em seus territórios. Esta pesquisa centra seu interesse na voz das mulheres vítimas do conflito e em suas histórias, mediante os processos de reconstrução da memória como portadoras de paz nas suas comunidades. Para esta investigação, realizamos um trabalho bibliográfico e documental que aborda as diferentes conceituações teóricas a partir das ciências humanas; o trabalho complementar foi realizado pela etnografia e entrevista semiestruturada como principal ferramenta de coleta de informação em campo. Neste contexto, buscamos compreender o papel e a atuação política das mulheres na construção coletiva da memória social e histórica ante suas experiências e vivências no âmbito do conflito armado nas regiões colombianas de Cauca e Amazonas. Ao mesmo tempo, buscamos analisar como são produzidas as memórias sobre o modo de vida das mulheres no contexto do conflito armado, assim como compreender as relações de poder que se estabelecem sobre o papel da mulher no território dos referidos conflitos e caracterizar as representações que as mulheres produzem de si e de seus modos de vida no contexto da violência.

Palavras-chave: memória; violência; conflito armado colombiano; mulheres.

RESUMEN

El conflicto armado colombiano es sin duda un escenario en el cual el papel de las víctimas toma relevancia en los últimos años, los procesos de construcción de memoria a través de los cuales recurren los individuos vinculados directa e indirectamente a este fenómeno se han convertido en una herramienta fundamental para narrar lo acontecido y al mismo tiempo es un elemento fundamental con el cual los colombianos dialogan sobre paz en sus territorios. Esta investigación centra su interés en la voz de las mujeres víctimas del conflicto y sus historias a través de los procesos de reconstrucción de la memoria como portadoras de paz en sus comunidades. Para esta investigación se lleva a cabo un trabajo bibliográfico y documental que aborda las diferentes conceptualizaciones teóricas a partir de las ciencias humanas; de igual manera se complementa la investigación con el uso de la etnografía y la entrevista semiestructurada como principal herramienta de recolección de información en campo. En este contexto, se busca comprender el papel y la actuación política de las mujeres en la construcción colectiva de memoria social e histórica frente a sus experiencias y vivencias en el marco del conflicto armado en las regiones de Cauca y Amazonas. Al mismo tiempo se busca analizar cómo son producidas las memorias sobre el modo de vida de las mujeres en el contexto del conflicto armado, así como comprender las relaciones de poder que se establecen sobre el papel de la Mujer en territorios de conflictos armados como también, caracterizar las representaciones que las mujeres producen de sí y de sus modos de vida en contextos de violencia.

Palabras-clave: memoria; violencia; conflicto armado colombiano; mujeres.

ABSTRACT

The Colombian Armed Conflict is with no doubt a situation in which the role of the victim took relevance in the last years, the process of that memory reconstruction in which the individuals that are connected direct and indirectly to this phenomenon have converted into an essential tool to narrate what happened and at the same time, it's an essential element in which the Colombian folk dialogue about peace on their territories. This research focuses its interest in the voice of the female victims of the conflict and its histories through the process of reconstruction of the memory as the peace bearers in their communities. For this research, it's carried out by a bibliographic and documental labor that addresses the different theoretical concepts starting from the human studies; in the same way it complements the research with the use of ethnography and the semi-structured interview as the main tool to collect data in the countryside. In this context, it seeks to understand women's role and political performance in the collective construction of the social and historical memories based on their experiences in the armed conflict scenario on the regions of Cauca and the Amazonas. At the same time, it looks to analyze and understand the memories of women's daily life in the armed conflict context, as well as understanding the power relations that are established on the women's role in the armed conflict territories and distinguish the representations that women produce of themselves and their lifestyles in violence contexts.

Key words: memory (records); violence; Colombian Armed Conflict; women.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 – Localização geográfica do departamento do Amazonas na Colômbia	20
Figura 2 – Localização do Município de Guapi – Cauca	23
Figura 3 – Margens do Rio Guapi, município de Guapi – Cauca	24
Figura 4 – Logotipo da Fundação CHIYANGUA	27
Figura 5 – Logotipo da Associação de Mulheres ADMUCINAM.....	28
Figura 6 – Logotipo do Centro Nacional de Memória Histórica – Colômbia.....	53
Figura 7 – Logotipo da Comision da Verdade – Colômbia.....	55
Figura 8 – Curso “Conhecendo os diálogos de paz”, Fundação CHIYANGUA. Município de Guapi – Cauca	89
Figura 9 – Curso “Conhecendo os diálogos de paz”, Fundação CHIYANGUA. Município de Guapi – Cauca	90
Figura 10 – Curso “Conhecendo os diálogos de paz”, Fundação CHIYANGUA. Município de Guapi – Cauca	92
Figura 11 – Curso “Formulação de projetos”. Fundação CHIYANGUA. Realizado com apoio do Grupo de Pesquisa ANTROPACIFICO e ministrado pelas antropólogas Martha Cecilia Machado e Nazly Nathali Vasquez	105
Figura 12 – Integrantes do curso “Formulação de projetos”. Fundação CHIYANGUA. Realizado com apoio do Grupo de Pesquisa ANTROPACIFICO e ministrado pelas antropólogas Martha Cecilia Machado e Nazly Nathali Vasquez	106
Figura 13 – Integrantes do curso “Formulação de projetos”. Fundação CHIYANGUA. Realizado com apoio do Grupo de Pesquisa ANTROPACIFICO e ministrado pelas antropólogas Martha Cecilia Machado e Nazly Nathali Vasquez	107
Figura 14 – Integrantes do curso “Formulação de projetos”. Fundação CHIYANGUA. Realizado com apoio do Grupo de Pesquisa ANTROPACIFICO e ministrado pelas antropólogas Martha Cecilia Machado e Nazly Nathali Vasquez	108
Figura 15 – Trecho do texto “Economia do cuidado: minhas tarefas contam para um território em igualdade”, publicado pela Fundação CHIYANGUA.....	109
Figura 16 – I Encontro para Atenção Psicossocial para a reconstrução do tecido social de ADMUCINAM. Estratégia do programa “Entrelaçamento da Unidade de vítimas”.....	110

Figura 17 – I Encontro para Atenção Psicossocial para a reconstrução do tecido social de ADMUCINAM. Estratégia do programa “Entrelaçamento da Unidade de vítimas”	111
Figura 18 – I Encontro para Atenção Psicossocial para a reconstrução do tecido social de ADMUCINAM. Estratégia do programa “Entrelaçamento da Unidade de vítimas”	112

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 – Caracterização das interlocutoras	26
Quadro 2 – Tipos de Violência de Gênero	38
Quadro 3 – Períodos da Violência na Colômbia	58
Quadro 4 – Caracterização dos grupos armados ilegais na Colômbia	65
Quadro 5 – Definição de categorias de fato vitimizante	73

LISTA DE SIGLAS

ADMUCINAM	Associação de Mulheres Camponesas, Indígenas e Negras da Amazônia
DANE	Departamento Administrativo Nacional de Estatística
CNPV	Censo Nacional de População e Habitação
INCORA	Instituto Colombiano de Reforma Agrária
ADMUCIC	Associação Nacional de Mulheres Camponesas, Negras e Indígenas da Colômbia
CEDAW	Convenção sobre a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação contra as Mulheres
CNV	Comissão Nacional da Verdade (Brasil)
CONADEP	Comissão Nacional sobre o Desaparecimento de Pessoas (Chile)
CNMH	Centro Nacional de Memória Histórica
CV	Comision de la Verdad
MRL	Movimento Revolucionário Liberal
MOIR	Movimento Obreiro Independiente Revolucionário
ANAPO	Aliança Nacional Popular
FARC-EP	Forças Armadas Revolucionárias da Colômbia, Exército do Povo
ELN	Exército de Libertação Nacional
EPL	Exército Popular de Libertação
M-19	Movimento Dezenove de Abril
AUC	Autodefensas Unidas de Colômbia
RUV	Registro Único de Vítimas
ACNUR	Alto Comissariado das Nações Unidas para os Refugiados
ONU	Organização de Nações Unidas
UFC	Union Feminina de Colombia
DDHH	Derechos Humanos

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO	13
1.2 Metodologia de pesquisa	15
1.3 Tipo de pesquisa	15
1.4 Técnicas e recursos utilizados	16
1.5 Dificuldades no processo de pesquisa	17
1.6 Delimitação do território de pesquisa	19
1.6.1 Letícia – Amazonas	19
1.6.2 A tríplice fronteira	21
1.6.3 Guapi – Cauca	22
1.6.4 A realidade social do município de Guapi – Cauca.....	23
1.7 Delimitação das interlocutoras	25
2 OS MARCOS CONCEITUAIS SOBRE A VIOLÊNCIA, GÊNERO E MEMÓRIA	31
2.1 Os estudos sobre a Violência: territórios em disputa	31
2.2 A perspectiva de gênero nos estudos da violência	39
2.3 A memória histórica e social como ferramenta analítica dos estudos sobre violência	42
2.4 Gênero e Memória: o que a inclusão da categoria de gênero contribui para a construção da memória e a compreensão do conflito armado?	45
2.5 Memória como recurso para tornar o passado visível no presente	49
3 AS CARACTERÍSTICAS DO CONFLITO ARMADO COLOMBIANO E DAS VÍTIMAS	57
3.1 Violência na Colômbia	57
3.2 Conflito Armado Interno	61
3.2.1 Características do conflito armado	63
3.2.2 Atores do conflito	64
3.2.3 Diálogos de paz	68
3.3 As vítimas do conflito armado interno da Colômbia	72

3.4 Um olhar acerca da perspectiva étnica sobre o interior do conflito	76
3.5 As mulheres vítimas do conflito	80
3.5.1 Uma abordagem voltada aos desconfortos de ser mulher no contexto do conflito armado: a violência sexual como arma de guerra	81
3.6 Não há pós-conflito para as mulheres: vitimização contínua	85
4 NARRATIVAS COLETIVAS DA AGÊNCIA PARA A PAZ	92
4.1 A importância de recorrer à memória social para dar voz	93
4.1.1 Narrando como um ato individual, narrando como um ato coletivo	94
4.2 Movimentos de mulheres na colômbia: lutas transitórias, lutas definitivas	96
4.2.1 Somos líderes sociais.....	101
4.3 Mulheres fortalecem laços e buscam: ferramentas na construção da paz	104
5 REFLEXÕES FINAIS	115
REFERÊNCIAS	122
ANEXO A – ROTEIRO DE ENTREVISTAS	129
ANEXO B – ENTREVISTAS (ESPAÑHOL)	132

1. INTRODUÇÃO

A naturalização da violência contra as vítimas civis no interior do conflito armado colombiano encobriu durante muito tempo o impacto sobre as distintas populações em todo o país. Apenas recentemente, aspectos como idade, etnia e gênero passaram a ser considerados para compreender a natureza e as consequências que os confrontos armados têm deixado a essas populações. Neste contexto, somente nas últimas décadas houve um reconhecimento explícito da violência de gênero contra as mulheres, sendo elas as mais diretamente afetadas pelos efeitos negativos gerados pela guerra.

A conjuntura atual na Colômbia supõe um desafio à sociedade para enfrentar e superar os trágicos episódios que a guerra tem deixado. Depois de mais de cinco décadas de violência, a história que se escreveu foi marcada por tensões e confrontos, mas ao mesmo tempo mostrou-se um cenário de transformação social, no qual se apresentam diferentes tipos de manifestações que permitem um avanço na construção da paz por meio de ferramentas como a memória. Os exercícios da memória funcionam como um instrumento eficaz de reconstrução do tecido social, ao mesmo tempo que projeta experiências individuais e coletivas na esfera pública. De acordo com isso, a memória se converte no espaço de articulação que a guerra tem fragmentado.

Nessa direção, esta pesquisa centrará seu interesse nas vivências e experiências que as mulheres vítimas do conflito têm experimentado e como, a partir do trabalho de reconstrução da memória social no âmbito individual e coletivo, essas passaram a recorrer aos caminhos da reconciliação e da construção da paz em seus territórios. Diante disso, este estudo faz um destaque do trabalho construído pelas associações de mulheres localizadas em regiões estratégicas da Colômbia, as quais têm sido impactadas diretamente pela violência.

As associações de mulheres CHIYANGUA, localizada no município de Guapi, no Pacífico Colombiano, e a *Asociacion de mujeres campesinas, indígenas y negras del Amazonas*¹ (ADMUCINAM), localizada na cidade de Letícia – Colômbia, Amazonas –, são a clara manifestação do trabalho incessante das construtoras e reconstrutoras do tecido social fragmentado em suas regiões, a partir do exercício da memória.

¹ As siglas estão no espanhol.

Visibilizar as memórias locais e os sentidos associados a elas implica, por sua vez, reconhecer as narrativas dos processos sociais e políticos que se inscreveram nas experiências vividas pelas mulheres na guerra. De fato, para esses grupos de mulheres, a memória pode se traduzir no relato exterior das comunidades onde moram, revelando-se num exercício de construção participativa de saberes sobre a guerra e seus impactos.

Nessa trajetória, duas das principais questões norteadoras desta investigação são:

a) Qual é o papel e o desempenho político das mulheres na construção coletiva da memória histórica e social?;

b) Quais foram suas experiências individuais e coletivas no contexto do conflito armado em suas regiões?

Considerando essas questões principais, o objetivo geral destacado é: compreender o papel e a atuação política das mulheres na construção coletiva da memória social e histórica ante suas experiências e vivências no âmbito do conflito armado, tendo como eixo central a Fundação CHIYANGUA, no município de Guapi – Cauca –, e a Associação de Mulheres ADMUCINAM, na cidade de Letícia, Amazonas, na Colômbia.

Como objetivos específicos, são evidenciados três: a) analisar como são produzidas as memórias sobre o modo de vida das mulheres no contexto do conflito armado; b) compreender as relações de poder que se estabelecem sobre o papel da mulher no território dos conflitos armados; c) caracterizar as representações que as mulheres produzem de si e de seus modos de vida no contexto da violência.

Este exercício de pesquisa faz um destaque da importância de recorrer aos marcos da memória como elemento central de análise teórica e conceitual. Igualmente no quadro teórico da pesquisa, toma-se a importância de categorias de análise, como: violência, gênero e conflito armado, configurando assim elementos teóricos que permitem sustentar o processo de pesquisa².

Para que esta pesquisa fosse feita e alcançasse os objetivos, estabeleceu-se como metodologia a análise qualitativa, com técnicas direcionadas à etnografia, à entrevista semiestruturada e às histórias de vida para a coleta de informação no campo. Para isso, foram realizadas dez entrevistas junto às mulheres que fazem parte das associações CHIYANGUA e

² Cada uma das categorias de análise que são mencionadas aqui serão amplamente definidas e relacionadas com o contexto de pesquisa no presente capítulo.

ADMUCINAM, como também visitas aos lugares onde as associações se encontram, observando seus diálogos e participações coletivas em grupos.

De acordo com as descrições anteriormente mencionadas, foi estabelecida uma estrutura para a esta dissertação, na qual se parte da organização de três seções posteriores a esta introdução, apresentadas da seguinte forma:

A primeira seção se baseia principalmente nos marcos teórico e referencial que abordam as categorias de análise implícitas na pesquisa. Da mesma forma, reúne uma abordagem geral sobre a categoria de memória e sua importância nos contextos de violência. Assim, finaliza-se com uma reflexão sobre como o gênero aporta na construção de memória para entender e compreender o fenômeno do conflito armado.

A seção posterior centra seu interesse numa abordagem histórica do que tem sido o surgimento da violência e do conflito armado na Colômbia, a partir da análise dos diferentes percursos bibliográficos disponibilizados sobre o tema. Posteriormente, mostra-se uma visão geral da situação das vítimas, em decorrência do conflito armado interno e, em seguida, analisa-se as mulheres vítimas desse contexto, assim como a situação dos seus direitos individuais e coletivos na Colômbia.

A seção seguinte, baseada na construção de histórias e entrevistas de vida, ocorre como uma jornada pelos diferentes momentos em que as mulheres recorrem à memória como ferramenta narrativa e como, a partir do trabalho comunitário e da organização das associações, elas se tornam porta-vozes em suas comunidades, buscando gerar uma contribuição significativa para a construção da paz na Colômbia.

1.2 Metodologia de pesquisa

Nesta subseção serão apresentados os procedimentos metodológicos, considerando a forma de abordagem e as técnicas de pesquisas que se pretende utilizar.

1.3 Tipo de pesquisa

Este trabalho situa-se numa metodologia qualitativa relacionada ao processo etnográfico como ferramenta-chave na pesquisa em ciências sociais e humanas. Guber (2001) afirma que a

etnografia é uma concepção e prática de conhecimento cujo objetivo consiste em compreender os fenômenos sociais a partir da perspectiva de seus membros (entendidos como “atores”, “agentes” ou “sujeitos sociais”). De acordo com isso, o método etnográfico é aquele pelo qual o pesquisador vai produzir dados que constituem a evidência de uma forma particular de texto, “a etnografia”, que é antes de tudo uma forma de argumentação na qual o pesquisador pode se aproximar de um problema social.

Também se propõe uma metodologia investigativa baseada em análise bibliográfica e documental, por meio de uma pesquisa macro que permite a identificação de documentos relacionados ao tema da pesquisa, fazendo uso das diferentes ferramentas que estão disponíveis atualmente para registrar e analisar informações baseadas essencialmente em publicações (livros e artigos), notícias, vídeos e sites.

Importante notar que a pesquisa bibliográfica, às vezes chamada de documental, é um processo que, a partir da análise de documentos, tende a buscar e descobrir as relações que estão em torno de um determinado fenômeno, processo ou problema de estudo, com o objetivo de compreender sua dinâmica de inter-relacionamento entre variáveis ou elementos teóricos, conceituais e empíricos (MÉNDEZ; ASTUDILLO, 2008, p. 26).

Essa metodologia desempenha um papel importante nesta pesquisa, pois permitirá uma relação entre conhecimento e informação, presente hoje nas diferentes ferramentas físicas e naquelas que fornecem os diferentes canais que as novas tecnologias proporcionam, isso em relação à multiplicidade de registros que o ciberespaço disponibiliza.

1.4 Técnicas e recursos utilizados

Esta pesquisa tem como técnica principal a entrevista semiestruturada. Com relação a essa técnica, Restrepo (2016) afirma que, em um sentido amplo, pode-se definir a entrevista como um diálogo formal orientado entre o investigador e o entrevistado, considerando o problema de investigação.

A entrevista em geral é uma técnica de pesquisa que nos permite entrar em contato com certo tipo de informação fornecida pelos interlocutores. Nesse sentido, essa técnica pode servir para compreender aspectos da memória coletiva e individual de uma população, daí sua importância para esta pesquisa. Igualmente, no que tange à entrevista, Moreno (2014) afirma

que essa permite a obtenção de informação importante para a construção do documento, com base nas histórias de vida das pessoas, neste caso, as mulheres vítimas da violência.

As estratégias de busca, organização e análise de informações permitem tanto a obtenção de documentos relacionados a um tema de pesquisa quanto sua sistematização e estruturação, a fim de analisar as principais características do conjunto de documentos em estudo. Com base nisso, uma rota metodológica é exposta, incluindo três estágios-chave:

a) Busca de informações – esta etapa consiste basicamente em duas partes: a primeira trata-se de uma revisão de todo o material informativo, que inclui livros, periódicos de divulgação ou pesquisa científica, sites, entre outros; a outra se refere à realização de doze entrevistas com mulheres vítimas do conflito armado e que moram nas regiões de Cauca e Amazonas, ambas na Colômbia. Vale destacar que, considerando as condições atuais, geradas pela presença da Covid-19 nos territórios, essas entrevistas foram realizadas individualmente, após a imunização de todos com as doses das vacinas contra a Covid-19 e seguindo rigorosamente os protocolos de biossegurança, assim como o adequado distanciamento social e o uso de máscaras protetoras, na garantia da saúde e do bem-estar, tanto das participantes quanto da pesquisadora.

b) Organização da informação – esta fase se destina a organizar sistematicamente a documentação encontrada, em ordem cronológica ou por fatores de relevância nas informações. Também faz parte a transcrição das entrevistas.

c) Análise das informações – esta etapa consiste em analisar as informações já organizadas, para selecionar os documentos mais úteis que serviram de referência para a construção do documento. Da mesma forma, realiza-se uma análise dos conteúdos das entrevistas e os aportes que elas têm para a construção do projeto. A partir disso, identifica-se as principais contribuições para a coleta de informações destinadas ao andamento da pesquisa. Essa última fase demanda uma reflexão crítica a ser feita em paralelo com a primeira etapa (revisão bibliográfica), considerando um processo constante.

1.5 Dificuldades no processo de pesquisa

Os processos de pesquisa que se concentram em um estudo etnográfico, no qual o trabalho e a comunicação com as pessoas que fazem parte das comunidades são essenciais para

a adequada obtenção de informações, uma vez que a observação do participante serve como ferramenta vital em todo esse contexto.

No entanto, as dificuldades que surgem ao longo do caminho são comuns, uma vez que as condições adversas ao pesquisador não aparecem de forma constante e os obstáculos apresentados são típicos do trabalho etnográfico.

Para esta investigação, foram apresentados dois entraves que delimitaram grande parte dos resultados esperados: em primeiro lugar, vivenciamos uma situação complexa em torno da presença global da Covid-19. Sem dúvida, a forma como percebemos e sentimos o mundo e a vida cotidiana foi altamente modificada pela presença desse vírus em todos os países do mundo. A Colômbia não foi exceção e a chegada da pandemia no território estabeleceu novos parâmetros de convivência, a começar pelos confinamentos.

O duro golpe que as comunidades sofreram marcou significativamente o cotidiano dos colombianos. No caso dos interlocutores desta investigação, a influência do contexto repercutiu nas decisões de participar ou não da investigação. Algumas interlocutoras optaram por não participar, devido ao medo de contágio não só de si mesmas, mas também de suas famílias. Apesar desse problema, elaboramos uma rota de trabalho em que o distanciamento, o uso de máscaras e a desinfecção contínua foram parâmetros obrigatórios nas entrevistas com as mulheres que concordaram em participar voluntariamente com seus depoimentos.

Uma segunda situação problemática foi delimitada precisamente pelo conflito armado nos territórios. A difícil situação de ordem pública vivenciada por algumas comunidades e, principalmente, onde esta pesquisa foi realizada, foi outro fator influente, de modo que algumas mulheres desistiram de participar, devido ao medo de se deslocarem de seus locais de origem para os municípios. Isso também representou um impedimento para o deslocamento desta pesquisadora para os territórios.

Diante disso, a segurança de ambas as partes foi primordial, ao passo que, a esse respeito, trabalhamos com as participantes cuja segurança pessoal e familiar não foi afetada em nenhuma circunstância. Por essa razão, no que tange as doze entrevistas propostas para esta pesquisa, uma delas não foi efetivada, tendo em vista o tempo necessário para encontrar uma nova interlocutora. Dessa forma, este trabalho apresenta as histórias e experiências de onze mulheres, evidenciando que os diálogos e entrevistas foram de vital importância na construção deste documento.

1.6 Delimitação do território de pesquisa

Quanto ao território definido como eixo de pesquisa, destaca-se a Colômbia, especialmente as regiões de Cauca e Amazonas, onde moram as mulheres que fazem parte deste trabalho de pesquisa. Tais regiões têm características especiais quanto à sua historicidade e uma relação muito próxima com o conflito armado colombiano, afinal, desde muito tempo, esses locais viveram diretamente a guerra em seus territórios, o que os tornam parte importante deste estudo.

De acordo com a Constituição Nacional da Colômbia de 1991, para a administração do Estado e representação política, o território nacional passa a ser dividido, para fins administrativos, em: departamentos, distritos, municípios e territórios indígenas, conhecido como divisão político-administrativa.

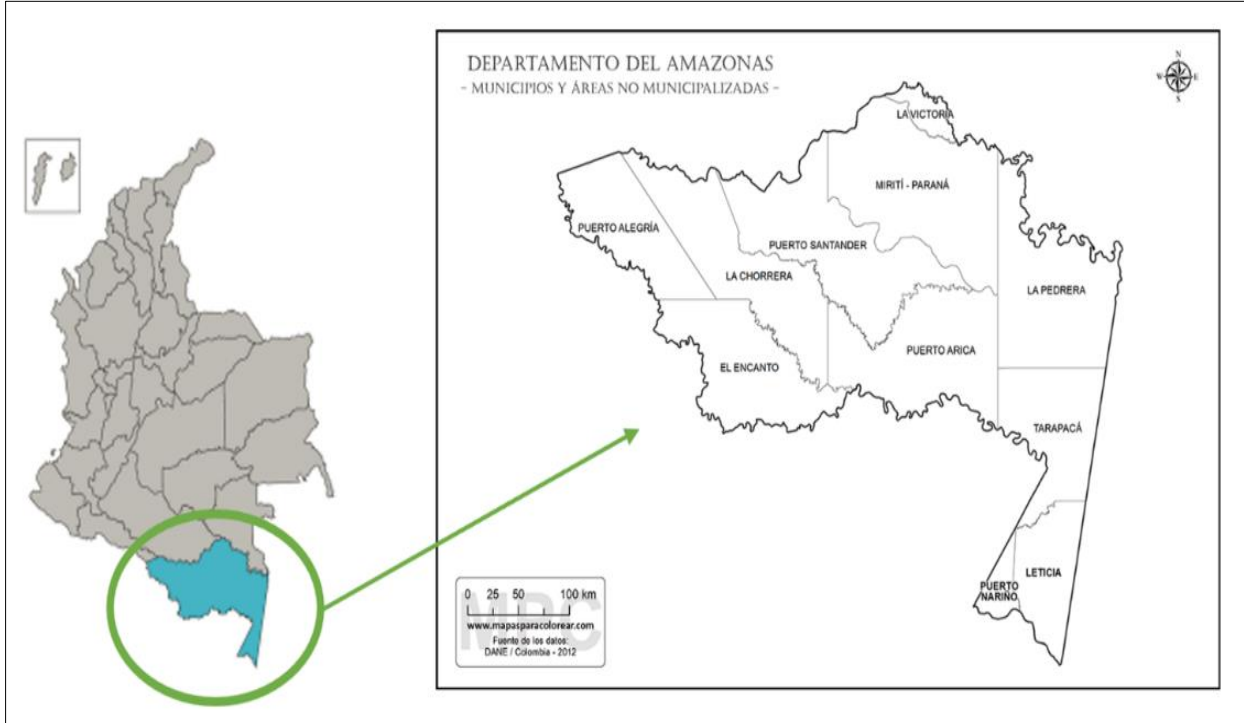
Atualmente, o país possui 32 departamentos, 4 distritos consagrados na atual Constituição, incluindo a Capital. Além disso, conta com 1.098 municípios, 20 corregimentos departamentais e San Andrés que, sem ser um município, sob a lei n.º 1 de 1.972, é mais uma entidade territorial. Ademais, soma-se os 8.052 centros populacionais que incluem aldeias, corregimentos e inspeções policiais municipais e departamentais, distribuídos ao longo dos 1.141.748 quilômetros quadrados que compõem a geografia continental nacional. A área total da Colômbia, incluindo a soberania marítima em 928.660 quilômetros quadrados, alcança um total de 2.070.408 quilômetros quadrados (DANE, 2022).

Para esta pesquisa focamos nosso estudo nos departamentos do Amazonas e Cauca, onde foi realizado o processo de trabalho de campo e entrevistas.

1.6.1 Letícia – Amazonas

O departamento do Amazonas e sua capital Letícia estão localizados no sudeste da Colômbia e têm uma área de 109.665 km². A Amazônia faz fronteira ao norte pelo departamento de Caquetá e pelo Rio Apaporis, que o separa do departamento de Vaupés; a leste, com a República do Brasil; ao sul, com os rios Putumayo e Amazonas, que a separa da República do Peru, e, a oeste, com a República do Peru e o departamento de Putumayo.

Figura 1 – Localização geográfica do departamento do Amazonas na Colômbia



Fonte: Instituto Geográfico Agustín Codazzi – IGAC (2003).

Quanto aos dados da população em geral, o Ministério do Amazonas, apesar de ser o maior, é o menos populoso do país, principalmente pela falta de rotas de comunicação e das poucas capitais. Em 2005, a população era próxima de 300.000 habitantes e, de acordo com as projeções do Departamento Administrativo Nacional de Estatísticas (DANE), até 2020, o departamento continua sendo o menos populoso, com 370.000 habitantes, sendo que aproximadamente 84,7% da população é nascida na Amazônia; contando com 51,74% de homens e 48,26% de mulheres.

Em relação à composição étnica da população, no Censo Geral de 2005, o DANE indica que 40,47% são indígenas pertencentes aos povos: Ticuna, Huitoto, Cocama, Kamejeya, Jurumi, Jeruriwa, Imike, Piyoti (referido como Yukuna); Ide masâ, Jeañârâ, Majiña (conhecida como Macuna), Bora; Yui weje maja ou Jobokarâ (genericamente chamado Tanimuka), Miraña, Inga, Yagua, Upichia (Matapi), Muiname, Andoque, Wejeñeme majâ (Letuama), Ocaina, Carijona; Yujup (Maku), Nonuya, Siona, Tucano, Tariano, Cavillary (Kawiyari), Barasano, Cubeo, Yaurâ (Yauna), Yuri (Carabayo) e Yanacona. Além desse total, 50,85% se referem aos não indígenas ou são descendentes da população que chega da costa atlântica, especialmente Antioquia, Tolima

Huila e Bogotá. Da mesma forma, segundo a mesma fonte, 1,84% são representados por pessoas de ascendência africana.

A economia deste departamento baseia-se na extração de madeira, caça, pesca, agricultura de milho, banana, arroz, cana-de-açúcar, inhame, abacate, mandioca, cacau, abacaxi e outras árvores frutíferas. Além disso, destaca-se a pecuária, a suinocultura e avicultura, bem como o turismo ecológico, já que a localidade, nos últimos anos, tornou-se um importante centro turístico nacional e internacional para a exuberância de suas paisagens e a riqueza de sua fauna e flora. Entre os destaques estão: a ilha de Los Micos, os Parques Nacionais de Amacayacu e Cahuinari, os lagos do Guapoto, o Cânion de Araracuara e as reservas indígenas e aldeias que estão dentro do departamento. As principais rendas são provenientes do ouro, borracha, minerais e exploração madeireira, mas a pesca e a agricultura completam o movimento econômico da região.

Quanto à sua capital Letícia, essa possui uma população aproximada de 32.450 habitantes. Atualmente, o município limita-se ao norte com o corregimento de Tarapacá; a leste, com o Brasil; ao sul, com o Brasil e o Peru; e a oeste com o município de Puerto Nariño. Nessa configuração, Letícia divide território com o município de Tabatinga (Brasil), ambos separados por uma fronteira imaginária e se constituem como cidades gêmeas. Logo, pode-se caminhar de um município para outro (Colômbia para o Brasil) apenas atravessando uma rua.

1.6.2 A tríplice fronteira

Brasil, Peru e Colômbia possuem o maior percentual territorial da Bacia Amazônica, esses três países têm uma história comum, marcada pela colonização, embora com diferentes elementos de ocupação, bem como o fato de compartilharem as mudanças herdadas do Ciclo da Borracha. A configuração estética desses territórios representa um fator compartilhado entre os países, a qual também define a existência de problemas comuns.

Entre os entraves que mais afligem a região da tríplice fronteira, podemos citar o tráfico ambiental, o tráfico de pessoas, o contrabando de migrantes e o deslocamento de pessoas associadas ao conflito armado colombiano.

Inevitavelmente, as fronteiras e departamentos da Colômbia adjacentes aos países vizinhos têm desempenhado um papel crítico no chamado "transbordamento" do conflito armado interno e/ou no envolvimento de atores externos do Estado e não-

estatais que complicam as paisagens de segurança e desenvolvimento das populações mais remotas das grandes cidades da Colômbia e epicentros produtivos (PASTRANA, 2016, p. 199).

A fronteira aberta oferece ótimas instalações para atravessar da Colômbia para o Brasil e do Peru para o Brasil por meio do rio, do ar e de trilhas, sem passar por controles alfandegários ou de imigração. Por sua vez, o tráfico internacional de drogas tem sido um problema que afeta os três países de forma incisiva e paralela, o que impactou especificamente a área fronteira. Essa situação facilitou a presença de fluxos transfronteiros irregulares, como migrações imprevistas, assim como atividades ilegais que colocam as autoridades em alerta local e nacional nos países que compõem o referido espaço.

Embora as medidas fronteiriças com a Colômbia adotadas pelos governos do Brasil e do Peru não tenham sido tão conflitantes quanto as do Equador e da Venezuela, elas ainda estão longe de seu potencial para gerar benefícios comuns e até mesmo a integração das populações vizinhas (PASTRANA, 2016).

1.6.3 Guapi – Cauca

O departamento de Cauca está localizado a sudoeste da Colômbia e faz fronteira ao sul com os departamentos de Nariño e Putumayo; a leste, com Huila; ao norte, com Valle del Cauca e Tolima e, a oeste, com o Oceano Pacífico. Esse departamento está localizado na cordilheira andina do Maciço colombiano. Nele, nascem as cadeias de montanhas central e ocidental da Colômbia, bem como os dois grandes rios interandinos colombianos, o Cauca e o Magdalena. Isso faz do departamento de Cauca uma das regiões com mais fontes de água na Colômbia e com maior potencial para a geração de energia hidráulica. Sua economia é baseada principalmente na produção agrícola, mas a pecuária também é muito importante, bem como os derivados de carne e produtos lácteos.

De acordo com o Censo Nacional da População e habitação (CNPV, 2018), a população do departamento do Cauca é de aproximadamente 1.464.488 habitantes, distribuídos da seguinte forma: 545.902 (37,28%), nas capitais municipais, e 918.486 (62,72%) Centros Dispersos ESS (População e Rural Dispersão) (CAUCA, 2022). Com esses dados, é evidente que Cauca é um

departamento majoritariamente rural, destacando-se pela composição de 38 municípios, incluindo sua capital Popayán.

Figura 2 – Localização do Município de Guapi – Cauca



Fonte: Toda Colômbia (2022).

1.6.4 A realidade social do município de Guapi – Cauca

O município de Guapi fez parte da jurisdição presente na costa do Pacífico colombiano, e, atualmente, conta com uma população aproximada de 29.800 pessoas, a maioria delas de ascendência africana, equivalendo a 84%.

A violência social, o conflito armado e a crise humanitária que predominam nos municípios litorâneos de Cauca ocorrem por diferentes fatores estruturais que, historicamente, contribuíram para a criação das condições propícias a esses fenômenos que florescem e se espalham. O município de Guapi não é exceção. Localizado no Pacífico colombiano, torna-se um ponto estratégico para a presença de grupos armados ilegais e um corredor central associado ao tráfico de drogas.

Um dos maiores problemas dessa região está ligado ao deslocamento forçado, na medida em que, no campo das violações sofridas pelas comunidades da costa do Pacífico de Cauca, torna-

se o fenômeno que produz o maior impacto, tanto para a multiplicidade quanto para a simultaneidade dos efeitos nocivos gerados. Tal deslocamento começou a se intensificar na última década, quando quatro fatores convergiram: o agravamento da vulnerabilidade econômica, a desestruturação social, a implementação da economia do tráfico de drogas e a mina ilegal. Isso foi coroado com o aumento da interferência e da violência desencadeada por grupos armados irregulares, bem como a estratégia de retomada dos territórios pelas forças públicas.

Figura 3 – Margens do Rio Guapi, município de Guapi – Cauca



Fonte: Machado (2022), acervo da autora.

Atualmente, a forma como operam grupos armados e economias extrativistas ilegais articuladas às economias legais, por meio de um *feedback* contraditório, mostram que alguns acabam complementando ou são funcionais a interesses estratégicos de terceiros ou, posteriormente, ao modelo econômico que buscam enfrentar. Os guerrilheiros veem neste cenário um apoio à sua estratégia de expansão baseada no tráfico de drogas e na migração de colonos, que alinha e uniformiza política e culturalmente as regiões onde são impostas.

Segundo a *Defensoria del Pueblo* (2014), por meio dos múltiplos relatórios emitidos nessa instituição, atualmente, o principal motivo para o deslocamento dessas comunidades é o confronto direto pelo controle territorial dos grupos armados em conflito. Esses deslocamentos são em sua maioria massivos, uma vez que respondem a uma situação de ameaça direta contra comunidades que estão no meio dos combates, escalada de ações de guerra, hostilidades e ocupação de suas propriedades civis.

A situação humanitária vivenciada em decorrência da fome, da pobreza e da falta de emprego é o motor do constante deslocamento individual ou familiar na zona rural de Guapi. Essa situação é agravada pelo aumento do número de hectares de plantações de *pan coger*³, que foram afetadas durante a pulverização aérea e forçaram as famílias de Guapi Alto e São Francisco a deixarem seus territórios ancestrais.

No entanto, apesar dos múltiplos problemas que o município de Guapi enfrenta todos os dias, seu povo está confiante de que o futuro pode ser melhor. Guapi é uma terra próspera e seus habitantes são pessoas empreendedoras cujas expressões vivas são Patrimônio Cultural Imaterial da Humanidade. Sua cultura e tradições são inestimáveis, o que a torna uma região com grande capacidade de surgimento, buscando deixar um passado difícil e doloroso e ver o futuro com esperança e em paz.

1.7 Delimitação das interlocutoras

Este estudo propõe um diálogo direto com 12 mulheres (6 delas residentes em Cauca e outras 6 na Amazônia), todas vítimas da violência. Assim, direciona-se o trabalho à reconstrução da memória histórica nas diferentes comunidades em que as participantes residem. As percepções advindas desse diálogo visam traçar uma perspectiva globalizada do conflito armado na Colômbia, permitindo ouvir as vozes das mulheres que contam suas histórias dentro do contexto vivenciado. Cada uma delas são mães, esposas ou parentes de pessoas afetadas por esse fenômeno. Dessa forma, a participação direta de mulheres pertencentes a duas associações, denominadas fundação

³ Este é o nome dado às plantações que atendem parte das necessidades nutricionais de uma determinada população. As plantações de *pan coger* incluem uma riqueza ancestral para suas variedades de produtos como milho, feijão, mandioca e banana entre outras.

*CHIYANGUA*⁴ e Associação feminina *ADMUCINAM*⁵, se estabelece como eixo central para o desenvolvimento desta pesquisa, voltando-se para as mulheres vítimas do conflito armado, as quais desenvolvem diferentes tipos de atividades a favor da construção da memória histórica e social nos territórios, como contribuição para a construção da paz na Colômbia.

Quadro 1 – Caracterização das interlocutoras

INTERLOCUTORAS ⁶	IDADE	Nº FILHOS	ESTADO CIVIL	NÍVEL EDUCATIVO	PROFISSÃO OU OFÍCIO
Interlocutora N° 1	38 anos	5 filhos	Solteira	Ensino médio	Agricultora
Interlocutora N° 2	31 anos	1 filho	Solteira	Técnica em administração de empresas	Trabalho Independente
Interlocutora N° 3	39 anos	1 filho	União livre	Ensino médio	Vários ofícios
Interlocutora N° 4	40 anos	5 filhos	Solteira	Ensino médio	Vários ofícios
Interlocutora N° 5	45 anos	3 filhos	Casada	Graduação	Professora
Interlocutora N° 6	57 anos	4 filhos	Solteira	Graduação	Trabalho independente
Interlocutora N° 7	52 anos	4 filhos	Solteira	Ensino médio	Trabalho Independente
Interlocutora N° 8	41 anos	2 filhos	Solteira	Ensino médio	Vários ofícios
Interlocutora N° 9	52 anos	4 filhos	União livre	Graduação	Professora
Interlocutora N° 10	58 anos	5 filhos	Viúva	Ensino básico	Agricultora/Vários ofícios
Interlocutora N° 11	54 anos	1 filho	Solteira	Ensino básico	Vários ofícios

Fonte: elaboração própria (2022), baseada nas entrevistas com as interlocutoras.

Em primeiro lugar, temos a Fundação de mulheres *CHIYANGUA*, fundada em 24 de novembro de 1995, no município de Guapi, no departamento de Cauca. Trata-se de uma

⁴ Esta fundação leva o nome de uma planta comestível conhecida como *chiyangua* ou *cimarrón*. É uma erva também conhecida como coentro selvagem. A *chiyangua* é nativa da Amazônia e é cultivada em todas as Américas, em um clima tropical. O nome foi dado pelas comunidades afro-colombianas de Cauca e Nariño e adotado pelo povo afro-equatoriano de Esmeraldas.

⁵ Correspondentes às siglas no espanhol “Asociación Departamental de mujeres campesinas, indígenas y negras del Amazonas”.

⁶ Os nomes das mulheres que fizeram parte desta pesquisa serão alterados para proteger suas identidades e integridade. Dessa forma, para fins de identificação, serão chamados de "interlocutoras".

organização sem fins lucrativos que trabalha para o bem-estar sociocultural da região e o empoderamento econômico e político das mulheres negras.

Figura 4 – Logotipo da Fundação CHIYANGUA



Fonte: Fundación CHIYANGUA (2022).

De mãos dadas com sua criadora e diretora, a Sra. Teófila Betancourt, esta associação tem lutado incansavelmente para recuperar o espaço que as mulheres perderam como resultado da guerra. Para este fim, a seguinte missão foi elaborada:

La FUNDACIÓN CHIYANGUA busca fomentar la buena convivencia, generando mejor calidad de vida de las mujeres en la costa Pacífica Caucana y en las familias de las mujeres, implementando planes, programas y proyectos de capacitación, educación informal, vivienda, salud preventiva, protección del medio ambiente, agropecuarias, artesanales, culturales, políticas, recreativas, de investigación y turísticas para fortalecer y mejorar la participación y empoderamiento de la mujer Negra dentro del contexto del desarrollo e implementación de la ley 70 de 1993, la constitución Política Colombiana, a partir del rescate y fortalecimiento de su identidad étnica; que le permita una real participación en los diferentes espacios de toma de decisiones (Teófila Betancourt, 15 de janeiro de 2022).

Da mesma forma, a Sra. Teófila afirma que:

El trabajo realizado por la Fundación ha sido el de fortalecer y mejorar la participación de la mujer negra en diferentes espacios de participación y toma de

decisión, pero teniendo en cuenta que el bienestar de la mujer comienza con el bienestar de la familia y su comunidad, desde la perspectiva de género se planifican y se apoyan acciones con jóvenes, niñas, niños, adultos mayores, organizaciones mixtas y consejos comunitarios de comunidades negras (Teófila Betancourt, 15 de janeiro de 2022).

A Fundação CHIYANGUA vem se projetando como uma organização de gestão com participação real, equitativa e autônoma, com mulheres capazes de liderar um processo sociopolítico e econômico e influenciar os diferentes espaços de planejamento e tomada de decisão, partindo da identidade étnica e de gênero. Nesse contexto, o trabalho comunitário tem permitido que elas participem de processos de construção da paz em cenários atingidos pela violência, tudo isso com o compromisso de trazer paz e reconciliação aos seus territórios.

Em segundo lugar, temos a Associação Departamental de Mulheres Camponesas, Indígenas e Negras da Amazônia (ADMUCINAM). Essa associação de mulheres foi inicialmente criada de forma extraoficial em 1994, posteriormente, foi legalizada perante as instituições, em 3 de abril de 1997, na cidade de Letícia, na Colômbia. Após isso, seu principal objetivo passou a ser a defesa dos direitos humanos, especialmente das mulheres rurais e vítimas do conflito armado colombiano.

Figura 5 – Logotipo da Associação de Mulheres ADMUCINAM



Fonte: ADMUCINAM (2022).

A associação de mulheres nasceu da necessidade de reconhecimento das mulheres como sujeitos de direitos. O representante dessa associação, ao tornar visíveis as difíceis condições das mulheres indígenas e camponesas que viviam na Amazônia colombiana na época, empreende toda uma luta para que essas adquiram um lugar representativo em suas comunidades. Contudo, inicialmente, esse grupo nasceu apenas como uma ideia na qual se buscava a proteção para as mulheres vítimas de violência doméstica, o que frequentemente ocorria nas diferentes comunidades

indígenas e camponesas, levando em conta a figura tradicional da família nesses contextos. Nesse ínterim, as mulheres indígenas e rurais têm sido submetidas não só à violência física, mas também à violência econômica e psicológica por seus pares masculinos.

Esse cenário foi o que motivou inicialmente a criação da associação ADMUCINAM, que em seus primórdios tinha o nome de Organização Social Mulher Rural Grupo Trapézio Amazônico. Esse projeto, em conjunto com o Instituto Colombiano de Reforma Agrária (INCORA)⁷, permitiu o reconhecimento de comunidades ribeirinhas do Rio Amazonas, as quais não haviam sido reconhecidas anteriormente pelo Estado. Com a ajuda da Associação, foi possível estabelecer uma cartografia, o que levou à expansão do trabalho que eles já vinham fazendo.

A partir daí, o trabalho comunitário começou a ganhar força e se consolidou. Com a ajuda e a intervenção de entidades – como o Governo da Amazônia, o Fundo Amazônia⁸, a Igreja Católica e a ADMUCIC⁹ –, a Associação ADMUCINAM tem realizado um trabalho constante em que o empoderamento das mulheres é uma de suas principais visões no presente e no futuro.

nosotras ya nos conocíamos el territorio y los grupitos chiquitos que estaban en las riveras del río, en todo lado teníamos un granito de arena, pero nosotros no teníamos esa estructura organizativa, no, mas era de la palabra, mas era de contarnos las cosas. (JAIMES, 2022)¹⁰.

⁷ Instituto Colombiano de Reforma Agrária (INCORA). O objetivo essencial do INCORA era abordar o crescente fenômeno de deslocamento dos camponeses devido à falta de oportunidades e terras, em decorrência de múltiplos fatores históricos e estruturais. Parte das estratégias da política agrária foi o programa de negociações diretas ou voluntárias de terras para mitigar, por exemplo, a violenta expulsão de camponeses de suas terras. Isso resultou na perda de seus bens, como resultado das ações violentas de grupos armados, para que essas fossem integradas a um sistema produtivo integral no qual fosse promovida a propriedade, assistência técnica, comercialização e cuidado dos recursos naturais, basicamente. Disponível em: Gómez, J. Organización y descripción documental del Programa de Adquisición de Tierras (INCORA) 1964-2002. *En: Revista Interamericana de Bibliotecología*, Medellín, 2006.

⁸ O Fundo Amazônia é definido como um programa de desenvolvimento sustentável na região que permite a conservação da floresta, a melhoria do padrão de vida das comunidades ali assentadas, bem como a proteção de suas tradições e identidade cultural. Atua na área dos seis Departamentos envolvidos: Guaviare, Guainía, Vaupés, Caquetá, Amazonas e Putumayo, com a presença de um escritório de apoio em cada um. Disponível em: <https://www.eltiempo.com/archivo/documento/MAM-449070>

⁹ A Associação Nacional das Mulheres Camponesas, Negras e Indígenas da Colômbia (ANMUCIC) é uma organização sem fins lucrativos, de natureza sindical e de gênero, que surgiu nos anos 80 com o objetivo de melhorar a qualidade de vida das mulheres rurais. A ANMUCIC possui linhas de trabalho particulares, com destaque para o desenvolvimento de projetos produtivos que melhorem as condições de vida das mulheres e fortalecer sua autonomia e reconhecer seu papel no trabalho no campo. Além do trabalho relacionado a terra; as mulheres da ANMUCIC têm mais de 30 anos de experiência na advocacia política e legislativa, contribuindo significativamente para leis de proteção às mulheres em relação a terra, à posse de terras, ao acesso aos direitos, à erradicação da violência e às contribuições para o acordo de paz das FARC – Governo em Havana, especificamente no reconhecimento da voz das mulheres camponesas na construção da paz. Disponível em: <https://www.unidadvictimas.gov.co/es/asociacion-nacional-de-mujeres-campesinas-negras-e-indigenas-de-colombia-anmucic/37218>

¹⁰ Fragmento retirado de comunicação oral.

O longo caminho percorrido pela associação e seus membros, em busca de seu reconhecimento como grupo, levou-os a superar uma série de obstáculos, especialmente burocráticos, destacando a insistência e a persistência de suas bandeiras. O medo e a ignorância sobre o funcionamento das instituições não foram um impedimento para alcançar a consolidação de seus projetos como associação.

Esses dois grupos femininos tratados até aqui estão entre os muitos que existem atualmente na Colômbia, movimentos sociais de luta e resistência que se tornaram relevantes nos últimos anos, graças ao ativismo com que trabalham dia após dia em suas regiões. O impacto social, político e econômico alcançado em seus territórios tem sido de grande importância. É a partir daí, em nível local, que estratégias, discursos e práticas serão preenchidos com novos conteúdos, permitindo a elaboração de um discurso que emerge dos próprios problemas do território, para dar origem à busca concertada de soluções para o momento difícil pelo que, historicamente, passaram as comunidades camponesas e negras da Colômbia.

Para essas associações, o momento a ser ouvido é agora, pois hoje existem ferramentas legais e sociais que lhes permitem ser protagonistas na construção de uma memória histórica e social como contribuição para a construção da paz em seus territórios e em todo o país.

2. OS MARCOS CONCEITUAIS SOBRE A VIOLÊNCIA, GÊNERO E MEMÓRIA

La violencia es una conducta, es una conducta especialmente de los seres humanos que agrede y lesiona la dignidad de las personas, entonces más allá de ser una agresión física, psicológica, es una agresión prácticamente a la humanidad de la persona (Interlocutora 7, 52 años).

2.1 Os estudos sobre a Violência: territórios em disputa

O fenômeno da violência tem sido objeto de estudo em diferentes perspectivas cujo debate tem permitido gerar um panorama sobre seus significados e impactos na sociedade contemporânea. Cada sociedade, no transcorrer do tempo, assimilou a violência de diferentes maneiras, mostrando como essas fizeram parte fundamental das estruturas desde as primeiras organizações sociais. Nessa direção, Malinowski (1941, p. 132) afirma que:

Em todas as partes, em todos os níveis de desenvolvimento e em todos os tipos de cultura, encontramos que os efeitos diretos da agressividade são eliminados pela transformação da pugnacidade em ódios coletivos, em políticas tribais ou nacionais, que levam às lutas organizadas e ordenadas, mas que previnem qualquer reação fisiológica da cólera. Os seres humanos nunca lutam sob a influência direta de um impulso agressivo. Eles lutam e organiza-se para isso devido à tradição tribal, os ensinamentos de um sistema religioso ou a um patriotismo agressivo, já que eles aprenderam alguns valores culturais que estão preparados para defender, e estão saturados de certos ódios coletivos que os fazem estar pronto para assaltar ou matar.

Dessa maneira entendemos que pensar a violência como um fator que determina algumas características da sociedade permite estabelecer os comportamentos culturais das diferentes comunidades e o estabelecimento de uma ordem social determinada.

Veena Das (1999) afirma que um dos problemas principais dos estudos da violência é uma falta de definição concreta que permita entender a multiplicidade das formas que esta se apresenta ou, pelo menos, indicar suas características mais importantes e comuns. Além disso, outra dificuldade em seu estudo é precisamente essa multiplicidade, pelo que muitas vezes se prefere falar das violências e não da violência em singular; desta maneira, apresenta-se definições particulares para forma de violência ao estudá-la.

O conceito de violência vai depender em grande parte do contexto situacional observado, daí a problematização enquanto a uma definição clara sob esta categoria. A violência como uma categoria de análise pode ser vista desde diferentes perspectivas, o que vai permitir gerar um panorama muito mais claro sob o tema para sua posterior análise é a incidência que este conceito tem como categoria implícita na pesquisa.

A partir desta posição, iremos analisar as posturas teóricas que sob a violência aportam em diferentes áreas do conhecimento nas ciências humanas e sociais, procurando determinar interdisciplinarmente um posicionamento sobre o que é a violência e seus efeitos nos indivíduos e na sociedade.

Partimos inicialmente de uma compreensão sociológica da violência como simbólica na proposta de Pierre Bourdieu. Este tipo de definição irá gerar um panorama que nos permitirá encontrar nos fenômenos da violência e da dominação simbólicas os mais diversos acontecimentos sociais e culturais: na esfera da linguagem, no âmbito educativo, nas múltiplas classificações sociais etc. daí a importância de pensar o fenômeno da violência simbólica em termos das relações sociais, especialmente em sua eficácia, seu modo de funcionamento e o fundamento que torna isso possível. Por violência simbólica, Pierre Bourdieu afirma ser a:

Violência abafada, insensível, e invisível para suas próprias vítimas, que é exercitado através dos caminhos puramente simbólicos da comunicação e do conhecimento ou, mais exatamente do desconhecimento, do reconhecimento ou, em último termo, do sentimento”; dando origem a uma lógica de dominação exercida em nome de um princípio simbólico e admitido tanto pelo dominador como pelo dominado. (BOURDIEU, 2007, p. 12).

A noção de violência simbólica convida a pensar nesse conceito, o de violência, junto a ideia do simbólico como um espaço no que necessariamente os agentes sociais se encontram numa relação de percepção e reconhecimento. Esta dimensão simbólica do social, não seria, deste ponto de vista, um aspecto circunstancial, pelo contrário, um componente essencial da realidade em que os agentes sociais vivem e atuam (CALDERONE, 2004). Considerando que o mundo funciona através de linguagens, códigos, a dimensão simbólica da existência no mundo se fez perceptível.

Três elementos essenciais acompanham o posicionamento do Bourdieu, para entender a violência simbólica: *o habitus, o campo e a dominação*, e no meio destes *os agentes sociais*. Bourdieu vai definir *o habitus* como um sistema de disposições que funcionam como um esquema

aberto de produção, percepção e apreciação de práticas e que por sua vez adquire-se só diante a prática. “O habitus é essa espécie de sentido prático do que há que fazer numa situação”, a construção do habitus não se deve ao indivíduo nem ao entorno, se não à interação da mente subjetiva com as estruturas e as instituições que rodeiam à pessoa.

Outro dos aspetos que Bourdieu tem em conta para explicar a violência simbólica está relacionado com a noção de *campo*. A noção de campo fala de um espaço em que os agentes sociais colocam em jogo um determinado tipo de capital, no que devem aceitar, para participar dele, as regras que são impostas lá. Por isso, em tanto campo, este espaço é a sua vez um âmbito de lutas dentro do qual os agentes sociais se enfrentam com meios e fins diferenciados. Os agentes sociais possuem, como propriedade em sentido amplo, diferentes tipos de capital que vão funcionar como um poder respeito de cada campo. Assim é o capital econômico, o cultural, o social.

Bourdieu afirma que o habitus em um indivíduo se compõe de diferentes tipos e quantidades de capital (econômico, cultural e social), que os redefina como “o conjunto de recursos e poder utilizável de fato” de que dispõe uma pessoa. O capital econômico se compõe dos recursos monetários e a propriedade. O capital cultural duma pessoa é sua capacidade para “jogar o jogo da cultura”: reconhecer as referências nos livros, filmes, obras de teatro; saber como se comporta uma pessoa em determinadas situações, saber o que vestir etc. O capital social é a rede das pessoas com as que se mantém relações (amigos ou colegas) e que eles podem aportar poder e influência. Bourdieu também diz que todas as formas de capital estão inter-relacionadas: as pessoas transformam seu capital econômico em capital cultural e social com o fim de melhorar suas perspectivas de vida.

O habitus analisado por Bourdieu teve grande impacto no debate sociológico das últimas décadas e reflete até que ponto e em que medida as estruturas e processos sociais impessoais influenciam nas disposições pessoais. Deste modo, o habitus incorpora a estrutura objetiva do espaço social porque se constitui na relação com esse espaço, por sua vez ele permite que o agente social tenha um sentido de disposição e possa sentir a eficácia da disposição incorporada a partir do labor de socialização (CALDERONE, 2004).

O conceito de dominação num sentido geral proposto por Bourdieu, independentemente das armas mais concretas com as que se possa valer, tem sempre uma dimensão simbólica na medida que os atos de obediência e submissão são atos de conhecimento (de uma estrutura) e de reconhecimento (de uma legitimidade). A dominação simbólica sob o outro começa pela palavra, onde a linguagem vai

se converter num instrumento de poder. A violência simbólica é exercida diante de uma colonização mental com formas de percepção e categorias de pensamento impostas desde fora (quem a gente deve ser, o que nos caracteriza, qual é nossa posição no mundo).

A importância em analisar estes aspectos para entender as dimensões da violência simbólica residem no fato de interpretar como a partir dos diferentes cenários da vida social as atuações dos indivíduos vão depender, em grande parte, do entendimento sobre como o habitus se relaciona com a dominação concreta das estruturas objetivas do mundo social ao impor um princípio próprio de visão e divisão podendo influenciar a consideração daquilo que é legítimo, o que implica construir o sentido comum, o sentido do que se é em comum, e assim legitimar seu próprio lugar nesse mundo.

A soma da violência simbólica, mas a violência física e a economia vão garantir de alguma forma a continuidade das desigualdades. A análise sociológica de Bourdieu, ao explicar estas relações e conceitos, se tornam uma ferramenta útil que pode permitir o entendimento sobre a desigualdade e o poder da dominação (simbólica) que percebemos como legítima caso não questionada (LA RAZON..., 2020).

Neste sentido, a guerra é uma empresa tremendamente diversa, que vai operar em muitos contextos, com múltiplos propósitos, regras e significados, ante isto, a antropologia sempre tem procurado compreender os fenômenos sociais desde suas raízes, entender suas dinâmicas dentro de um amplo conjunto que vai formar o tecido da guerra e a violência (CALDERONE, 2004).

A guerra e geralmente os conflitos entre os povos e sociedades tem sido um tema de estudo de múltiplas disciplinas e a antropologia não tem sido a exceção neste sentido, a antropologia da guerra, ficava relegada só à discussão sobre a natureza beligerante ou pacífica do homem. No entanto, a própria consolidação da disciplina e o contexto histórico que a envolvia obrigaram os antropólogos ao incursionar na discussão sob uma questão muito mais profunda: a natureza da guerra (NAVA, 2010 apud MACHADO, 2018), onde se vai analisar como uma confrontação que tem dimensões sociais, econômicas, políticas, religiosas e até psicológicas e como a partir destes se configura as relações existentes na estrutura social.

Um dos primeiros teóricos antropólogos a estudar o fenômeno da violência e da guerra nos povos foi Malinowski. Em seu texto “uma análise antropológica da guerra”, Malinowski (1941) procurava entender a guerra como um efeito próprio da cultura das sociedades, afastando-se das posturas evolucionistas que promulgavam uma teoria sob a guerra cimentada em bases biológicas:

[...] é falsa a crença de que a guerra seja um resultado necessário da natureza biológica do homem. Nas sociedades humanas o impulso da cólera vai se transformar pelo comum em atitudes hostis ou em fatos de violência determinados culturalmente (MALINOWSKI, 1941, p. 119).

Quando se contempla o fenômeno da ação violenta, seja individual ou organizada coletivamente, se pode observar que a maioria deles são o resultado de imperativos puramente convencionais, tradicionais e também ideológicos, que não tem nada que ver com um estado mental determinado pela natureza biológica do indivíduo “todos os tipos de lutas são reações culturais complexas e que não se devem a ditado direto de qualquer impulso, se não ao formas coletivas dos sentimentos e do valor” (MALINOWSKI, 1941, p. 140).

Ao estabelecer quais são as manifestações da violência, suas causas e seus efeitos, a partir da análise das estruturas sociais dos povos “primitivos”, Malinowski (1941) levanta alguns fatores para estabelecer um grupo de distinções que permitem entender a violência como um fenômeno social:

1. A luta como produto da cólera no terreno privado dentro de um grupo vai pertencer ao tipo de violação dos costumes e da lei, sendo o protótipo da conduta criminal, e é sancionada por meio das leis ordinárias dentro de uma instituição ou entre diversas instituições;

2. A luta organizada e coletiva é um mecanismo jurídico para o ajuste das diferenças entre grupos constituídos da mesma unidade cultural. Estes dois tipos são as únicas formas de luta armada que nós encontramos entre aquilo que são considerados *os selvagens*;

3. As corridas armadas como tipo de esporte de caçada humana com os propósitos de colecionar cabeças, fazer sacrifícios humanos e atos de canibalismo e para fazer-se de toda classe de troféus;

4. A guerra como expressão política do nacionalismo, quer dizer, a tendência de fazer que coincidam a nação-tribal e o estado-tribal para assim formar uma nação-estado primitiva;

5. As expedições militares da pilhagem organizada e o roubo coletivo;

6. As guerras entre dois grupos culturalmente diferenciados como instrumentação da política nacional (MALINOWSKI, 1941).

Malinowski sustenta que as bases para um estudo sociocultural da guerra, com o passar do tempo e o aparecimento de novos paradigmas no âmbito da antropologia dos estudos sobre a guerra, passaram a ser reformuladas. Nos anos 90, a antropologia da guerra e da violência, considera que é preciso a criação de um modelo teórico, no qual seja possível analisar as causas

e consequências da guerra, e que ao mesmo tempo possa mostrar ser útil no estudo das condições sobre as quais se manifestavam a guerra e outros tipos de violência. Esta mudança, obrigou a antropologia a ajustar seu enfoque e com isso ao transgredir seus próprios paradigmas, pois a concepção evolucionista da guerra ficava para trás, dando lugar ao correntes pós-modernas que admitiam que a guerra é um estado permanente em nossos dias, mas que de nenhum modo isso era uma situação inevitável. (NAVA, 2010).

Neste domínio teórico é possível perceber a presença das relações de poder e de violência em todas as partes: nas relações entre pais e filhos, na escola, nas relações de trabalho, na prisão etc., e por sua vez, perceber as manifestações de poder e violência movendo-se conjuntamente em qualquer ponto da sociedade sem uma exclusividade explicativa para as relações estruturais. Portanto, entende-se que ao menos numa primeira aproximação, o estudo da violência é um território em disputa constante que não pode pertencer a nenhuma ciência particular.

A violência hoje não só deixa marcas a quem é envolvido nela, mas também pelo geral, ao conjunto da nação ou sociedade. Esta complexidade acrescenta-se no âmbito social, toda vez que a violência é uma forma de relação natural porque é útil e precisamente por isso encontra-se proibida. Não obstante, a violência entre grupos não é um fenômeno habitual na natureza. Neste sentido não é um ato ético, nem justo, nem econômico, nem sequer militar. É um ato político, de gestão de poder, de modo que qualquer análise que se faz sem ter em conta este fato, isto é, com relação a um dos planos de análise, é incompleto. (GALTUNG, 2004)

Partindo do entendimento de que a violência pode ser compreendida em diferentes posicionamentos, esta, ao mesmo tempo também é entendida e classificada tendo em conta o impacto gerado para os indivíduos e sociedades. Como afirma Galtung (2004) a violência a poder classificada em quatro tipos: direta, estrutural, cultural e baseada no gênero.

Direta: Este tipo de violência se fez visível através do comportamento, não obstante, a ação humana que se manifesta nela não surge do nada, tem suas raízes: a cultura da violência e a violência estrutural (GALTUNG, 2004, p. 5).

Estrutural: Define-se a violência estrutural como: “uma forma indireta de violência que se aferra as estruturas sociais e que tem uma natureza política, econômica, militar, cultural ou comunicativa. Dentro desta categoria, encontra-se um tipo de violência baseada na repressão política ou a aproveitamento econômico, que vai atentar contra as necessidades de liberdade, bem-estar e identidade” (GALTUNG, 2004, p. 5).

Cultural: A natureza humana não é a única causa que vai determinar a violência, nisso incidem também as circunstâncias que condicionam a realização desse potencial. Assim, as grandes variantes da violência poderiam explicar-se em função da cultura e a estrutura: violência cultural e estrutural, que provocam a violência direta e que empregam atores violentos que se revelam contra as estruturas e utilizam a cultura para legitimar o uso da violência (GALTUNG, 2004). A partir daí a paz também deve constituir-se desde a cultura e a estrutura, não só na mente humana.

De acordo com estas definições, este autor estabelece uma análise da violência, onde ele vai definir três concepções e também a estreita relação existente entre elas, entendendo desta forma que se apresentam dois cenários nos quais a violência manifesta-se, uma de forma visível onde a violência direta fica presente e uma invisível onde a violência estrutural e cultural são exercidas.

Violência baseada no gênero: A violência de gênero “é exercida em conta das mulheres pelo fato de ser mulheres e é a manifestação e consequência da desigualdade sistemática em que elas vivem” (PALACIOS, 2011). O Comitê da Convenção sob a eliminação de todas as formas de discriminação contra a mulher (CEDAW) em sua recomendação geral XIX determinou que a violência contra a mulher por motivos de gênero é: “a violência dirigida contra a mulher porque é o que a afeta em forma desproporcionada e inclui atos que infligem danos ou sofrimentos de forma física, mental ou sexual, ameaças de cometer estes atos, coação e outras formas de privação da liberdade”.

A violência contra as mulheres manifesta-se de diversas formas: o feminicídio, a violência sexual (abuso sexual, violação, tortura sexual, assédio sexual), a mutilação genital feminina, o tráfico de mulheres e a prostituição forçada, a violência intrafamiliar, os procedimentos médicos forçados (por exemplo, o aborto ou a esterilização forçada), o matrimônio forçado e, em geral, qualquer tipo de violência física, psicológica ou sexual. A Violência baseada no gênero:

é todo ato de violência baseado na pertinência a sexo feminino que tenha o possa ter como resultado uma lesão o sofrimento físico, sexual ou psicológico para a mulher, assim como as ameaças disso atos, a coação ou a privação arbitrária da liberdade, tanto quando eles se apresentam na vida pública como na vida privada (DECLARAÇÃO..., 1998, s.p.).

O anteriormente exposto, permite identificar diferentes tipos de violência de gênero e suas manifestações específicas em cada uma delas.

Quadro 2 – Tipos de Violência de Gênero

TIPOS DE VIOLÊNCIA DE GÊNERO	
FISICA	Risco ou diminuição da integridade corporal de uma pessoa, pode ser: golpes, agressões físicas, confinamentos etc.
PSICOLOGICA	Consequência proveniente da ação ou omissão destinada a despromover ou controlar ações, comportamentos, crenças e decisões de outras pessoas, por meio de intimidação, manipulação, ameaça direta ou indireta, humilhação, isolamento, ou qualquer outra conduta que vai implicar um prejuízo na saúde psicológica, na autodeterminação ou o desenvolvimento pessoal.
SEXUAL	Consequências que vêm da ação consistente em obrigar a uma pessoa a manter contato sexual, físico ou verbal, ou a participar em outras interações sexuais através do uso da força, intimidação, coerção, chantagem, suborno, manipulação, ameaça ou qualquer outra forma que anule ou limite a vontade pessoal. Da mesma forma, vai se considerar dano ou sofrimento sexual o fato de que a pessoa agressora obrigue a quem é agredido a fazer algum dos atos já mencionados com terceiras pessoas
SOCIAL	Impedimento da livre mobilização e contato com familiares, amigos, vizinhos, etc.
ECONOMICA	Perda, transformação, subtração, destruição, retenção ou algum tipo de impedimento para fazer uso dos instrumentos de trabalho, como também o uso dos documentos pessoais, bens, direitos econômicos destinados a satisfazer as necessidades da mulher

Fonte: adaptado de Tibaná-Ríos, Arciniegas-Ramírez e Delgado-Hernández (2020).

Por sua parte Garcia *et al.* (2015) fala que este tipo de violência se apoia na cultura, tendo em conta que os apontamentos sobre gênero são formas construídas de acordo com o sexo desde uma perspectiva heteronormativa, como homem ou mulher. Esta construção social tem determinado que o papel feminino está associado a tarefas relativas à reprodução, a educação dos filhos, sustento emocional, em outras palavras a sociedade tem definido que a mulher só é boa para o desempenho de obrigações domésticas. Pelo contrário o que acontece com os homens com relação a construção dos papéis masculinos, ficam vinculados a tarefas associadas ao âmbito produtivo, a manutenção e sustento econômico, e se desenvolvem principalmente no mundo público. Estas construções de gênero baseiam-se no poder, hierarquia e na discriminação da mulher

fica em desvantagem as diferenças impostas quanto e sobre os homens, gerando danos psicológicos e físicos.

A violência de gênero é um problema global e complexo, de caráter cultural e intercultural, que está cobrando cada vez maior importância, devido à consciência que ele está gerando. A maioria das mulheres sofrem diversas formas de violência pelo fato de serem mulheres, grande parte desta violência vai permanecer silenciada pelas próprias circunstâncias e nos mesmos contextos onde ela se reproduz.

A partir desta perspectiva o significado da violência implica uma interpretação e compreensão do fenômeno da violência, que atravessa por vários campos e disciplinas, fazendo de seu estudo um processo referenciado particularmente pelas ciências sociais em cada uma de suas vertentes.

2.2 A perspectiva de gênero nos estudos da violência

A compreensão global da categoria de gênero vai para além de uma simples base biológica, que vai determinar o sexo, na atualidade este conceito tornou-se necessário, não só para pesquisar sob aquelas diferenças entre os corpos sexuados e os indivíduos socialmente construídos, mas também se faz imprescindível seu estudo e análise, já que se encontra no centro de um debate político transcendental: analisar, estudar e compreender o papel da mulher nas sociedades contemporâneas.

Desta forma o uso desta categoria tem levado a um reconhecimento para interpretar, simbolizar e organizar as variadas diferenças sexuais nas relações sociais. Lamas (1996) afirma que, o gênero, como conceito existe há muitos anos, mas somente na década de 70 que começa ao ser utilizado nas ciências sociais como categoria com acepção específica. Esta autora sustenta que o que define a gênero é a ação simbólica, já que mediante este processo a ordem simbólico numa sociedade constrói as ideias de que o homem ou a mulher devem ser. A tendência por evidenciar as situações relacionadas com a diferenciação sexual e esse marcado interesse pela reprodução fixam substancialmente a forma em que as sociedades contemplam os sexos e os ordena e situa em correspondência com seus supostos papéis tradicional ou naturalmente atribuídos, “a cultura vai marcar aos seres humanos com o gênero e o gênero marca a percepção de todo o resto: o social, religioso, político, cotidiano ” (LAMAS, 1996, p. 344).

Scott (1996) por sua parte expressa que, tem sido muitos os intentos para teorizar sobre o gênero, e que, ao posicioná-lo dentro dos sistemas científicos sociais tradicionais, generaliza-se, reduz-se e simplifica-se, isto em outras palavras, mina o sentido não só em termos de compreensão, mas também estabelece limites que não permitem fazer uma proposta com enfoques alternativos. O conceito de gênero nas palavras de Scott (1996) “denota as construções sociais” onde novamente se destaca a ideia dos papéis apropriados para homens e mulheres, desta maneira o gênero como categoria social vai se converter em uma palavra útil, já que ela destaca um sistema completo de relações, que incluem o sexo, mas não está determinado por ele.

Para Scott (1990), o gênero é também uma inter-relação que vai sugerir esta categoria como “um elemento constitutivo das relações sociais baseadas nas diferenças que distinguem os sexos” (SCOTT, 1990, p. 44) compreende quatro processos:

a. Simbólico: relacionado com mitos e símbolos que evocam de diversas representações diferencia sexual;

b. Normativo: expressa as interpretações dos significados destes símbolos e se manifestam em doutrinas religiosas, educativas, científicas, políticas ou jurídicas, que definem que é, que deve fazer e que se espera socialmente de um homem ou mulher;

c. Institucional: tem que ver com as organizações sociais, cujas práticas se encontram estruturadas em relação com o gênero;

d. Subjetivo: referido as identidades dos homens e as mulheres reais, que não satisfazem precisamente as prescrições da sociedade nem se acomodam a nossas categorias analíticas. (SCOTT, 1990).

Para Butler (2003), o tema das mulheres já não se vê como antes em termos estáveis ou constantes, justamente porque o feminino já não parece ser uma noção estável, seu significado é tão problemático e incerto como o termo “mulher”. E como os dois termos adquirem seus significados problemáticos unicamente como conceitos relativos, esta pesquisa baseia-se em o gênero e na análise das relações que ele sugere. De acordo com o enfoque que propõe Butler, nem o sexo é natural, nem o gênero é substancial; ao contrário a consideração do sexo como não construído, quer dizer, como um fato biológico pre-discursivo e anterior à cultura e ao poder, é efeito do gênero, entendido em termos normativos e performativos, isto é, como um fato ritualizado de práticas, discursos, convenções e regras que tem um acumulado histórico e um poder que ele o vai vincular (BUTLER, 2003).

Assim, os sujeitos se constroem e cobram inteligibilidade social em virtude da reiteração dos atos de citação das normas de gênero. Em definitiva, a construção política do sujeito se faz com alguns objetivos legitimadores e excludentes, e estas operações políticas se escondem e naturalizam através de uma análise política.

O gênero então, se constitui num elemento das relações sociais que se baseia por um lado nas diferenças que vai a distinguir os sexos, ao tempo que se propõe como uma forma de relações significantes do poder, este último associado ao conceito normativo que se expressa em doutrinas religiosas, educativas, políticas que limitam e incluem o significado do homem e mulher, o masculino e o feminino.

Mas qual é a importância que se pode estabelecer entre o gênero e a violência, sendo estas duas categorias com grandes implicações e diretamente relacionadas? Em si, o tema transcende todos os setores da sociedade, independentemente da classe social, grupo étnico, nível socioeconômico, sua cultura, seu nível educacional, a idade ou religião e afeta negativamente suas bases.

O gênero, como categoria conceitual, é o resultado da socialização do sexo a partir das diferenças sexuais e capacidades reprodutivas que está subjacente em toda relação entre homens e mulheres. Esta é uma dimensão da sociedade que vai surgir da existência dos corpos sexuados, uma categoria ou subconjunto dos quais tem (teve ou terá) a probabilidade de produzir outro (s) corpo (s) (SCOTT, 1990). Gênero é também uma forma de controle e poder nas relações distintas a partir dos sexos. Este conceito permite entender que tantos homens como mulheres recebem socialmente uma cultura que impõe diferenças. Na atribuição, às mulheres tiveram que ocupar um papel inferior que, a sua vez, vai determinar a existência de uma relação desigual de poder.

As normas e valores construídos socialmente sob os gêneros que colocam à mulher numa posição subordinada com respeito ao homem mantém e reforça uma violência doméstica contra elas. Isto acontece em todas as classes sociais, religiões e níveis educativos. O contexto cultural específico desempenha um papel importante na definição dos mecanismos em que a desigualdade de gênero e outros fatores influenciam na violência.

O gênero, nas palavras de Scott (1990), é o campo primário, persistente e recorrente no que, de forma complexa, articula-se o poder, enquanto o gênero implica-se na percepção, na construção e na legitimação do mesmo. Nessa medida, as análises de gênero têm necessariamente um alcance

político, que embora sejam gerais, guardam uma estreita relação com os contextos específicos aos que se referem, como por exemplo, os contextos de conflito armado.

No caso específico na Colômbia, a perspectiva de gênero tem evidenciado grandes brechas existentes entre homens e mulheres e como estas tem sido as mais afetadas de forma direta pelos efeitos da violência e as confrontações armadas no país. O conflito armado, tem mostrado uma tendência ao exacerbar e no menor dos casos ao manter as formas tradicionais e a assimetria na distribuição do poder entre homens e mulheres. A invasão dos grupos armados na vida cotidiana das populações tem, igualmente, consequências de diferenciação sob os gêneros. No caso das mulheres, e tendo em conta sua condição de vulnerabilidade por sua situação em lugares subordinados da escala social e as grandes demandas que sob elas se gera pelos efeitos das condições de pobreza, risco, ameaça e medo que costumam caracterizar a vida familiar nos contextos de conflito armado, devem aguentar (direta ou indireta) as consequências específicas sob as mesmas e assumir as sequelas emocionais, econômicas e políticas sofridas por suas famílias.

Em síntese, o gênero é um componente fundamental das relações em contextos de conflito. A maneira como os símbolos, as normas, os limites, os discursos e as práticas de gênero se fortalece ou se interpela nestes âmbitos, tem consequências fundamentais tanto sob a dinâmica do conflito como sob a totalidade das relações sociais e a estrutura de poder que as sustentam.

2.3 A memória histórica e social como ferramenta analítica dos estudos sobre violência

Durante sua existência social, os sujeitos na interação com seu ambiente, sentido e expressos através da linguagem, produzem memórias de eventos que são vividos e representados individual e coletivamente, daí a memória assume um caráter comum a um grupo, um setor ou uma sociedade. A memória é, sem dúvida, a coleção dos eventos que ocuparam mais espaço na história dos homens. Certamente, um dos objetos da memória pode ser justamente construir uma ponte entre o passado e o presente e permitir a reconstrução de memórias a partir de dados e noções comuns, a fim de compreender o contexto em que operam e sua situação dentro da sociedade em que são apresentados a partir da recuperação dessas circunstâncias históricas que lhes deram origem.

Recorremos aos testemunhos, para fornecer ou invalidar, mas também para completar o que sabemos sob um acontecimento do que ficamos informados de alguma forma, quando, sem embargo, não conhecemos bem muitas das circunstâncias que o circundam (HALBWACHS, 2004, p. 25).

Na memória de um determinado grupo, se decompõem as lembranças dos acontecimentos e experiências que se referem à maioria destes e que resultam da própria vida ou das relações com outros grupos mais pertos. Quando um grupo mantém relações com outros, estas relações ou contatos são permanentes, ou bem podem se repetir com muita frequência e se prolongam durante muito tempo depois permitindo o enaltecimento de lembranças incluídas nos quadros de pensamentos, que são muito comuns aos integrantes dos grupos (HALBWACHS, 2004).

O autor ainda destaca a existência de memórias individuais, assim como a existência de memórias coletivas presentes em todos nós, estas sendo adotadas a partir de valores e atitudes diferentes e particulares. Estes aspectos consideram as personalidades individuais e a maneira como as lembranças são produzidas e reproduzidas compartilhando com outras pessoas somente os aspectos que lhe interessam ou aqueles que se vão distinguir dos demais.

Por outra parte, em determinados momentos o indivíduo vai ser capaz de comportar-se simplesmente como membro de um grupo contribuindo ao evocar e manter as lembranças impessoais, na medida em que estes sejam de interesse do grupo. Se estas duas memórias interferem uma sob a outra, muitas vezes a memória individual poder se respaldar na memória coletiva, situar-se nela e confundir-se momentaneamente com ela para confirmar determinadas lembranças, e assim completar algumas lacunas, que se podem apresentar quando os testemunhos ficam incompletos. Não por isso a memória seja individual ou coletiva, segue seu próprio caminho, todo isto que a circunda, serve como um aporte que vai dar valor adicional a sua importância. Nas palavras de Halbwachs (2004, p. 129):

O tempo não é real, mas que na medida em que tem um conteúdo, ou seja, em que oferece uma matéria de acontecimentos ao pensamento, é limitado e relativo, mas tem uma realidade plena. É bastante extenso para oferecer às consciências individuais um quadro suficientemente amplo para que possam dispor dele e reencontrar suas lembranças.

Desta forma, a memória coletiva envolve as memórias individuais, mas não se confunde com elas. Evolui de acordo com suas leis, na medida em que algumas lembranças individuais

penetram também as vezes nela, ou ainda mudam de rosto quando retornam ao colocar-se num conjunto que já não é uma consciência pessoal. Halbwachs, argumenta que em torno destes elementos se traçam a diferença existente entre a memória e a história:

o passado vivido é diferente à história, já que através da memória busca-se assegurar a permanência do tempo e a homogeneidade da vida, como um intento por demonstrar que assim como o passado permanece da mesma forma, a identidade do grupo e seus projetos também o fazem; mas à história interessa-lhe os dados e eventos registrados independentemente do sentido e significado, enquanto que a história é informativa, a memória é comunicativa, pelo que os dados verídicos não interessa-lhe, se não que interessa-lhe as experiências verídicas por meio das quais se permitem transformar e inventar o passado quando seja preciso. Os grupos têm necessidade de reconstruir permanentemente suas lembranças através de suas conversações, contatos, costumes, objetos e espaços, já que é uma garantia de identidade e reconhecimento grupal (HALBWACHS, 2004, p. 132).

Reconstruir a memória coletiva é permitir a emergência de uma versão compartilhada, embora não unânime, dos acontecimentos por parte dos agentes que a vivenciaram e podem viver; não se trata só de um assunto do passado.

Halbwachs (2004) argumenta que há uma diferenciação acentuada entre o que queremos dizer com memória histórica e memória coletiva. Nesse sentido, os fatos pessoais da memória, a sucessão de eventos individuais, aqueles que resultam das relações que estabelecemos com os grupos em que nos movemos e as relações que se criam entre esses grupos, permitem identificar uma distinção: a memória histórica supõe a reconstrução dos dados fornecidos pelo presente da vida social e projetadas sobre o passado reinventado:

A história é, sem dúvida, a coleção de eventos que ocuparam mais espaço na memória dos homens. Mas lidos em livros, ensinados e aprendidos nas escolas, eventos passados são escolhidos, colhidos e classificados de acordo com necessidades e regras que não eram os de grupos de homens que há muito retêm seu depósito vivo. Em geral, a história só começa no ponto em que a tradição termina, momento em que a memória social é desligada ou quebrada. (HALBWACHS, 2004, p. 212).

Enquanto a memória coletiva é aquela que magicamente recompõe o passado, e cujas memórias se referem à experiência que uma comunidade ou um grupo pode legar a um indivíduo ou grupo de indivíduos:

A memória coletiva é um quadro de semelhanças e é natural que se convence que o grupo permanece, permaneceu idêntico, pois fixa sua atenção no grupo e o que mudou são as relações ou contatos do grupo com os outros. Uma vez que o grupo permanece o mesmo, é necessário que as mudanças sejam aparentes; as mudanças, ou seja, os eventos que ocorreram no grupo, resolvem-se em semelhanças, uma vez que parecem cumprir o papel de desenvolver, sob vários aspectos, um conteúdo idêntico, ou seja, as diversas características fundamentais do próprio grupo. (HALBWACHS, 2004, p. 219).

Nesse sentido, é necessário levar em conta duas definições de memória coletiva, que se baseiam na distinção entre memórias vividas e memórias históricas. Enquanto a história visa explicar as transformações da sociedade, a memória coletiva insiste em garantir a permanência do tempo e a homogeneidade da vida, como uma tentativa de mostrar que o passado permanece, não muda e, portanto, a identidade do grupo também permanece.

Enquanto a memória histórica é informativa, a memória coletiva é comunicativa. No entanto, deve-se ter em mente que tanto a memória histórica quanto a memória coletiva se ajudam, pois, afinal, a história de nossas vidas faz parte da história em geral: enquanto a memória coletiva seria naturalmente uma extensão mais ampla da história. Por outro lado, a memória histórica nos apresenta o passado de forma resumida e esquemática, enquanto a memória coletiva aparece em um contexto mais contínuo e denso.

No entanto, deve-se ter em mente que tanto a memória histórica quanto a memória coletiva se ajudam, pois, afinal, a história de nossas vidas faz parte da história em geral: enquanto a memória coletiva seria naturalmente uma extensão mais ampla da história. Por outro lado, a memória histórica nos apresenta o passado de forma resumida e esquemática, enquanto a memória coletiva aparece em um contexto mais contínuo e denso.

2.4 Gênero e Memória: o que a inclusão da categoria de gênero contribui para a construção da memória e a compreensão do conflito armado?

A memória é incorporada em um discurso, um texto, uma linguagem que são inevitavelmente geradas e contêm, por sua vez, relações de poder geradas também. O discurso representa identidades femininas e masculinas que, em sua interação, tecem relações de gênero que podem ser percebidas como "naturais" e "imutáveis" que podem transformar o discurso em uma ferramenta de perpetuação da desigualdade. Dessa forma, memória histórica e gênero são

ferramentas teóricas e analíticas que funcionam como estratégias ativas com impacto na transformação da realidade.

A memória tem, como o gênero, o potencial de transformar as sociedades se a situação das mulheres e o esquema patriarcal existente que gera violência cultural, estrutural e direta que é exacerbada nos conflitos são evidenciadas e explicitadas. Levantar essas realidades em conta na concepção de soluções para um conflito também estará atacando a discriminação estrutural que existia em tempos de paz pré-conflito. A memória oferece, portanto, a oportunidade de rever o passado e remontar o sistema de valores. (GRAU, 2015, p. 32-33).

O contexto do conflito armado acentua as diferenças de gênero e as iniquidades que tradicionalmente caracterizam esferas econômicas, políticas e culturais. Portanto, desvendar a forma como a dimensão de gênero penetra nas estruturas e lógicas do conflito armado é essencial para alcançar uma compreensão fundamental dela. No caso específico da Colômbia, a perspectiva de gênero destacou as grandes lacunas entre homens e mulheres e como estes últimos têm sido os mais diretamente afetados pelos efeitos nocivos da violência e dos confrontos armados no país. O conflito armado tem mostrado uma tendência a exacerbar e, no menos grave dos casos, manter a distribuição tradicional e assimétrica do poder entre homens e mulheres. O surgimento de grupos armados no cotidiano das populações também tem consequências diferenciadas sobre os gêneros.

Há um reconhecimento crescente do impacto diferenciado que as guerras e conflitos têm sobre as mulheres e os homens. Embora estas últimas sejam a maioria das mortes, as mulheres são submetidas à violência, gravidez forçada, escravidão e violência sexual e constituem, juntamente com as crianças, a maioria da população em deslocamento forçado no mundo. Apesar desses esclarecimentos, essa situação dificilmente foi levada em conta e a violação de seus direitos foi silenciada e as medidas destinadas à sua reparação ignoradas. É nesse contexto que aparece a utilidade do conceito de gênero, pois permite uma análise dos diferentes papéis atribuídos às mulheres e homens na situação de conflito e na construção da paz. Isso evita estereótipos que apresentam as mulheres como "naturalmente" propensas à paz e aos homens como guerreiros "inatamente". (PNUD, 2005, p. 1).

Cifuentes (2009) argumenta que, no caso das mulheres, dada a condição de vulnerabilidade devido à sua situação em locais subordinados da escala social e às altas demandas que são geradas sobre elas pelos efeitos das condições de pobreza, risco, ameaça e ansiedade que geralmente caracterizam a vida familiar em contextos de conflito armado, devem suportar – direta e

indiretamente – consequências específicas sobre si mesmas e suportar as consequências emocionais, econômicas e políticas sofridas por suas famílias.

Como Scott (1990) disse, certos usos da categoria de gênero criaram uma história de mulheres que, de uma forma ou de outra, as deixaram fora da história, relegadas a um papel passivo que não lhes permitiu gerar espaços nos quais são levados em conta como portadores de uma história que está inscrita em suas memórias e em seus corpos. Isso é reforçado pelo medo de participar em cenários políticos devido à crença errônea de não estar preparado, pela desconfiança na liderança feminina, com o triplo fardo que o exercício da política exige para as mulheres na medida em que, no caso particular daqueles que vivem em comunidades populares, devem também responder à dinâmica familiar, doméstica e de trabalho, que, sem dúvida, tem impacto no exercício de seus direitos políticos (TORRADO; JORDÁN, 2021).

Os contextos de conflito são permeados por concepções de gênero (que circulam nos discursos de cada situação e são recriadas nas relações intersubjetivas), por práticas sociais generalizadas, baseadas em normatividades e significados que se reproduzem no cotidiano dos grupos sociais através de exercícios sutis de disciplina e controle ou formas vigorosas e assimétricas de uso do poder para subjugar aqueles que estão localizados nos lugares subordinados da ordem social, entre os quais as mulheres são geralmente contadas. Isso, em contextos de conflito, é exacerbado pela força das armas, pelas estratégias de guerra e pelas táticas de controle social através das quais se busca estabelecer poderes hegemônicos por parte de grupos armados, cujos interesses de controle transcendem os militares e o público, para alcançar os espaços mais íntimos da vida privada daqueles que habitam os territórios em conflito (CIFUENTES, 2009).

Entende-se, então, que o gênero é um componente fundamental das relações em contextos de conflito. A forma como símbolos de gênero, normas, limites, discursos e práticas são fortalecidos ou desafiados nessas áreas tem consequências fundamentais tanto na dinâmica do conflito quanto na totalidade das relações sociais e na estrutura de poder que as sustenta. A interferência dos atores do conflito e da própria guerra no cotidiano das comunidades é apoiada, entre outras assimetrias, na forma como as relações de gênero são estabelecidas e nas formas como o poder é inscrito nelas. Bourdieu (1980, p. 48) afirma que “conceitos de gênero estruturam a percepção e a organização concreta e simbólica de toda a vida social. Na medida em que essas referências estabelecem distribuições de poder”.

O campo de ação em que o conflito armado ocorre caracteriza-se principalmente pelo exercício de uma dominação patriarcal totalitária sobre os sujeitos, a guerra que tem sido considerada principalmente uma questão de homens, exerce sobre as mulheres efeitos significativos e tensões. Dessa forma, os arranjos de gênero como categoria transversal em situações de conflito e também em cenários de construção da paz, pois permitem identificar formas de ordenar a interação e o lugar de homens e mulheres e as ações determinantes na construção da memória (CIFUENTES, 2009). Nesse sentido, compreender que a história de violência e discriminação da qual as mulheres são vítimas como resultado da construção social de gênero na sociedade, teve impacto na forma como a história do conflito armado na Colômbia foi contada, na qual a violência estrutural se tornou invisível e menos importante tem sido dada aos danos causados ao gênero feminino.

Um discurso de memória que não contemplo a perspectiva de discriminação múltipla pode oferecer uma imagem tendenciosa e distorcida da realidade das relações de gênero e um diagnóstico errado, portanto, pode contribuir para a definição de estratégias de justiça que hierarquizem desigualdades ou modalidades de opressão e que, portanto, não tem uma abordagem abrangente (GRAU, 2015). Portanto, é necessário envolver a perspectiva das mulheres na reconstrução da memória histórica, como parte integrante dos processos de reconstrução da verdade e da justiça no âmbito da integralidade que dá voz às mulheres vítimas do conflito, tendo em vista que as experiências vividas por elas contribuem significativamente para processos de fortalecimento em torno da construção da memória histórica e social.

Dessa forma, a memória e sua relação com o gênero são valorizadas como mecanismos que contribuem para a cura coletiva através da experiência individual e têm a capacidade de influenciar a transformação estrutural para avançar em direção a um futuro melhor e mais digno. A reivindicação e conquista da dignidade é, em última análise, o centro e a razão de exercícios de memória.

A memória é fundamental e fundamental para coletar experiências de identidade das mulheres, revelar e tornar visíveis as desigualdades e o impacto diferenciado que a violência tem para elas antes, durante e depois da guerra. À medida que a perspectiva de gênero promulga, conhecer e conscientizar sobre uma situação de desigualdade é o primeiro passo na busca de soluções que contribuam para a superação. A memória não pode ser invisível ou cega para o gênero porque iria contra seus princípios e razão de ser (GRAU, 2015, p. 72).

2.5 Memória como recurso para tornar o passado visível no presente

Quando se fala das experiências de diferentes sociedades que vivenciaram episódios de violência e conflito verifica-se a existência de grande quantidade de textos testemunhais que vistos desde uma perspectiva contemporânea da memória revelam-se como um campo ainda em construção, sobretudo porque carregam em si a função de denúncias através do testemunho, entendido como a *palavra da verdade*, como depoimento. Neste contexto a linguagem é vinculado a processos de introspeção e retrospeção orientados por alguns processos de cura psicológica, onde o fundamental é a capacidade do sujeito de falar desde as imagens da memória e integrar o momento traumático (JOHANSSON, 2010).

A memória histórica e social tem se convertido numa ferramenta que permitiu dar voz as vítimas de violência nos diferentes contextos políticos e sociais ao redor do mundo, os relatos dos fatos acontecidos, torna-se discursos memoriais que fortalecem a palavra dando para ela validade às realidades vividas pelos indivíduos. Neste sentido mostrar como recorrem à memória para fazer um reconhecimento histórico, é de muita importância. Muitos países ao redor do mundo têm recorrido ao este elemento narrativo, para isso e para exemplificar como a memória tem tido em conta de forma muito efetiva, traz-se à menção os casos mais conhecidos na América Latina, como o caso de Chile sob os crimes de estado executados pela ditadura de Augusto Pinochet entre os anos 1973 até 1990; Argentina durante a ditadura militar de 1976 e Brasil durante a ditadura militar entre 1964 a 1985.

No Chile se encontram bem definidos os critérios que têm permitido determinar as violações aos direitos humanos que devem ser investigados depois da ditadura. Para isso, se estabeleceu a *comissão da verdade*, que tem como objetivo central lograr a reconstrução global do acontecido na ditadura. O estabelecimento de uma comissão da verdade tem como tarefa esclarecer as violações sistemáticas dos direitos humanos através do informe que argumentava sobre os fatos perpetrados nesse momento e que procuram responder a anseio generalizado do povo chileno de conhecer a verdade sem importar a responsabilidade legal dos culpados, o que se considerou como um avanço para com a reconciliação nacional (FUENTES; COTE, 2004).

No contexto chileno, sob um processo de ressignificação da experiência da violência e o trauma no discurso da memória, abrem-se outras perspectivas e outros registros discursivos, onde o episódio falado é ainda mais simbólico, onde as retóricas militantes cedem seu lugar a

problemáticas trazidas desde a memória que vai integrar a possibilidade de uma expressão subjetiva e coletiva desde diversas manifestações. As memórias individuais dos sobreviventes da repressão ditatorial continua em construção, o que tem fortalecido os processos de recuperação da memória social coletiva.

No caso da Argentina as pesquisas estiveram encaminhadas nos delitos das juntas militares que governaram o país entre os anos 1976 e 1983. Estes delitos chegaram a ser comprovados pela investigação feita através da Comissão Nacional sob os deslocados, criada pelo primer governo civil depois da ditadura. O informa final produzido por esta comissão ficou conhecido com o título *Nunca Más*, no qual pode ser considerado como o pioneiro neste tipo de relatório.

A Comissão Nacional sobre o Desaparecimento de Pessoas (CONADEP)¹¹ foi criada pelo governo argentino no ano de 1983 e tinha como objetivo principal esclarecer e pesquisar os fatos de desaparecimentos forçados de pessoas durante a ditadura militar no Argentina, dessa forma se estabeleceu a origem do informe “*Nunca Más*” ou também conhecido como “*Informe Sábado*” publicado em setembro de 1984. Até hoje, este informe é a produção escrita mais difundida sobre desaparecimentos ocorridos na Argentina e seu título se converteu num emblema da memória coletiva nacional sob estes fatos (CRENZEL, 2007).

Com respeito a como foi utilizado o informe “*Nunca Más*”, no primeiro momento foi um instrumento emblemático para a reconstrução da memória social no país e ao mesmo tempo serviu como prova jurídica inestimável para os organismos de direitos humanos, já que cada relato integrou as fases públicas e clandestinas dos crimes ocorridos na ditadura. Isto permitiu um conhecimento sobre a magnitude e alcance da violência ocasionada pelo estado, na medida em que afirmou a condição de sujeitos de direitos dos desaparecidos e legitimou as vozes dos familiares e sobreviventes ao incorporar seus testemunhos como parte central. Para as mães também o informe foi como um testamento onde cada relato serviu como chave para fechar a maior tragédia da história argentina e finalmente serve como dispositivo memorial que hoje em dia é um referencial histórico para o país (CRENZEL, 2007).

Neste sentido, é muito importante ressaltar o trabalho incessante das mulheres a favor da recuperação da memória, um dos exemplos mais representativos é o Movimento de Mães da Praça de Maio, uma das organizações sociais de maior importância surgida na Argentina e de grande

¹¹ CONADEP de suas siglas no espanhol, “Comisión Nacional sobre la Desaparición de Personas”.

transcendência na América Latina e no mundo, devido a seus aportes na construção da memória ao longo de quarenta anos de persistência na defesa dos direitos humanos. O Movimento de Mães da Praça de Maio teve sua origem em abril de 1977, num momento em que a ditadura militar impôs um regime autoritário no país e iniciava a materialização de seu discurso mediante práticas repressivas de terrorismo de estado, dirigidas contra um amplo setor da população civil opositora, que recebia o apelativo de “subversiva” e “terrorista” (CUCHIVAGUE, 2012).

Cuchivague (2012) afirma que, o Movimento de Mães da Praça de Maio, tanto em sua fundação como em sua associação, adiantaram obras concretas encaminhadas a reconstrução da memória, uma proposta de ação frente à realidade capitalista, a partir do reconhecimento de seus processos de luta consagrados à memória histórica. Além disso, o movimento também impulsionou outros espaços sociais, atualizando sua mensagem política apresentando-o muito e argumentando a partir de sua experiência própria seus saberes provenientes dos encontros com outros movimentos sociais que tinham motivações similares. As mães têm demonstrado uma grande tenacidade, uma força incomensurável e, sobretudo, uma coerência com a ideia que elas promulgaram desde a conformação do movimento: defender a vida e a dignidade humana (CUCHIVAGUE, 2012).

O Brasil apresenta outro dos exemplos mais notáveis quanto aos processos de reconstrução de memória histórica e social com a apresentação da Comissão Nacional da Verdade CNV. Durante a ditadura militar de 1964 e 1985 o país viveu um dos episódios mais difíceis onde as graves violações aos direitos humanos foram uma constante, detenções ilegais, tortura, execuções, desaparecimentos forçados e ocultação de cadáveres foram em geral os fatos mais visíveis durante este período.

No ano 2011, o Congresso Nacional aprova a realização da CNV, com o objetivo de verificar com maior precisão todas aquelas graves violações cometidas no período da ditadura, no qual estas violações foram consideradas como uma condição da política estatal do país. A criação desta comissão permitiu organizar todo um processo no qual os relatos de histórias de vida se configuraram como um passo importante no sentido de evitar o silêncio e a extinção de registros sobre uma das experiências históricas mais difíceis e traumáticas da história de Brasil no século XX. “As Comissões da Verdade, criadas nos níveis federal e estadual, tem uma missão importante que é trazer à luz uma documentação que, sem lugar a dúvidas, ajudará ao ampliar o conhecimento acerca deste período” (TORRES, 2014, p. 171).

Ao longo de dois anos e sete meses, um curto período para a magnitude da tarefa, e com o apoio de uma equipe dedicada de colaboradores instalada em escritórios em Brasília, Rio de Janeiro e São Paulo, a CNV desenvolveu atividades em todo o território brasileiro. Realizou um número significativo de sessões e audiências públicas; coletou mais de mil depoimentos de vítimas, agentes repressivos e testemunhas; documentos pesquisados e coletados; instalações militares e policiais inspecionadas; elaboraram e divulgaram relatórios preliminares de investigação, e já em 2014 produziu o relatório final, que foi entregue à presidente Dilma Rousseff em 10 de dezembro, composto por três volumes, com um total de aproximadamente 3.500 páginas.

Segundo Torres (2014), os depoimentos prestados diretamente na CNV, têm como referência aquele que ofereceu o depoimento, com base na confiança depositada nele. A memória dos acontecimentos ocorridos no Brasil durante a ditadura baseia-se na declaração que está ligada à testemunha, testemunho direto, que tem um referencial reconhecido e identificado. Assim, a memória tem uma relação direta com os depoimentos, que faz parte de um processo de vital importância para reconhecer o que aconteceu durante o regime, o que, por sua vez, permitiu um processo constante de ressignificação do passado.

O trabalho realizado pela CNV e toda a documentação coletada e produzida por ela, tem servido de referência por vários anos para dar continuidade à atividade de busca em torno da ditadura militar brasileira e de todo o período de pesquisa, tanto no Brasil quanto no exterior. Também auxiliaram fortemente no processo de adoção de políticas públicas que, abrigadas na memória de um passado trágico, efetivaram a proteção e a promoção dos Direitos Humanos no Brasil, fazendo com que uma política de violação dos Direitos Humanos nunca mais se repita.

A partir da memória percebe-se uma consciência que tenta entender fenômenos que por sua vez considerem singularidades íntimas, afetivas e pessoais fazendo uma continuidade com o presente, onde se recuperem memórias ainda que tardias ou reflexivas, que redimam um episódio de violência desde uma perspectiva de sua história de vida. Recuperar a vivência de um episódio traumático, embora rememorar a dor seja doloroso, permite levar aos caminhos de compreensão sobre a violência fortalecendo narrativas e mobilizando esforços de reconhecimento sobre eventos históricos importantes para determinados grupos sociais. A partir da experiência individual acende-se à construção da memória social (JOHANSSON, 2010). Daí a importância de recorrer à memória histórica, que tem permitido falar dos fatos acontecidos no cenário da violência vivida

em Chile, Brasil e na Argentina, processos que ainda continuam vigentes, permitindo conhecer a verdade e dar passo à reparação das vítimas tanto de maneira individual como coletiva.

É importante ressaltar que a história em relação com os fatos acontecidos nos diferentes contextos históricos, políticos e sociais que se encontram os cenários de violência podem ser objetos fundamentais para a explicação destes acontecimentos ao se acionarem os elementos da lembrança a partir de um interesse social em função de reconhecer danos ou reparações sociais frente a determinadas circunstâncias históricas.

Para o contexto do conflito armado colombiano, o trabalho de construção da memória social e histórica no quadro da violência e do confronto que viveu ao longo de sua história, também vem desenvolvendo um trabalho constante de reconhecimento histórico do conflito. Nesse sentido, na Colômbia, o Centro Nacional de Memória Histórica e a Comissão da Verdade emergem como uma necessidade de reconhecer e evidenciar o que aconteceu.

Em 2011, foi criado o Centro Nacional de Memória Histórica do CNMH, com o objetivo de contribuir para a reparação integral e o direito à verdade, por meio da recuperação, conservação e disseminação das memórias plurais das vítimas, bem como o dever de memória do Estado e de todos os autores por ocasião das violações ocorridas no âmbito do conflito armado colombiano, sem um espírito de vingança e em uma atmosfera de justiça, reparação e não repetição (CENTRO DE MEMÓRIA HISTÓRICA, 2022).

Figura 6 – Logotipo do Centro Nacional de Memória Histórica – Colômbia



Fonte: Centro de Memória Histórica (2022).

Da mesma forma, os objetivos da CNMH são o acolhimento, recuperação, conservação, compilação e análise de todo material documental, depoimentos orais e aqueles obtidos por

qualquer outro meio, relacionados às violações ocorridas por ocasião do conflito armado interno colombiano (CENTRO DE MEMÓRIA HISTÓRICA, 2022). Esse ente público atua há 10 anos, através da realização de atividades de pesquisa, museu e pedagógica, entre outros processos que contribuem para o estabelecimento e esclarecimento das causas do fenômeno do conflito armado e da violência nos territórios e nas comunidades vítimas desse flagelo, além de conhecer a verdade e contribuir para evitar sua repetição no futuro.

Nesse sentido, a CNMH tem servido como plataforma de apoio, gestão, intercâmbio e difusão de iniciativas locais, regionais e nacionais em questões de memória histórica, promovendo a participação das vítimas, com uma abordagem diferenciada. Esse apoio é evidenciado pelo trabalho realizado pela instituição em 159 publicações de livros, todas relacionadas ao tema conflito armado. A maioria dessas publicações tem sido feita com o apoio e participação direta das comunidades afetadas pela violência, através de histórias de experiências e seu trabalho na construção da paz em seus territórios.

Junto com as diferentes publicações escritas, a CNMH também apostou na visibilidade da história a partir do trabalho visual com 46 documentários que retratam a partir da voz das vítimas como o conflito na Colômbia tem sido vivido. De acordo com isso, a CNMH, com base nas diferentes investigações realizadas na Colômbia, os resultados dos mesmos permitiram que eles se constituíssem como um estabelecimento que tem buscado promover e apoiar a investigação que contribui para estabelecer e esclarecer as causas das violações ocorridas durante o conflito armado, para conhecer a verdade com o objetivo de contribuir para a não repetição dos fatos vitimizadores; garantindo independência, autonomia e respeito aos pesquisadores, grupos e outras instâncias da investigação científica, bem como pelos resultados apresentados.

Outra instituição que tem trabalhado para a construção de uma memória histórica e social do conflito armado na Colômbia é a Comissão da Verdade CM.

No âmbito do Acordo Final para o término do conflito e a construção de uma paz estável e duradoura, assinada entre o Governo da Colômbia e as Forças Armadas Revolucionárias da Colômbia – EXÉRCITO POPULAR FARC -EP, por meio do Ato Legislativo 01 de 2017 e do Decreto 588 de 2017, foi criada a Comissão para o Esclarecimento da Verdade, Da Convivência e da Não Repetição, como mecanismo temporário e extrajudicial do Sistema Integral da Verdade, Justiça, Reparação e Não Repetição – SIVJRN, saber a verdade do que aconteceu no contexto do conflito armado e contribuir para o esclarecimento das violações e infrações cometidas durante o seu e oferecer uma ampla explicação de sua complexidade para toda a sociedade. (COMISION..., 2021, s.p.).

Figura 7 – Logotipo da Comisión da Verdade – Colômbia



Fonte: Comisión (2022).

O objetivo do CV baseia-se principalmente no esclarecimento dos padrões e causas explicativas do conflito armado interno que satisfaz o direito das vítimas e da sociedade à verdade, promove o reconhecimento do que aconteceu, a convivência nos territórios e contribui para a colocação das bases para a não repetição, através de um processo de participação ampla e plural para a construção de uma paz estável e duradoura. Dessa forma, o CV estabelece como objetivos de suas ações:

1. Contribuir para o esclarecimento do ocorrido, de acordo com os elementos do Mandato e oferecer uma ampla explicação da complexidade do conflito armado, de forma a promover uma compreensão compartilhada na sociedade, especialmente dos aspectos menos conhecidos do conflito, como o impacto do conflito sobre crianças e adolescentes e a violência de gênero, entre outros.

2. Promover e contribuir para o reconhecimento. Isso significa o reconhecimento das vítimas como cidadãos que viram seus direitos violados e como sujeitos políticos de importância para a transformação do país; o reconhecimento voluntário das responsabilidades individuais e coletivas por todos aqueles que participaram direta ou indiretamente do conflito como contribuição para a verdade, justiça, reparação e não repetição; e, em geral, o reconhecimento por toda a sociedade desse legado de violações e infrações como algo que merece a rejeição de todos e que não deve e não pode ser repetido.

3. Promover a convivência nos territórios, com a compreensão de que a convivência não consiste no simples compartilhamento do mesmo espaço social e político, mas na criação de um

ambiente transformador que permita a resolução pacífica dos conflitos e a construção da mais ampla cultura de respeito e tolerância na democracia (COMISIÓN..., 2021).

Assim como a CNMH, o CV trabalha a partir da interação com as comunidades afetadas, o que se evidencia pela publicação de 28 investigações próprias e 5 investigações realizadas com aliados como instituições de ensino superior e organizações de vítimas.

A guerra na Colômbia teve um enorme impacto na vida de indivíduos, famílias e comunidades em todos os territórios; cada comunidade tem um conhecimento, uma compreensão das verdades e uma maneira de se expressar sobre isso. A abordagem investigativa baseada no acervo de histórias e memórias em conjunto com a participação das comunidades tem sido fundamental para garantir o trabalho do Centro de Memória Histórica e da Comissão da Verdade para cumprir sua missão de compreender o que aconteceu e seu compromisso com a construção da paz.

A violência ao longo da história esteve presente em todas as sociedades, e tem sido estudada e analisada a partir de múltiplas perspectivas multi e interdisciplinar. Os impactos que a guerra deixa em sua esteira são a marca visível de um fenômeno que parece não ter fim e que é necessário pensar e repensar a partir dos territórios. Nesse sentido, para o caso colombiano, há toda uma historicidade em torno do que tem sido a violência na Colômbia. O próximo capítulo analisará essa história de conflito e violência na Colômbia, a partir de uma visão generalizada das possíveis causas que desencadearam esse fenômeno, bem como os atores imersos nele, para terminar com um dos temas centrais desta investigação que são vítimas como resultado desses confrontos.

3. AS CARACTERÍSTICAS DO CONFLITO ARMADO COLOMBIANO E DAS VÍTIMAS

Desde a segunda metade do século XX, a Colômbia vive um clima de violência generalizada, já que as múltiplas manifestações deste fenômeno refletem inúmeras questões entre si. Durante décadas, a violência na Colômbia tem persistido, atingindo os cantos mais profundos da sociedade, revelando os eventos mais sangrentos que um fenômeno como esse pode expressar. A população colombiana tem sido fortemente afetada direta e indiretamente por uma violência com múltiplos fatores, bem como um grande número de atores nela envolvidos.

A compreensão do fenômeno da violência na Colômbia tem sido complexa devido às múltiplas dimensões que a caracterizam, portanto, entende-se que esse fenômeno pode ser estudado como um processo social. Essas características explicam a dificuldade de se estabelecer uma definição precisa para um tema que vem mudando gradualmente. O problema da definição de violência (SÁNCHEZ, 2007) não pode, portanto, ser tratado apenas como uma perspectiva histórica, em que circunstâncias, interpretações e representações de processos se sobrepõem fortemente uns aos outros. É necessária uma análise crítica e reflexiva, voltando-se a interpretar a dureza e a natureza dessa manifestação única.

O objetivo desta reflexão, inicialmente, é analisar as continuidades e rupturas nos ciclos de violência política e social no país ao longo do século XX. Posteriormente, busca-se dar lugar à compreensão do fenômeno do conflito armado e seus processos na Colômbia, finalizando com uma análise da situação das vítimas no país, especialmente em relação ao papel desempenhado pelas mulheres nesse contexto.

3.1 Violência na Colômbia

A violência tem sido historicamente uma forma utilizada pela sociedade para resolver suas diferenças, sejam essas de um determinado tipo social, político, econômico, familiar, entre outros. No entanto, parece que na Colômbia há um fio comum associado à cultura política e à violência e que, portanto, tornou-se costume resolver conflitos por meio disso, especialmente quando as lutas sociais têm sido historicamente percebidas como ordem desestabilizadora e, nessa medida, a subversão se confunde com o crime e o tratamento tem se ajustado a essas circunstâncias (VARGAS, 2000).

O século XIX na Colômbia foi violento. As guerras civis eram uma constante para resolver confrontos partidários mediante o uso de armas, primeiro entre federalistas e centralistas, depois entre liberais e conservadores. Segundo Rodrigo Pardo (2010), na Colômbia do século XIX, era fácil entrar em guerra devido à abundância de armas herdadas pela Independência, ao costume generalizado de servir nas fileiras e à militarização da sociedade que destacava a autoridade dos altos funcionários sobre o resto da população. Nessa ordem de ideias, os líderes políticos poderiam, sem muito esforço, promover uma guerra para enfrentar ou apoiar o governo da época.

Em reconhecimento à mudança da natureza do que é conhecido como violência na Colômbia, seus protagonistas e seus contextos, o Centro Nacional de Memória Histórica (CNMH), preparou um relatório geral chamado *BASTA YA! Colombia: memórias de guerra y dignidad*¹² (2013), em que foram identificados quatro períodos que mostram a evolução marcante da longa historicidade desse fenômeno:

Quadro 3 – Períodos da Violência na Colômbia

PERÍODOS DA VIOLÊNCIA NA COLÔMBIA (CNMH, 2013)	
O primeiro período (1958-1982)	Marca a transição da violência bipartidária para a subversiva, caracterizada pela proliferação de guerrilhas que contrastam com o aumento da mobilização social e a marginalização do conflito armado.
O segundo período (1982-1996)	Destaca-se pela projeção política, expansão territorial e crescimento militar das guerrilhas, o surgimento de grupos paramilitares, a crise e o colapso parcial do Estado, a irrupção e a disseminação do tráfico de drogas, o aumento e o declínio da Guerra Fria, juntamente com o posicionamento do tráfico de drogas na agenda global, a nova Constituição Política de 1991 e os processos de paz e reformas democráticas com resultados parciais e ambíguos.
O terceiro período (1996-2005)	Marca o limiar para a intensificação do conflito armado. Destaca-se pelas expansões simultâneas de guerrilhas e grupos paramilitares, pela crise e pela recomposição do Estado em meio ao conflito armado e à radicalização política da opinião pública em direção a uma solução militar para o conflito armado. A luta contra o tráfico de drogas e seu entrelaçamento com a luta contra o terrorismo renovam as pressões internacionais que alimentam o conflito armado, juntamente com a expansão do tráfico de drogas e as mudanças em sua organização.
O quarto período (2005-2012)	Marca o rearranjo do conflito armado. Destaca-se por uma ofensiva militar do Estado que atingiu seu grau máximo de eficiência na ação de contra-insurgência, enfraquecendo, mas não subjugando as guerrilhas, que até se reorganizaram militarmente. Ao mesmo tempo, há o fracasso das negociações políticas com grupos paramilitares, o que resulta em um rearmamento que é acompanhado por um violento rearranjo interno entre estruturas altamente fragmentadas, voláteis

¹² Título original no espanhol.

	e mutáveis, fortemente permeadas pelo tráfico de drogas, mais pragmáticas em suas ações criminosas e mais desafiadoras à frente do Estado.
--	--

Fonte: adaptado de Centro de Memória Histórica (2022).

Durante o século XIX e grande parte do século XX, os partidos políticos tradicionais recorreram à violência para resolver disputas pelo poder e, em particular, para alcançar o domínio do aparato estatal, a tal ponto que essa ação pode ser considerada como uma constante histórica de várias décadas. O confronto político bipartidário foi tão radicalizado e degradado que os grupos armados cometeram massacres, atos violentos, como: crimes sexuais, desapropriação de bens e outros atos violentos com os quais "puniam" o adversário. Segundo Uribe (2004), rituais macabros, como o desmembramento de homens vivos, as exposições de cabeças decepadas e a dispersão de partes do corpo ao longo das estradas rurais, que ainda sobrevivem na memória da população colombiana, deram sua marca a esse período que, como já mencionado, passou a ser chamado genericamente de "Violência", que parece ter sido um fenômeno naturalizado na história política nacional (OQUIST; GAITAN, 1995).

A violência se expressou, entre outras formas, na onda repressiva contra os movimentos agrários, operários e populares urbanos agrupados em torno dos ideais do *gaitanismo*, e atingiu seu nível máximo de radicalização política após o assassinato do líder liberal Jorge Eliécer Gaitán, em 9 de abril de 1948, um evento que provocou protestos populares e ficou conhecido como *El Bogotazo*.

O dia do assassinato de Jorge Eliécer Gaitán é um momento de particular importância na história da Colômbia. Em primeiro lugar, há muitos que, até hoje, cinquenta anos após sua morte, consideram que este "assassinato" frustrou as esperanças de todos aqueles que viram em Gaitán a possibilidade de acessar uma sociedade verdadeiramente democrática, mais justa, menos exclusiva. Essa imagem tradicional do "*caudillo del pueblo*" é legitimada, entre outros aspectos, por inúmeros escritos em que Gaitán aparece, invariavelmente, como uma espécie de messias que, uma vez que se tornou presidente, resolveria muitos dos males que na época afligiam a sociedade colombiana (ARIAS, 1998, p. 39).

Como marca registrada da década de 1950, a violência foi travada entre cidadãos ligados a coletividades políticas atacando os militantes do partido opositor ou seus territórios de influência.

Após os grandes episódios de violência vivenciados durante e após o *Bogotazo*, a Colômbia entrou em um novo estágio social e político conhecido como Frente Nacional. Em 1956, o Partido

Conservador e o Partido Liberal assinaram o Pacto de Benidorm, na Espanha. Um acordo que estabeleceu o sistema de alternância política entre ambas as forças. Esse pacto era válido até 1974 e foi defendido como um retorno ao sistema democrático, após a ditadura militar do general Gustavo Rojas Pinilla. No entanto, o pacto incluiu apenas os dois partidos tradicionais, razão pela qual fez surgir movimentos de oposição, dando origem ao: Movimento Revolucionário Liberal (MRL), Movimento Revolucionário Independente dos Trabalhadores (MOIR) e à Aliança Nacional Popular (ANAPO).

Entre 1974 e 1990, a história da Colômbia foi marcada por várias reformas constitucionais que, apesar de apresentarem alguns progressos, mantiveram sérias deficiências sociais de natureza estrutural. Essas incluíram a promulgação de uma reforma agrária com o objetivo de permitir o acesso a terra.

Em 1978, a repressão política e armada exercida sob a legislatura do presidente Julio César Turbay Ayala (1978-1982), do Partido Liberal, ficou conhecida pela publicação do controverso Estatuto de Segurança, sob o objetivo de apaziguar as revoltas sociais que desencadearam inúmeras violações dos direitos humanos. Paralelamente, ao longo da década de 1970, foram feitas mudanças drásticas na política econômica: a intervenção estatal foi reduzida, dando origem a processos de liberalização econômica. O resultado disso foi a deterioração da estrutura social, o aumento das taxas de juros, o aumento da especulação e a concentração empresarial.

Simultaneamente ao cenário político que aconteceu nos centros urbanos, às crises e confrontos políticos vivenciados na Colômbia, outras manifestações político-sociais foram travadas, em relação ao surgimento de grupos armados ilegais que nasceram como estratégia de luta e confronto contra o Estado e suas políticas repressivas. Nesse contexto, os grupos armados justificaram e continuam a justificar o uso da violência como único método para transformar a sociedade e com a intenção de não permitir mudanças consideradas ilegítimas. Assim, a fratura criada pelas desigualdades, o uso da violência e a luta pelo poder marcaram a dinâmica social e política que ocorreu na Colômbia até hoje, deixando uma marca permanente que escreveu a história passada e atual do país.

3.2 Conflito Armado Interno

O conflito colombiano tem sido heterogêneo, tanto ao longo do tempo quanto na extensão do território, assim como seus atores, suas vítimas e seus repertórios violentos. Trata-se de uma guerra difícil de explicar, não apenas por sua natureza prolongada e pelas diversas razões que a auxiliam, mas pela mudança da participação de múltiplos atores legais e ilegais, por sua extensão geográfica e pelas particularidades que assume em cada região do campo e nas cidades, bem como por sua imbricação com as outras formas de violência que assolam o país.

Na Colômbia, o conflito armado não tem uma forma distinta de violência. Os atores armados opositores usaram e conjugaram todas as formas de violência e cometeram crimes de guerra e crimes contra a humanidade, tornando a população civil a principal vítima do conflito. Mas nem todos os grupos armados e organizações praticavam a violência com a mesma intensidade e com o mesmo grau de excessos, embora todos tenham fundado suas estratégias nisso.

Ao longo da história, diferentes estudos sobre o tema estabeleceram algumas causas consideradas como possíveis gatilhos do conflito armado na Colômbia. Em primeiro lugar, podem ser mencionadas causas econômicas e desigualdades sociais. Nesse sentido, algumas posições teóricas giram em torno da definição de que as desigualdades socioeconômicas, a exclusão, discriminação de alguns setores e a injustiça geraram ressentimentos ou deficiências, que seriam as principais causas de discordância e conflito no país.

No entanto, novas propostas teóricas sobre o estudo do conflito armado afirmam que, no caso colombiano, seria um cenário oposto. Não é a desigualdade que gerara o contexto de violência, mas a violência que estabeleceu cenários de violência onde há correlação – mas não uma relação causal direta – entre desigualdade e conflito violento, já que outros países têm uma distribuição de renda semelhante à da Colômbia e nenhuma insurgência armada.

Outro possível gatilho para tais ocorrências pode estar associado a causas políticas e institucionais. Dessa forma, argumenta-se que há uma precariedade em torno da presença do Estado, o que nos permite pressupor que a atividade armada ilegal tenha causas claramente identificáveis, como polarização política, impunidade, busca de renda, mercados ilegais, falta de força pública, disputas territoriais entre grupos fora da lei etc.

De acordo com essa abordagem, a relação entre pobreza e conflito na Colômbia tem sido mediada pelas instituições existentes. Partindo de um legado histórico de exclusão das instituições iniciais, mostra-se que tais instituições, juntamente com características idiossincráticas da história colombiana, como a luta armada entre partidos políticos tradicionais, conflitos agrários não resolvidos, apoio externo na guerra fria, a existência de forças militares mal equipadas e treinadas sem ordens diretas para proteger indivíduos e comunidades e a descentralização que ocorreu no final do ano. Os anos oitenta e início dos anos noventa deram à luz e forma ao conflito armado interno e às condições atuais de pobreza na Colômbia (RESTREPO; APONTE, 2009, p. 20).

Outra linha de pensamento sobre as possíveis causas do conflito colombiano baseia-se em fatores sociais e culturais. Alguns estudos recentes questionam a existência de uma "cultura de violência" enraizada no tecido social dos colombianos, segundo a qual há um condicionamento inicial na sociedade em favor da violência como mecanismo de resolução de conflitos políticos. Nesse sentido, explora-se a hipótese de que o conflito violento colombiano tem suas raízes nas relações familiares e de vizinhança, bem como na perda de valores e coesão, todos os elementos ligados à esfera social.

Le Grand (2003) analisa o papel que a sociedade civil colombiana tradicionalmente desempenhou e questiona como ela poderia levar o conflito a uma resolução pacífica. Embora grande parte da literatura sobre violência na Colômbia indique que a sociedade civil tenha sido tradicionalmente fragmentada, fraca e não influente, o autor argumenta:

[...] uma questão fundamental é se a violência dos últimos 20 anos tem minado os movimentos sociais e tornando-os insustentáveis, ou se, em vez disso, a violência gerou novos movimentos que se mostraram essenciais na redução dos níveis de violência (LE GRAND, 2003, p. 189).

Dessa forma, compreender o conflito armado colombiano e suas possíveis causas ou raízes é apresentado como um cenário intrincado e contextos complexos de ação. Parece claro que a violência não está enraizada apenas em elementos socioeconômicos, como desigualdade ou crescimento econômico, nem em fatores políticos, como a natureza do regime político, mas na junção de vários desses elementos. Junto a causas ou gatilhos da violência na Colômbia, também são encontrados os atores que permitem a existência de uma atividade contínua de violência e resistência. Aqueles que atuam como atores também têm um papel importante a desempenhar na compreensão desse

fenômeno e no fato de a Colômbia continuar atualmente em um confronto constante no qual a população civil tem sido a mais afetada.

3.2.1 Características do conflito armado

Sem dúvida, o conflito armado colombiano é considerado um dos mais longos do continente, sua duração e intensidade fazem parte de suas principais características. Entretanto, deve-se notar que esse fenômeno tem em si uma essência em sua tipologia, que não só vai na direção de um confronto armado, mas que transfere o confronto para todos os cenários sociais, sejam políticos, econômicos, psicológicos etc. Na Colômbia, desenvolveu-se um conflito armado interno, com fortes raízes sociais, políticas e econômicas, que foi capaz de gerar uma crise humanitária com proporções de guerra convencional, com atores armados claramente definidos, evidenciando estruturas armadas em vários departamentos e regiões do país, com linhas de comando e hierarquias reconhecidas local e nacionalmente, as quais possuem (pelo menos no caso de organizações guerrilheiras) plataformas políticas e propostas de construção de Estado.

O conflito armado colombiano tem como uma de suas características a guerra irregular e de baixa intensidade, uma vez que se distingue das guerras convencionais, sem focar na eliminação física do inimigo, mas, tendo como objetivos a deslegitimação e o isolamento, propiciando terrenos disputados que são medidos no nível político a que o elemento militar está subordinado (TREJOS, 2008).

Outra das características mais importantes e particulares do conflito armado colombiano tem sido o envolvimento cada vez mais direto de grupos armados ilegais em todas as etapas de produção e distribuição de narcóticos, especialmente cocaína e heroína. A realidade é que as guerrilhas (especialmente as Forças Armadas Revolucionárias Colombianas – FARC-PE) teriam sérias dificuldades em continuar a escalar a guerra que estão travando contra o Estado sem os recursos econômicos significativos que obtêm por meio de um complexo sistema de tributação coercitiva imposto às áreas de cultivo e processamento de folhas de coca.

Esse problema, associado ao narcotráfico, apresenta características inéditas na região, como o envolvimento de todos os atores armados no tráfico de drogas (alguns mais do que outros) e seu interesse em consolidar o poder político-militar nos municípios, mas não destruí-los, e sim tomá-los, apropriando-se de seus recursos econômicos e burocráticos. Nesse sentido, as economias rurais são drasticamente modificadas, sendo substituídas por culturas ilícitas. Assim, cria-se um ambiente no

qual muitas pessoas podem dedicar-se a uma vida intimamente relacionada às culturas ilícitas, pois aqueles que monopolizam armas e poder econômico permitem e incentivam, uma vez que o Estado é incapaz de detê-las. Somado a isso, o conflito armado reduz drasticamente as oportunidades econômicas tradicionais (agricultura, pecuária etc.), forçando as pessoas a se articular ao único trabalho alternativo apresentado a essas comunidades.

Por outro lado, há uma ruptura e continuidade do Estado. O complexo panorama social, político e militar mostra a incapacidade de o Estado colombiano manter e controlar os monopólios que deveriam ser a pretensão estatal de qualquer sociedade, o que gerou historicamente uma presença diferenciada do Estado no território nacional, estabelecendo uma ruptura entre centros urbanos e periferias. Isso de alguma forma favoreceu a presença de grupos insurgentes nos territórios, aproveitando a pouca presença do Estado.

A pluralidade de atores que alimentaram e transformaram o conflito armado no país também pode ser considerada como característica do conflito na Colômbia. Embora os principais atores do conflito sempre tenham sido, em sua maioria, partidos políticos tradicionais e movimentos de guerrilha, o surgimento de diferentes grupos revolucionários, paramilitares e a influência do tráfico de drogas tiveram uma predominância maior ou menor dependendo do período estudado. Além disso, deve-se lembrar que, em geral, a Colômbia tem sido caracterizada por uma lacuna social entre uma elite política com forte presença regional, proprietária e monopolizadora e, por outro lado, grupos minoritários como indígenas, afrodescendentes e camponeses que não tiveram o mesmo acesso a direitos de propriedade ou serviços estatais.

3.2.2 Atores do conflito

A Colômbia tem se caracterizado como um país com instabilidade política e econômica ligada, da mesma forma, a aspectos de natureza social e cultural. Essa situação de instabilidade acabou caracterizando o país como um lugar onde o Estado perde legitimidade e até mesmo controle, devido à falta de: presença em muitas regiões do território nacional; ineficiência institucional; por um alto grau de influência da comunidade internacional sobre as decisões domésticas; altos níveis de pobreza, desemprego e exclusão social; pelas relações de poder que geraram corrupção, clientelismo e monopólios aguçados e intensificados com o conflito armado. Na Colômbia, os conflitos sociais sobre

a terra foram substituídos por lutas voltadas ao domínio territorial, nos quais a política deu lugar à força e o Estado age como um outro poder armado sobre a população (ECHANDÍA; REYES, 2000).

Essas desigualdades, presentes há muito tempo, têm fomentado a formação de grupos armados que, liderados por diferenças políticas e pela grande exclusão socioeconômica vivenciada em um grande setor do país, mobilizaram e adotaram identidades políticas diferenciadas e formas particulares de operar nas diferentes regiões. Entre os setores excluídos estão as esferas universitária e intelectual, a população camponesa e indígena.

Como consequência disso, na Colômbia, há o surgimento do que é conhecido como "guerrilhas", termo que serve para designar um grupo que usa táticas militares irregulares em um conflito de guerra (DICIONÁRIO CRÍTICO, 2022) e cuja base estratégica se volta principalmente para um grupo irregular armado, que tem apoio entre a população civil e um terreno apropriado que lhe permite evitar o combate aberto. Esses podem, em certas circunstâncias, enfrentar um exército regular com chance de sucesso.

Para tanto, requer, em primeiro lugar, objetivos políticos capazes de unir um grupo disposto a usar as guerrilhas, podendo organizar-se com finalidades tão variadas quanto há opções políticas no espectro; no entanto, a maioria dos movimentos de guerrilha foram articulados com base em duas ideologias, muitas vezes combinadas: o nacionalismo e o marxismo-leninismo em qualquer uma de suas variantes (DICIONÁRIO CRÍTICO, 2022).

Uma das características do conflito na Colômbia é a pluralidade de atores que alimentaram e transformaram o conflito armado no país. Embora os principais atores do conflito sempre tenham sido, em sua maioria, partidos políticos tradicionais e movimentos de guerrilha, o surgimento de diferentes grupos revolucionários, paramilitares e a influência do tráfico de drogas tiveram uma predominância maior ou menor dependendo do período estudado. Na Colômbia, as guerrilhas mais notórias da segunda metade do século XX foram as Forças Armadas Revolucionárias da Colômbia (FARC), o Exército do Povo (FARC-EP), o Exército de Libertação Nacional (ELN), o Exército de Libertação Popular (EPL) e o Movimento 19 de abril (M-19) (TAWSE-SMITH, 2008).

Quadro 4 – Caracterização dos grupos armados ilegais na Colômbia

Grupo	Descrição
	O FARC-PE foi formado em 1964 como um grupo camponês de autodefesa, de ideologia marxista-leninista e cuja estratégia militar tem sido principalmente a luta guerrilheira. As origens desse grupo ocorrem na primeira conferência do Bloco do Sul. Pedro Antonio Marín Marín, vulgo Manuel Marulanda Vélez ou Tirofijo, juntou-se às fileiras dos grupos liberais de autodefesa camponesa na década de 1950, em um território do corregimento de Gaitania (Departamento de Tolima), chamado

<p>Forças Armadas Revolucionárias da Colômbia, o Exército do povo FARC-EP),</p>	<p>República de Marquetalia. O objetivo era criar as guerrilhas para representar a população rural e constituir um governo que se dedicasse à redistribuição do bem-estar. Em 1982, na VII Conferência na região de Guayabero (Meta), os guerrilheiros decidiram adicionar "Exército popular (FARC-EP)" ao nome e esclarecer a concepção operacional tática e estratégica.</p> <p>Geograficamente, este grupo armado tem sido mais extenso nas regiões sudeste da selva e nas planícies na base das Montanhas dos Andes. Em 2000, o movimento controlava quase 40% do território colombiano, com cerca de 12.000 combatentes e em 2007 com 18.000, de acordo com as declarações da organização. Em 2008, Tirofijo morreu de ataque cardíaco e deixou Alfonso Cano no cargo, que morreu nas mãos do Exército em 2011. Atualmente, Rodrigo Lodoño Echeverri, conhecido como Timochenko, dirige o movimento e tem cerca de 8.000 membros (TAWSE-SMITH, 2008).</p>
<p>Exército de Libertação Nacional da Colômbia (ELN)</p>	<p>O ELN nasceu em 1965, influenciado pela Revolução Cubana (1959) e pela Teologia da Libertação. Juntamente com as FARC-EP, eles compõem o chamado foco insurreição. Historicamente, o surgimento desse movimento tem a ver com a radicalização da luta de classes por meio da violência. Esse processo está entrelaçado com a necessidade de sobrevivência e a convicção da impossibilidade de dar uma saída por outros meios para a situação que o país vive. Atualmente, o chefe do ELN é Nicolás Rodríguez Bautista, conhecido como "Gabino", e tem cerca de 3.000 combatentes, com base ideológica marxista-leninista. O ELN tem presença principalmente na área de Catatumbo, no norte de Santander, ao sul do Departamento de Bolívar, nos departamentos de Arauca, Cesar, Antioquia, Cauca, Nariño, Chocó e Valle del Cauca. O principal objetivo desse grupo armado é o impacto sobre as potências locais e regionais; portadores da proposta de "dupla potência" coletada da experiência em El Salvador. O ELN nasceu com a influência da Revolução Cubana e outras lutas nacionalistas (TAWSE-SMITH, 2008).</p>
<p>Exército Popular de Libertação Nacional (EPL)</p>	<p>O Exército Popular de Libertação Nacional foi criado em 1966 e, ao contrário dos anteriores, sua ideologia é marxista-leninista-maoísta ligada ao Partido Comunista. Esse grupo passou por um processo de desmobilização de 2.000 combatentes em 1991. Atualmente, existe um pequeno grupo dissidente chamado Libardo Mora Toro, no norte de Santander (TAWSE-SMITH, 2008).</p>
<p>Movimento 19 de abril (M-19)</p>	<p>O M-19 entrou em cena em 1973 e difere de outras experiências subversivas por seu caráter rural, democratizando o discurso. Além disso, definiu-se como um movimento antioligárquico, anti-imperialista de unidade e com uma proposta política. Nasceu como resultado da fraude eleitoral declarada em 1970. Alguns de seus principais líderes já haviam lutado nas FARC-PE e se tornou uma força política (Aliança Democrática M-19) após a assinatura do acordo de Corinto em 1984, além do acordo de paz em 1990 e do processo de desmobilização acordado em 1989, que resultou em uma nova constituição em 1991, o Partido Revolucionário dos Trabalhadores (PRT) e o Movimento Armado Quintín Lame (MAQL) também se desmobilizaram (TAWSE-SMITH, 2008).</p>

Fonte: TAWSE-SMITH (2008).

Outro fenômeno que também se soma ao conflito armado interno na Colômbia é o chamado “paramilitarismo”. Segundo Tawse-Smith (2008), o surgimento de grupos paramilitares, sindicalizado aos setores das forças armadas por tê-lo promovido, é entendido como uma reação

espontânea, legal e funcional para obter segurança. Os grupos paramilitares então emergiram como um fenômeno puramente reativo e como alianças geradas entre as potências regionais mais tradicionais e relutantes em mudar, razão pela qual adquiriram uma presença maior na periferia e naqueles municípios onde a escassa institucionalidade e a pouca presença do Estado eram uma reivindicação permanente:

O crescimento acelerado das FARC nesse período, bem como o ressurgimento do ELN e a consolidação do EPL, em determinadas áreas, levaram a uma percepção generalizada por parte dos proprietários e pecuaristas de que esses acordos eram desvantajosos, e que apenas aqueles que pensavam assim eram acompanhados por uma nova classe de proprietários agrários que investiram capital acumulado no tráfico de drogas, eles consolidaram seus próprios domínios territoriais e implementaram novos modelos de segurança em seus ambientes (ECHANDÍA; REYES, 2000, p. 107).

Foi sobre este rótulo de justiça privada que grupos paramilitares surgiram em todo o país, buscando enfraquecer grupos armados ilegais — eliminando o apoio civil contrário — mediante ameaças, homicídios, torturas e massacres, entre outras práticas (TAWSE-SMITH, 2008). Uma vez que os grupos paramilitares em suas origens eram um fenômeno reativo de alianças, sua durabilidade, sua persistência e crescimento foram se tornando uma função dos guerrilheiros. Além disso, nesse contexto, é evidente que os propósitos estratégicos, políticos e militares dos grupos paramilitares não apresentavam entre suas prioridades a humanização do conflito, ao passo que, para alcançar seus interesses (para se fortalecer militar e politicamente), tiveram como mecanismo a aplicação de estratégias financeiras que passam sobre a população civil e seus direitos fundamentais.

Levando em conta as diferenças entre ELN, FARC e paramilitares — em suas bases sociais e políticas —, bem como os efeitos de suas estratégias e procedimentos violentos na sociedade e no apoio de seus oponentes, observa-se que os propósitos estratégicos, políticos e militares dos grupos fora-da-lei não têm entre suas prioridades a humanização do conflito. Isso se evidencia pelo fato de que, para se fortalecer militar e politicamente, eles têm como mecanismo a aplicação de estratégias financeiras que envolvem a população civil e seus direitos fundamentais, sendo utilizadas de duas formas: cada grupo quer dominá-la acima das demais e, soma-se a essa situação, o fato de que o conflito está adquirindo maior grau de confronto direto, desenvolvendo-se em áreas onde a população tem alto grau de vulnerabilidade, mesmo quando não está diretamente envolvida,

tornando-se cada vez mais imersa no conflito e em meio a atores armados que lutam pelo controle dos territórios usando mecanismos violentos.

Neste contexto de violência sistemática pela qual a Colômbia tem passado, é inegável que a população civil é a vítima mais diretamente afetada. Os confrontos armados, que há mais de seis décadas geraram impactos sociais, econômicos, culturais e ambientais, permanecem visíveis como o reflexo de uma realidade que ainda sobrevive até hoje.

3.2.3 Diálogos de paz

Historicamente, a Colômbia tem procurado por meio dos diálogos com os diferentes grupos insurgentes, a possibilidade de mudar os cenários de confrontos armados por novos caminhos de reconciliação. É assim que, durante muitos anos, os diferentes governantes têm procurado o diálogo como uma ferramenta para procurar a paz no país. No entanto, as falhas são evidenciadas por não terem condições de ambos os lados para alcançar consensos e acordos. Dessa forma, podem ser listadas as ocasiões em que o Estado colombiano estabeleceu cenários de diálogo:

a. Na década de 50, os guerrilheiros liberais assinaram um acordo de paz que se limitava ao desarmamento, desmobilização e laços trabalhistas para alguns. Os principais líderes foram assassinados, enquanto a estrutura de poder permaneceu intacta e a classe política dividiu o governo em um pacto de amigos. Os camponeses, depois de colocar 300 mil mortos e mais de um milhão que perderam em seus lotes, não foram compensados pelos danos causados. Em vez disso, os proprietários de terras, beneficiados pela expansão de seus latifúndios com novas terras e os responsáveis por essa sujeira, foram cobertos com o manto da impunidade graças a um generoso acordo de perdão e esquecimento entre amigos.

b. Nos anos 80, foi aberto um processo de paz com as FARC, dando origem à União Patriótica. Inicialmente, os inimigos da paz buscaram institucionalizar o genocídio que registrou mais de 3.500 militantes mortos desta força política. A intolerância e a relutância fizeram essa tentativa falhar.

c. Em 1990, começou o terceiro processo de paz, culminando na desmobilização e desarmamento de 6 grupos, com cerca de 5 mil guerrilheiros. Como no processo de 1950, vários de seus líderes foram mortos, outros assimilados pelo estabelecimento em troca de cargos públicos, cadeiras parlamentares, bolsas, carro e alguns subsídios.

d. Em 1991, iniciou-se uma quarta tentativa de paz. Na ocasião, o Coordenador da Guerrilha, Simón Bolívar, bem como as FARC-EP, o ELN e a EPL realizaram uma atividade de exploração e diálogos com o governo de Cesar Gaviria. Eles começaram em Cravo Norte, na Colômbia, mudaram-se para Caracas, Venezuela, e concluíram os diálogos em Tlaxcala, México. O Presidente Gaviria tinha medo da paz e desejava que esse processo fosse de continuidade, apresentando o mesmo escopo assinado com o M-19 e a fração EPL. Quando ele entendeu a diferença, sob um pretexto inconsequente diante da paz, retirou-se da mesa de diálogo e declarou guerra integral, sob o orçamento que em seis meses derrotaria a insurgência colombiana;

e. Em 1998, a quinta tentativa de paz foi aberta. As FARC-PE iniciou contatos com o governo de Andrés Pastrana e abriu as negociações em 7 de janeiro de 1999, permanecendo em meio a grandes dificuldades e tropeços. Isso começou a partir de uma reunião realizada pelo recém-eleito presidente da república, Andrés Pastrana Arango, com o líder das FARC, Manuel Marulanda Vélez. Na ocasião, expressaram suas intenções para iniciar diálogos e alcançar uma solução negociada para o conflito armado na Colômbia. No entanto, apesar das expectativas e esperanças colocadas nesse processo, o contexto em que as conversações ocorreram em *El Caguan* sempre foi muito complexo e tenso. Durante os anos de negociação, a agenda foi difícil de se desenvolver e progrediu muito lentamente, devido a vários obstáculos causados por incidentes graves que prejudicaram a confiança dos dois lados.

A ruptura definitiva desse processo ocorreu em 20 de fevereiro de 2002, quando a coluna móvel das FARC, Teófilo Forero, desviou um avião de uma companhia aérea comercial e a forçou a pousar na rodovia nacional para sequestrar o senador Jorge Gechem, que era passageiro. Esse episódio foi o gatilho para o presidente Andres Pastrana Arango romper o processo de paz com as FARC e decretar o fim da zona desmilitarizada;

f. O ELN, em 1998, apresentou sua proposta de paz ao país. O processo da Convenção Nacional começou em julho do mesmo ano, mediante o acordo assinado com alguns representantes da sociedade colombiana em Mainz, Alemanha. O processo com o ELN foi interrompido poucos meses após seu início, dada a atitude arrogante do presidente Andrés Pastrana que, ao não compartilhar o conteúdo da proposta, discriminou-a e dificultou-a. O processo da Convenção Nacional, como é concebido, e o papel atribuído à sociedade colombiana pela proposta de paz do ELN foram a principal razão para a posição hostil do governo em relação a ela.

g. Em novembro de 2002, o presidente Álvaro Uribe convidou os paramilitares a negociar. O *Consejo Mayor de las Autodefensas Unidas de Colombia* (AUC), liderado por Carlos Castaño, respondeu decretando uma trégua permanente a partir do dia 1.º de dezembro de 2002. Assim, iniciou-se um processo de paz entre o Governo e a referida organização. A lei n.º 782 de 2002, o decreto n.º 1.258 de 2003 e a lei n.º 975 de 2005, denominada Lei da Justiça e da Paz, regulamentaram a desmobilização dos “paras”, que confessaram todos os seus crimes e disseram a verdade total às autoridades, obtendo pena máxima de oito anos de prisão, com exceção dos que tivessem cometido crimes contra a humanidade. A lei foi aprovada em meio a controvérsias. O governo alegou que impôs “altos requisitos de justiça”, enquanto a oposição e os setores internacionais viram o ato como abertura de portas para a impunidade;

h. Em 2012, sob o governo de Juan Manuel Santos, começaram as negociações de paz com as guerrilhas das FARC. A abertura oficial dos diálogos ocorreu inicialmente em Oslo, em 18 de outubro de 2012, e mais tarde se estabeleceu em Havana Cuba. Esses diálogos foram considerados de extrema importância porque abriram as portas para o diálogo com o grupo insurgente das FARC, apesar dos fracassos anteriores. A partir do momento da instalação da mesa de diálogo (e apesar do sigilo em que essas negociações foram realizadas), sabe-se que foram feitos progressos significativos. Ao final dos diálogos, assinou-se o acordo final contendo 6 pontos essenciais (ACUERDO FINAL, 2016):

1. Reforma Rural Integral: destinada a contribuir para a transformação estrutural do campo, fechando as lacunas entre o campo e a cidade e criando condições de bem-estar e boa vida para a população rural;

2. Participação política: abertura democrática para construir a paz. A construção e consolidação da paz, no âmbito do fim do conflito, requereu uma expansão democrática que permitisse novas forças emergirem no cenário político para enriquecer o debate e a deliberação em torno dos grandes problemas nacionais e, dessa forma, fortalecer o pluralismo. Logo, a representação das diferentes visões e interesses da sociedade, com as devidas garantias de participação e inclusão política, também foram fortalecidas;

3. Cessar-fogo bilateral e definitivo e cessação de hostilidades e a derrubada de armas. Visou o encerramento definitivo das ações ofensivas entre a Força Pública e as FARC-PE, em geral relativas às hostilidades e qualquer ação prevista nas Regras que regiam a cessação, incluindo o dano à população, criando as condições para o início da implementação do Acordo Final e a fixação

de armas, bem como preparar as instituições e o país para a reincorporação das FARC-PE para a vida civil;

4. Solução para o problema das drogas ilícitas. Para a construção da paz, buscou-se encontrar uma solução definitiva para o problema das drogas ilícitas, incluindo culturas ilícitas e a produção e comercialização de drogas;

5. Vítimas: o acordo criou o Sistema Integral da Verdade, Justiça, Reparação e Não Repetição, que contribuiu para o combate à impunidade, combinando mecanismos judiciais que permitem a investigação e punição de graves violações dos direitos humanos e graves violações do Direito Humanitário Internacional, com mecanismos extrajudiciais complementares voltados ao esclarecimento da verdade do que aconteceu, à busca por entes queridos desaparecidos e à reparação dos danos causados às pessoas, grupos e territórios inteiros.

6. Foram criados mecanismos de implementação e verificação, nos quais se definiu uma “Comissão para o Acompanhamento, Promoção e Verificação da Implementação do Acordo Final”, composta por representantes do Governo Nacional e das FARC-PE, a fim de, entre outros intuitos, monitorar os componentes do Acordo e verificar seu cumprimento, servir como exemplo para a resolução de diferenças, assim como a promoção e acompanhamento da implementação legislativa.

Um primeiro acordo de paz, assinado em Cartagena, em 26 de setembro de 2016, deveria ser aprovado na Colômbia em um plebiscito no qual os cidadãos poderiam votar “Sim” ou “Não”. Na ocasião, o resultado foi uma vitória para o “Não”, forçando o governo a renegociar o acordo, levando em consideração as objeções dos opositores do acordo, ao mesmo tempo que criava incerteza sobre a aplicação legal dos acordos. Após um período de negociação com os promotores do “Não”, o governo e as FARC-PE concordaram com um novo texto para o acordo de paz, assinado em 24 de novembro no Teatro Colón, em Bogotá. Esse novo acordo foi ratificado pelo Senado colombiano e pela Câmara dos Deputados nos dias 29 e 30 de novembro de 2016.

É de extrema importância levar esse contexto em conta, mas também é necessário reconhecer que os esforços não foram suficientes, não foram capazes de impedir a intensificação do conflito armado ou de conter suas trágicas consequências: o negócio da guerra parece ser cada vez mais lucrativo para os atores armados; não há consideração para a população civil e as causas históricas do conflito social permanecem latentes na vivência cotidiana da realidade nacional.

3.3 As vítimas do conflito armado interno da Colômbia

Os impactos e dimensões que a passagem do conflito armado na Colômbia deixou tornaram-se, para múltiplas associações e grupos de vítimas, uma tarefa longa e dificultosa, levando em conta o alto número de vítimas que o fenômeno produziu.

Tornar visível o que aconteceu, onde, de que forma, quem foram as vítimas e os responsáveis é um ponto de partida para desnaturalizar a violência, quebrar a indiferença e gerar ações de transformação que nos levem a alcançar a paz. Os números do conflito armado tentam responder às perguntas quem fez o quê com quem? e quando? Portanto, tornam-se uma ferramenta que revela magnitudes de violência, responsabilidades e danos: "Contar também significa valorizar, tornar visível, denunciar e avaliar" (SÁNCHEZ, 2010, p. 46).

Para entender o complexo panorama das vítimas na Colômbia, é necessário estabelecer inicialmente a que nos referimos quando falamos sobre as vítimas e sobre os fatos vitimizadores considerados no âmbito do conflito armado.

A luta pelo reconhecimento das vítimas expande-se para o terreno do significado da noção de vítima. Assim, o debate foi construído em torno da questão sobre a forma como as vítimas se nomeiam, sem esquecer a carga simbólica e política da categoria. Nesta aquisição de sentidos novos e diferentes, há uma apropriação social da noção e, embora na lei a noção de vítima esteja limitada a uma categoria jurídica, nos processos supracitados a natureza emocional que ela contém é evidente.

Carrizosa, (2011), argumenta que não é apenas a "condição" da vítima que deve ser levada em conta, pois dessa forma a vítima é colocada em uma situação transitória cujos limites estabelecidos enfraquecem as possibilidades de reconhecimento e "podem ser pensados como vítima, não como condição, mas como uma situação, um estado transitório que não é esquecido, mas que deve ser um ponto de partida para outras construções dos sujeitos" (CARRIZOSA, 2011, p. 54).

Em relação a essas ideias, nomear as vítimas e defini-las como categoria esclarecem um momento histórico particular; o ato de nomear também é um reflexo dos processos sociais e políticos. Constatou-se, então, que, no caso colombiano, o reconhecimento das vítimas como sujeitos portadores de direitos tem sido acompanhado de diferentes processos de subjetivação, tanto individual quanto coletivo. Nesse sentido, e a partir de um estabelecimento da definição

da vítima, se caracterizam ao mesmo tempo os fatos vitimizadores pelos quais a situação ocorre e o reconhecimento do sujeito como vítima.

Mediante uma posição oficial estabelecida pelo Estado, a categoria de vítima é definida a partir da lei n.º 1.448 de 2011, denominada Lei das Vítimas e Restituição de Terras. No artigo 3º, encontra-se, pois, a definição de vítima:

As vítimas são consideradas, para efeitos desta lei, aquelas pessoas que, individual ou coletivamente, sofreram danos devido a eventos ocorridos desde 1º de janeiro de 1985, como resultado de violações do Direito Humanitário Internacional ou violações graves e manifestas do direito internacional dos direitos humanos, ocorrida durante o conflito armado interno (COLÔMBIA, 2011).

Essa definição apresenta sérios obstáculos para o reconhecimento das vítimas do conflito armado colombiano. Afinal, o universo de vítimas nele definido é limitado, uma vez que restringe o reconhecimento dos direitos às vítimas sobre crimes cometidos antes de 1.º de janeiro de 1985, além de restringir o acesso à reparação fundiária às vítimas que sofreram desapropriação em decorrência do conflito armado interno entre 1.º de janeiro de 1991 e o fim dessa Lei.

Por sua vez, fato vitimizador significa qualquer ato associado ao conflito armado colombiano e lida com os crimes e situações nos quais as pessoas foram vítimas. Esses atos podem ser realizados física ou verbalmente. O conceito de fato vitimizador é estabelecido pelo marco legal colombiano por meio da lei n.º 1.448 de 2011, que contém o Cadastro Único de Vítimas (RUV). Nessa direção, 13 tipos de fatos estão registrados no referido Cadastro.

Quadro 5 – Definição de categorias de Fato vitimizante

Fato vitimizador	Definição
1. Abandono e despojo de terras	Algumas das vítimas do conflito armado, especialmente aquelas que sofreram o fato de deslocamento forçado, foram vítimas de desapropriação e abandono forçado dos direitos sobre os imóveis que habitavam, portanto, uma das principais medidas para superar o conflito é a reparação das vítimas. Dentro dessa reparação, o governo estabeleceu a restituição das terras àqueles que sofreram esse fato vitimizador.
2. Ameaça	São aquelas vítimas submetidas à intimidação física, verbal, psicológica, com causa e, ocasionalmente, ao conflito armado interno.

3. Violência Sexual	Corresponde a formas de violência sexual cometidas durante o conflito armado interno, como acesso carnal violento, escravidão sexual, prostituição forçada, esterilização forçada, aborto forçado, entre outras.
4. Desaparecimento forçado	São prisões, detenção, sequestro ou qualquer outra forma de privação de liberdade, seguidas de uma recusa em reconhecer tal privação de liberdade ou ocultação do destino ou paradeiro da pessoa desaparecida. Neste fato vitimizador, as vítimas diretas e indiretas são reconhecidas.
5. Deslocamento forçado	O deslocamento forçado refere-se à situação das pessoas que saem de suas casas ou fogem devido a conflitos, violência, perseguição e violações dos direitos humanos no contexto do conflito armado interno.
6. Homicídio	Homicídio é a morte causada a uma pessoa por outra. Legalmente, é um crime que consiste em matar alguém, por ação ou omissão, com ou sem intenção. Neste ato vitimizador, as vítimas diretas e indiretas são reconhecidas.
7. Minas antipessoais, artilharia não detonada, dispositivo explosivo improvisado	São todas aquelas pessoas que sofreram danos físicos e/ou psicológicos devido a este tipo de artefato. Neste fato vitimizador, vítimas diretas e indiretas são reconhecidas.
8. Sequestro	É um crime que consiste em privar ilegalmente uma pessoa ou grupo de pessoas de sua liberdade, geralmente por um determinado período, com o objetivo de obter um resgate em conformidade com as exigências para fins de extorsão ou/ou troca humanitária. Em detrimento da pessoa sequestrada ou festas. Vítimas diretas e indiretas também são reconhecidas.
9. Tortura	Tortura é o ato de infligir dor e danos físicos ou psicológicos por um grupo fora da lei ou das forças de segurança no contexto do conflito armado, a fim de punir ou obter informações.
10. Recrutamento Forçado	É a detenção ilegal de crianças e adolescentes para serem usados na guerra, por grupos fora da lei e/ou da força pública.
11. Confinamento	É um fato vitimizador que afeta comunidades étnicas e não étnicas da mesma forma, não permite que essas comunidades realizem suas atividades devido à presença de grupos fora da lei em seus territórios que impedem sua mobilidade.
12. Vítimas de atos terroristas	Vítimas de ataques, brigas, confrontos, assédio, atos terroristas.
13. Perda de móveis ou imóveis	Estes são os fatos relacionados à desapropriação: "Se a propriedade móvel (ferramentas, animais, culturas, veículos etc.) foi abandonada em decorrência do conflito armado".

Fonte: Mesa Nacional de Vítimas (2022).

Levando-se em conta essas condições, o Cadastro Único de Vítimas, na Colômbia, estima (COLÔMBIA, 2022) que existam cerca de 9.165.126 pessoas reconhecidas como vítimas, incluídas neste registro. Do total de pessoas, 4.683.908 são homens e 4.476.658 são mulheres, equivalendo respectivamente a 47% e 48,8%. De acordo com isso, as pessoas afetadas são definidas levando-se em conta o ato vitimizador do qual foram vítimas, conforme a tabela 1:

Tabela 1 – Número de pessoas afetadas por Fatos Vitimizantes

FATO VITIMIZADOR	N.º DE PESSOAS AFETADAS
Ato terrorista	86.607
Ameaça	528.766
Delitos contra a liberdade e a integridade sexual no desenvolvimento do conflito	33.598
Desaparecimento forçado	186.817
Deslocamento forçado	8.154.452
Homicídio	1.066.780
Minas antipessoais, artilharia não detonada, dispositivo explosivo improvisado	11.883
Sequestro	37.475
Tortura	10.588
Recrutamento forçado	8.723
Abandono ou despojo forçado de terras	30.125
Perda de móveis ou imóveis	121.704
Lesões pessoais psicológicas	15.234
Lesões pessoais físicas	13.794
Confinamento	77.375
Sem informação	40.202

Fonte: Registro Único de Vítimas (2022).

Levando-se em conta esses dados, grupos populacionais com abordagem diferencial que foram afetados nesse contexto também se estabeleceram, embora a maioria das vítimas registradas pela RUV, cerca de 81,5%, não seja reconhecida como pertencente a um determinado grupo étnico. Leva-se em conta que, para aqueles que organizam os números, existe uma alta taxa de pessoas afetadas:

Tabela 2 – Número de pessoas afetadas por um Fato Vitimizador de acordo com seu grupo populacional

GRUPO POPULACIONAL	N.º DE PESSOAS AFETADAS
Afrocolombianos (negros e palenqueiros)	1.150.149
Indígenas	523.799
Gitanos (ROM)	9.811
Raizal do Archipiélago de San Andrés e Providência	11.362

Fonte: Registro Único de Vítimas (2022).

É comum que os impactos e danos causados pelas guerras sejam medidos pelo número de mortes e pela destruição material que causam. Mas a perspectiva das vítimas destaca outros efeitos inquantificáveis e até intangíveis. Esses danos alteraram profundamente os projetos de vida de milhares de indivíduos e famílias; eles reduziram as perspectivas futuras de uma parte da sociedade e destruíram o desenvolvimento democrático.

3.4 Um olhar acerca da perspectiva étnica sobre o interior do conflito

Na Colômbia, a situação do conflito armado afetou significativamente toda a população, no entanto, no caso das comunidades étnicas, os efeitos desse problema são mais visíveis e duradouros ao longo do tempo. Tanto as comunidades camponesas quanto indígenas e negras na Colômbia têm experimentado o ataque de violência estrutural em torno do conflito armado.

Esta pesquisa concentrou seus estudos sobre as comunidades camponesas e afrodescendentes do país, no entanto, deve-se notar que, embora a questão das comunidades indígenas não seja totalmente trabalhada, ainda é importante no que se refere aos estudos da violência e seus efeitos.

Comunidades rurais e/ou camponesas na Colômbia experimentaram diretamente a guerra. Nesse contexto, uma das possíveis causas de a guerra estar concentrada no campo tem suas raízes em aspectos relacionados à posse e produção de terras e à distribuição injusta dela. De acordo com o ACNUR (2016), o número de deslocados na Colômbia atingiu sete milhões e 400 mil pessoas, a maioria do campo.

A isso, acrescenta-se uma dupla vitimização sofrida pela população camponesa. Por um lado, há os grupos armados ilegais, nos quais o camponês é vítima de recrutamento forçado, ao

mesmo tempo que é afetado por confrontos armados, entre outros fatos vitimizadores. Por outro lado, existe uma forma de vitimização ligada à presença de atores estatais armados, que acusam as comunidades camponesas de serem colaboradoras e apoiadoras de grupos armados ilegais.

Nesse cenário, as comunidades camponesas enfrentam esse duplo caminho de acusações e condições. Com isso, é evidente que o limite entre a representação dos camponeses como vítimas e a representação dessas subversivas é muito difuso. Nesse sentido, a representação dos camponeses como vítimas de conflitos surge quando se menciona que esses habitantes rurais estão presentes em todos os lados do conflito armado: soldados, policiais, guerrilheiros e vítimas dos grupos armados anteriores. Ou seja, todos os grupos são compostos por camponeses, desde o agressor até a vítima.

A marginalização a que as comunidades camponesas têm sido submetidas e a baixa eficiência das políticas públicas em termos de atenção dessa população levaram os camponeses a recorrer a diversas estratégias, como protestos sociais, para reconhecimento perante o Estado em busca de demandas exigentes. No entanto, em muitos casos, a luta parece infrutífera, uma vez que a distorção do reconhecimento dos camponeses na política social só mostra falta de conhecimento. Nesse caso, as representações criadas sobre o camponês só permitem o estabelecimento de políticas públicas com poucos efeitos positivos que levem ao não reconhecimento do sujeito social e que tenham implicações na forma como os protestos e reivindicações dos direitos dos camponeses têm sido tratados.

Dessa forma, todos os espaços de expressão e reconhecimento para o setor rural na Colômbia estão fechados, pois geram uma série de condições em que o camponês é responsável pelas condições que o cercam, seu próprio cenário social e suas limitações, mas a longo prazo a complexa situação social pela qual essas comunidades passam é desconhecida.

Os efeitos do conflito armado sobre as comunidades camponesas são complexos e continuam a ser objeto de análise, devido às múltiplas perspectivas com as quais a situação dessas comunidades é analisada. Conflitos e violência têm encontrado sua maior forma de expressão e mobilidade no campo e colocam os camponeses em um lugar de difícil assimilação, pois é complexo para aqueles nessa posição revelarem as situações complexas que vivem diariamente. O deslocamento, que talvez seja um dos principais eventos vitimizadores sofridos por essas comunidades, sugere a difícil situação pela qual as pessoas passam quando saem de seus territórios, conforme narra uma de nossas interlocutoras:

Cuando le dicen a uno –se tiene que ir – uno siente que perdio todo, el tiempo que perdio, todo el contacto con el sitio simbólico el territorio, que yo soy de ahí de la vereda y se rompe tambien toda la parte de sus relaciones con los demas, uno siempre tiene una red social, entonces que el presidente de la junta de accion comunal, que los compadres, que los vecinos, uno se vuelve prácticamente familia y uno es alguien ahí, porque todo el mundo lo conoce, entonces es muy bonito porque todos nos conocemos y compartimos, y todo eso se rompe, tiene uno que salir y la vida se le cambia a uno completamente, que despues de uno nunca sentirse pobre, uno se siente rico porque lo tiene todo en el campo y al salir del territorio uno queda totalmente empobrecido (interlocutora 7, 52 anos, Letícia).

O camponês colombiano carrega em seus ombros uma acusação dupla; por um lado, eles são vítimas quando sofrem perseguição, deslocamento ou morte; por outro, são designados como subversivos que fazem parte de grupos ilegais e, portanto, pertencem ao lado da ilegalidade. Situação difícil que se perpetua enquanto o conflito armado continua nas diferentes regiões do país.

No caso das comunidades afrodescendentes, o quadro é igualmente complexo, levando em conta a difícil situação política e social em que vivem. As comunidades afrodescendentes na Colômbia representam 10,62% da população total do país, pouco mais de 10 milhões de pessoas. Nesse sentido, há a luta constante pelo reconhecimento territorial ao qual as comunidades têm dedicado grande parte de sua luta. Após a reforma constitucional de 1995, por meio do Decreto de 1745, a figura dos conselhos comunitários foi designada como elemento territorial representativo, em que se estabeleceu a posse de terras próprias em algumas regiões do país.

Artigo 3º. Definição. Uma comunidade negra pode ser constituída como um Conselho Comunitário, que como pessoa jurídica exerce a mais alta autoridade da administração interna dentro das Terras das Comunidades Negras, de acordo com os mandatos constitucionais e legais que a governam e aos outros atribuídos a ela pelo sistema de direito de cada comunidade (COLÔMBIA, 1995).

No entanto, apesar desse reconhecimento, até hoje essa figura do Conselho Comunitário ainda está em processo. Nessa direção, com a titulação dos territórios coletivos, as condições em que as diferentes comunidades sobrevivem não são transformadas, uma vez que, enquanto a titulação avança, ao mesmo tempo os atores armados exercem pressão sobre a população.

Os efeitos do conflito armado interno marcaram significativamente as circunstâncias em que vivem atualmente os grupos afro-colombianos, palenqueiro e raizal¹³ na Colômbia. O deslocamento forçado, como resultado da violência exercida nos territórios, enfraqueceu os processos organizacionais da população afro-colombiana. Dos mais de 6 milhões de deslocados que a Colômbia possui, estima-se que 30% deles pertencem a comunidades afro-colombianas. Da mesma forma, o deslocamento tem gerado um sério impacto na identidade, cultura e autonomia dos povos afro-colombianos, o que, por sua vez, levou à perda do território das comunidades que habitam territórios coletivos.

Outro problema que aflige essas comunidades tem a ver com a mineração como prática ancestral. Afro-colombianos dedicaram grande parte de suas vidas à mineração como alternativa econômica. Os territórios habitados por essas comunidades são ricos em depósitos de ouro, carvão, prata, platina, o que tem gerado aumento na presença de grupos armados ilegais que disputam o controle dos territórios e de sua população, bem como a gestão dessas economias extrativistas. Logo, tanto há algumas décadas quanto hoje observam-se atores armados que competem pelo domínio territorial e que aprofundam e intensificam o modelo extrativista que caracterizou a história econômica da região. Esse é o verdadeiro contexto em que se dá a titulação dos territórios coletivos e que se torna a maior limitação para que as expressões autônomas desses modelos de governo local sejam decantadas.

Embora prevaleça uma dinâmica nas regiões, com a presença de comunidades afro onde o Estado não favorece o desenvolvimento dos Conselhos Comunitários e a realidade é uma fragmentação dos territórios devido à violência, existem situações em que as populações realizam ações de resistência para permanecer em seu território. Dessa forma, buscam confrontar

¹³ O povo Palenqueiro é o único povo afrodescendente no continente do país que preserva uma língua de origem africana e formas culturais de produção na pecuária e na agricultura com base em práticas ancestrais de organização social, os "cuagros", que lhes permite ser reconhecido "como um grupo de seres humanos com virtudes e conhecimento afrodescendente que mantiveram sua identidade". O povo palenqueiro destaca sua identidade como "particular e especial, distinta da identidade afro geral".

O povo raizal da Colômbia está instalado nas ilhas de San Andrés, Santa Catalina e Providencia; a presença de raizales é registrada na Colômbia desde o século XVIII. Os Raizales são caracterizados como pessoas que compartilham uma cultura, uma língua e uma religião. A realidade do povo Raizal é que foram beneficiários de múltiplos processos de colonização: espanhol e inglês inicialmente, de populações do interior do país e mais tarde outras áreas do Caribe, e atualmente da constante chegada de outras populações do mundo. Essa situação resultou na perda de tradições culturais, bem como na perda de seu território tradicional. No entanto, o povo raizal permanece em constante luta para preservar e recuperar as características de sua cultura. Em: https://www.hchr.org.co/phocadownload/publicaciones/otras/Plegable_afros_raizales_palenqueros_WEB

coletivamente os atores armados, afirmar sua autonomia para não se integrar à produção ilícita e manter uma ação contínua para denunciar a violação de seus direitos.

Em suma, tanto para as comunidades camponesas quanto para as afrodescendentes, o conflito armado é apenas a ponta do *iceberg* de uma multiplicidade de problemas sociais que afligem diretamente essas pessoas. O conflito gerou a exacerbação de problemas preexistentes nas regiões. Assim, a marginalização, o abandono do Estado, a falta de políticas públicas de apoio a essas comunidades aumenta a fragilidade com que as pessoas convivem em meio à violência e à guerra em seus territórios.

3.5 As mulheres vítimas do conflito

Conflitos armados, qualquer que seja sua natureza, afetam direta e indiretamente a população, a grande maioria vulnerável. Na Colômbia, as mulheres não têm sido alheias aos problemas dessa seara, e como em outras partes do mundo, os efeitos negativos da violência têm sido profundamente experimentados.

A violência física e simbólica pela qual as mulheres têm passado nesse contexto mostra o alcance de um confronto histórico em que elas têm sido o veículo transmissor de um poder e controle masculino exercido sobre seus corpos, suas vidas e sobre suas famílias. As mulheres vítimas, então, constituem-se como um sujeito baseado no que decidem fazer com a experiência negativa, com o sofrimento carregado e com a forma como enfrentam e superam a situação de violência a que foram submetidas.

En el caso mío, gracias a dios, yo he resistido muchas cosas y uno dice ¡juepucha! en qué momento me zafe de las garras de todo eso, de lo que le puede pasar a uno, y ya pues como le digo, a estas alturas y uno mirando al pasado uno dice ¡hijuemadre! o sea, uno todo ese dolor que uno sufre, todas esas cosas, todas esas tentaciones, todas esas necesidades lo transforman a uno totalmente, uno se vuelve como un roble, uno se vuelve fuerte y en el caso mío dije, no, yo voy a luchar, yo sigo siendo la misma aquí y en donde sea, yo voy a seguir luchando, voy a sacar mi familia adelante, yo no tengo porque arrastrármele a nadie, yo tengo es que seguir adelante (interlocutora 7, 52 años, Letícia).

As formas e práticas de violência sofridas por milhares de mulheres na Colômbia causam danos e impactos que afetam a integridade de si mesmas e de seus ambientes imediatos. Impactos psicológicos

prejudicam as relações interpessoais e a saúde física; perdas econômicas geram instabilidade emocional; impactos e danos coletivos às redes sociais e comunitárias afetam as capacidades e possibilidades individuais.

Como mencionado na seção anterior, as mulheres representam quase metade das vítimas no conflito, alcançando 48% do total. Com base nisso, a RUV (2021) estabelece que, entre os atos vitimizadores contra mulheres, 3.780.677 delas foram vítimas de deslocamento; 458.781 vítimas de feminicídio; 191.784, ameaças; 77.100 vítimas de desaparecimento forçado; 47.627 perdas de bens móveis ou imóveis; 40.231 vítimas de atos terroristas, ataques, combates e assédios e 17.350 vítimas de violência sexual.

Tanto no departamento do Amazonas quanto em Cauca, a situação das mulheres vítimas também é evidente, mostrando assim uma visão desanimadora para aqueles que, de uma forma ou de outra, têm buscado lutar contra o flagelo da violência. De acordo com o Cadastro Único de Vítimas (2021), no Amazonas, há aproximadamente 2.123 pessoas cadastradas que sofreram fatos apresentados no âmbito do conflito armado no referido departamento. Desse total, 49% são mulheres e 51% são homens. Da mesma forma, entre os grupos étnicos há também um prejuízo significativo, no qual 13% da população pertence a grupos ou comunidades indígenas que foram diretamente afetados por esse problema.

O departamento de Cauca é, sem dúvida, apresentado como uma região altamente conflituosa e atingida pela violência. De acordo com o Cadastro Único de Vítimas (2021), estima-se que, nesse departamento, o número de vítimas do conflito equivale a aproximadamente 159 mil pessoas. Estabelecendo que os números mostram maior dano para mulheres, alcançando 53%, enquanto para os homens o número chega a 47%. Da mesma forma, levando-se em conta a grande diversidade étnica presente na região, populações como comunidades indígenas, com 5,6%, e comunidades afro-colombianas, com 8,6%, estão entre os grupos populacionais diretamente afetados.

3.5.1 Uma abordagem voltada aos desconfortos de ser mulher no contexto do conflito armado: a violência sexual como arma de guerra

Os cenários de guerra e confrontos são talvez os contextos mais imediatos onde pode ser evidenciado como as mulheres são as mais diretamente afetadas por uma violência estrutural que modifica a maneira como elas assumem e olham o mundo ao seu redor. As Nações Unidas definem a

violência contra as mulheres como “qualquer ato de violência de gênero que resulte ou possa resultar em danos físicos, sexuais ou psicológicos às mulheres, incluindo ameaças de tais atos, coerção ou privação arbitrária de liberdade, seja na vida pública ou privada” (NACIONES UNIDAS, 1993, s.p.).

Na Colômbia, a violência contra a mulher tem sido utilizada como mecanismo de dominação e poder. Nas modalidades de violência de gênero, a violência doméstica se destaca, sendo que os atos cometidos por seus parceiros alcançam números alarmantes de feminicídio. Além dessas formas, o conflito armado aumentou o número de mulheres violadas por todos os atores armados no conflito. Um dos problemas mais visíveis em torno dos efeitos sofridos pelas mulheres em contextos de guerra e confrontos tem a ver diretamente com a violência sexual, que é considerada um dos crimes mais recorrentes nesse campo. O conflito armado, que ainda persiste no país, tem sido caracterizado pelas ações de grupos que, por meio de ultrajes contra mulheres, em sua integridade física e psicológica, praticam o abuso sexual como arma de guerra e, na maioria das vezes, terminam com tortura e homicídio.

Segundo o Observatório da Memória e Conflito da CNMH (2022), entre 1959 e 2020, foram 15.760 vítimas de violência sexual no país, no âmbito do conflito armado. Nesse contexto, as mulheres representaram 61,8% das vítimas de violência sexual no registro da OMC e, juntamente com 30,8% das meninas e adolescentes, elas representam 92,6% do total de pessoas violadas. Das vítimas de violência sexual de origem étnica, 87,36% correspondem a afrodescendentes, 12,14% a indígenas, 0,29% aos palenqueras e 0,21% aos povos ciganos.

Dentro de situações estratégicas no âmbito do conflito armado, a violência sexual tem sido utilizada como prática de apropriação de corpos das populações, o que tem contribuído para reafirmar o domínio violento dos grupos armados que o cometem. Essa apropriação baseia-se em um conjunto de imaginários que caem sobre os corpos vitimizados e na exibição de masculinidades guerreiras ou despóticas. Ambas são postas em função de expropriar o controle das pessoas sobre seu próprio espaço corporal, ou seja, de "territorializar" a partir de uma prática de dominação.

Violência e abuso sexual no contexto do conflito armado constituem a expressão máxima de dominação masculina sobre os corpos femininos. Uma violência que não se distingue entre atores armados, pois todos os exércitos abusaram sexualmente de mulheres.

A violência sexual desumaniza as pessoas de duas maneiras: a física as transforma em objetos que podem ser destruídos; a simbólica as priva de sua própria palavra original. Violências físicas e

simbólicas se unem reforçando seus efeitos: a violência direta impõe o medo de falar, a ausência de palavras confirma a reificação.

É fácil exercer violência contra aqueles que são considerados objeto e, ao mesmo tempo, a prática da violência ajuda a não acessar sua humanidade, não estabelecer contato com ela. Caso contrário, seria muito mais difícil sustentar a prática da violência contra outras pessoas, mulheres e homens. Os mecanismos que a violência desencadeia alimentam a confirmação das vítimas como merecedoras de violência e negando-lhes a palavra para recuperar seu valor humano. (RUTA..., 2013, s.p.).

A normalização e invisibilidade da violência, especialmente a violência sexual contra a mulher, têm sido fatores-chave para manter um cenário visível de negação e ignorância de seus direitos como vítimas e como mulheres. O fato de a palavra das mulheres vítimas de violência não ser valorizada (e que mesmo elas não se reconhecem como vítimas) significa que suas histórias sobre a vitimização podem ser questionadas. Desse modo, talvez um dos problemas mais visíveis em torno do fenômeno do conflito armado na Colômbia tenha a ver diretamente com os direitos humanos violados neste contexto.

Milhares de mulheres na Colômbia, que foram vítimas diretas da violência, afirmam que a luta constante pelo reconhecimento de seus direitos tem sido uma tarefa, em muitos casos, infrutífera e que, de fato, esses direitos individuais e coletivos estão em um paradeiro desconhecido. As condições vulneráveis da maioria das mulheres vítimas e seu papel socialmente atribuído de passividade e submissão aos homens lhes causaram total desconhecimento de seus direitos e, portanto, a incapacidade de reconhecer que os atos cometidos contra eles constituem crime. Esse silêncio e invisibilidade acerca da violência contra a mulher é exacerbado no contexto da violência e intensifica a violação dos direitos humanos.

Tanto as normas nacionais quanto internacionais levantam visões sobre um indivíduo livre e racional como sujeito de direito, ao mesmo tempo que definem conceituações de igualdade e liberdade, que têm suas raízes em um lugar específico de tempo e espaço. Os direitos das mulheres, seus discursos e práticas têm sido contestados e reformulados por elas e pelos diferentes movimentos que as representam em várias partes do mundo. Elas vão além do individualismo ocidental e tentam articular direitos individuais com direitos coletivos, descolonizando projetos de oposição em favor da democratização e da libertação das mulheres.

No sistema internacional de direitos humanos, o “Comitê de Eliminação da Discriminação Racial” da ONU tem sido cada vez mais sensibilizado para integrar a interseção entre categorias de gênero e raça. No campo específico dos direitos das mulheres, observa-se, embora lentamente, o progresso na definição dos direitos das mulheres como direitos humanos, resultante do desenvolvimento do movimento das mulheres.

Nesse contexto, as diferentes etapas do movimento feminista poderiam ser colocadas em contextos históricos distintos, com seu sucesso correspondente à conquista de seus direitos. No entanto, observa-se que, em todos os países, as mulheres continuam a ser submetidas a diversas situações de discriminação e opressão, como a divisão sexual do trabalho, a disparidade salarial, a segregação ocupacional e a distribuição desigual do trabalho doméstico, além de serem expostas a diferentes situações de violência doméstica e pública, física, psicológica e material (BARTOLOMEI, 2008). A história nos mostrou em várias ocasiões a difícil situação a respeito do simples fato de ser mulher na sociedade, uma vez que os atos cometidos contra elas têm apoio histórico e cultural no que conhecemos como estereótipos de gênero.

Quando as mulheres são vítimas desse problema, sua situação pessoal e familiar é altamente modificada. Em um dos relatos obtidos nesta investigação, a complexa posição que devem assumir após o evento vitimizador foi evidenciada. Narrativas da dor e do sofrimento das vítimas são descrições densas que falam da forma como a violência sexual vai além da própria linguagem.

yo fui víctima de violencia sexual. Yo recuerdo que eso fue hace mucho tiempo, eso fue en 1986 y fue un grupo armado ilegal. yo me enferme mucho y hasta ahora siento mucho dolor. Mi vida cambio porque yo ya no me sentía libre, porque yo me avergonzaba, porque miraba a las otras personas, a las otras niñas que nunca les sucedió eso, entonces yo me avergonzaba de eso, porque por ejemplo yo nunca le dije a mi papa lo que me paso. Uno siempre cuando le sucede eso, se inclina a ese pensamiento, pues es como doloroso, no se puede superar con el tiempo, porque en una comunidad pequeña todo el mundo sabe (interlocutora 9, 52 anos, Letícia).

Há uma pluralidade de formas de significar os fatos da dor e do sofrimento. No entanto, na multiplicidade de experiências, o sofrimento adquire um lugar central nas narrativas das vítimas de violência sexual, pois revela as sensações e emoções da dor que sofreram durante e após os eventos violentos. O sofrimento também adquire uma dimensão social ao encenar o que as mulheres vivenciaram e as respostas de suas famílias e ambientes (CNMH, 2017).

Es muy complicado, porque uno sabe que eso es vergonzoso, porque uno siente que las personas le tienen a uno lastima por lo que le paso, más que todo con las mujeres que como yo fuimos violadas nos avergonzamos de contar (interlocutora 9, 52 anos, Letícia).

As mulheres podem ser os novos sujeitos sociais capazes de desenvolver práticas de reexistir. Para isso, devem ser entendidas não como vítimas, mas como sobreviventes, sujeitos com habilidades para promover ações de justiça em resposta à impunidade e à violência. Nesse sentido, as mulheres sobreviventes de atos violentos e aquelas que acompanham e apoiam esses eventos transformam conflitos em oportunidades de repensar a justiça, para que elas narrem o que lhes aconteceu. Torna-se um processo de cura que, embora não seja um momento de fácil assimilação, o trabalho de renovação de pensamentos é

importante, porque una parte en las declaraciones es más que todo para que el estado le crea a uno que uno fue víctima y lo reconozca, entonces uno siempre tiene que declarar, para que lo tengan en cuenta a uno, siempre es importante. Pero igual contar lo que paso sirve porque entre los sucesos uno se conoce y uno ya siente más confianza y uno no siente ya tanta vergüenza, entonces nos ayudamos a superar eso, para tener libertad, se bota la tristeza y el dolor que uno siente, esa vergüenza que uno lleva, entonces como que uno se libera de ese pensamiento malo y triste y en mi caso a mí me sirvió, porque no tenía con quien contar, pero eso nos sirve para despejar la mente, para sentirse un poco más alegre, mas acompañada y ya no pensar mucho en eso (interlocutora 9, 52 anos, Letícia).

Como pode ser visto nessa história, após essa mulher ter sido vítima de violência sexual, sua vida mudou notavelmente, já que precisou conviver com um processo de dor para buscar uma cura que não se completa com o tempo. Na Colômbia, o problema da violência sexual tem sido amplamente evidenciado, o que significou reconhecer as contradições e ambivalências vivenciadas pelas vítimas em suas histórias de vida. Não se trata apenas das histórias de sofrimento e violência que as vítimas têm sofrido, mas também sobre a coragem, bravura e dignidade com que resistiram.

3.6 Não há pós-conflito para as mulheres: vitimização contínua

Após as negociações de paz entre as guerrilhas das FARC e o Estado colombiano, o ponto 5 do acordo estabeleceu tudo sobre as vítimas em relação ao conflito armado.

Vítimas: O acordo cria o Sistema Integral da Verdade, Justiça, Reparação e Não Repetição, que contribui para o combate à impunidade, combinando mecanismos judiciais que permitem a investigação e punição de graves violações dos direitos humanos e graves violações do Direito Humanitário Internacional, com mecanismos extrajudiciais complementares que contribuem para o esclarecimento da verdade do que aconteceu, a busca por entes queridos desaparecidos e a reparação dos danos causados às pessoas, grupos e territórios inteiros (ACUERDO FINAL, 2016).

No entanto, e apesar dos esforços de muitas organizações de direitos humanos e das próprias vítimas, eles têm visto, dia após dia, o conflito armado se intensificar. Mas acordos de paz dessa magnitude nunca são fáceis de implementar e os colombianos sabiam que um longo e assustador caminho os aguardava.

Dos milhões de colombianos que viviam em territórios controlados pela guerrilha, muitos ainda aguardam a chegada de estradas, escolas e eletricidade. A promessa do governo de apoiar o desenvolvimento rural foi uma das grandes motivações para as guerrilhas desarmarem. Mas, apesar das promessas de um futuro melhor, a pouca intenção do governo da época de dar continuidade ao que foi acordado em Havana tem levado à continuação do conflito.

Após a assinatura do acordo e da chegada do novo governo, o tempo passou e os combatentes que decidiram depor suas armas e acreditaram nos processos de reincorporação prometidos e acordados pelo governo observaram o não cumprimento do que fora combinado, o que passou a distanciar cada vez mais a perspectiva de uma paz real e duradoura.

Diante disso, pelo menos 3.000 milicianos voltaram à luta armada (EL TIEMPO, 2021), fato que se constituiu como uma grande ameaça aos fundamentos do acordo. Essa situação tornou-se preocupante, pois passou a ser evidente a ameaça de mais violência nos territórios. Nesse caso, desde que o acordo de paz foi assinado, pelo menos 500 ativistas e líderes comunitários foram mortos e mais de 210.000 pessoas foram deslocadas de suas casas devido à violência (VERDAD ABIERTA, 2021). Isso afeta um dos principais objetivos do acordo: dar segurança e estabilidade aos cidadãos e, no processo, aumenta consideravelmente o número de pessoas vítimas do conflito.

A situação atual das vítimas na Colômbia, após os acordos de paz e em um cenário pós-acordo é preocupante. Nesse sentido, o Tribunal Constitucional colombiano determinou que a Unidade para as vítimas começasse a destacar a situação crítica que tem sido apresentada acerca do pedido direto de pagamento de indenizações administrativas e medidas assistenciais às vítimas. Isso leva à conclusão de que, até o momento, não se alcançou restauração, reparação e reposição dos direitos das vítimas,

demonstrando que a solução proposta não foi realizada de acordo com o planejamento inicial apresentado pelo Estado, o que mostra a ineficiência na aplicação das leis que regem a matéria.

Ya ha habido unos acercamientos entre el gobierno y los grupos armados para una negociación para un cese de hostilidades y entre comillas, “respeto a involucrar a la población civil” sin embargo en el territorio eso no se respeta, ¡eso es en el papel! pero en la realidad sigue ocurriendo (interlocutora 7, 52 anos, Letícia).

Em diálogo com nossas interlocutoras, é possível observar esse descontentamento e essa falta de presença do Estado nos territórios. O pouco caso com a construção da paz manifesta a percepção de um abandono estatal, ou de promessas semi-cumpridas.

El Estado no, no se ve. Por lo menos a mí no me han dado ninguna ayuda, pero hay algunos que sí. Es lo único que yo veo de Estado acá. (interlocutora 3, 39 anos, Guapi). Por aquí solo pasa el gobierno cuando realmente le conviene, como ahora en época de elecciones, ahí si salen todos los políticos a ser amigos del pueblo, pero pasa eso y ellos se desaparecen. El gobierno siempre se hace el de la vista gorda, como que aquí no pasa nada y venden una imagen de la region como si esto fuera el paraíso, pero la verdad es otra, aquí hay muchos problemas y eso el estado no lo reconoce. (Interlocutora 8, 41 anos, Letícia).

Na maioria das situações, é evidente que o Estado busca apenas fazer presença nos territórios a partir da militarização mediante a força pública. O único objetivo é o de recuperar terreno, antes dominado pela insurgência, o que para muitas comunidades e para os habitantes em geral não é suficiente no que tange à melhoria das condições de vida.

Aquí hay mucha presencia militar, pero yo no creo mucho en eso, he llegado a la conclusión de que ellos si se pelean y todo, pero van de la mano, todo el tiempo uno oye de combates del ejercito con la guerrilla, eso asusta mucho a la gente y muchas veces eso es lo que provoca que la gente se desplace y lleguen aquí al pueblo, a veces que el ejército este aquí no ayuda mucho (interlocutora 1, 38 anos, Guapi).

Em alguns casos, o que as pessoas esperam do Estado, e não da presença militar nos próprios territórios, está mais focado no investimento social (saúde, educação, empreendedorismo), pois consideram que essas talvez sejam as ferramentas mais significativas para combater os efeitos da violência.

Hay mucha esperanza, mucha, nosotros como comunidad aún tenemos fe de que el gobierno se dé cuenta que necesitamos muchas cosas, yo, por ejemplo, espero que aquí haya una universidad, ya que no cuento con los recursos para ir a estudiar a otro lugar y menos para enviar a mis hijos, entonces si me gustaría mucho que hubiera una universidad, eso sería muy bueno para la comunidad. (interlocutora 4, 40 años, Guapi).

Uno espera que el gobierno se dé cuenta que los pequeños productores, los campesinos, necesitamos de ayudas, por ejemplo, que nos dieran ayudas con los préstamos con bajos intereses, o sea nadie pide nada regalado, sino que uno quiere poder tener sus préstamos y luego poder pagarlos, porque por ejemplo para poder sembrar pues uno necesita comprar insumos y esas cosas y ahora todo está caro, entonces uno acude a los préstamos para poder sembrar, entonces uno pide ese tipo de ayudas, porque aquí se dan las cosas, pero ellas solas no salen, hay que trabajar la tierra, pero la verdad es que el gobierno nos tiene muy olvidados, esa es la realidad de las cosas (interlocutora 10, 58 años, Letícia).

No entanto, apesar dos desejos por um futuro melhor, as perspectivas para as mulheres de hoje não são muito claras, uma vez que as manifestações de violência continuam e o medo e a ansiedade ainda persistem nos territórios, manifestando-se nos diálogos com as interlocutoras que afirmam que:

Es muy difícil pensar que todo se acabó y que la violencia no va a volver a nuestros territorios, la violencia sigue y más si hay un presidente que no cree en la paz es peor, ahora uno se siente igual que antes, el miedo sigue presente y mientras la violencia no se vaya o se acabe todo va seguir siendo igual (interlocutora 2, 31 años, Guapi).

Yo pienso que la paz es muy difícil de conseguir, porque en los territorios aún hay muchos grupos ilegales y eso no va a permitir que haya una paz, además mientras el estado no nos ponga atención a nuestras necesidades, pues seguiremos en la misma situación, porque no es solamente que llegue el ejército aquí, sino también que se atiendan nuestras necesidades como comunidad, yo creo que falta mucho para que haya una verdadera paz (interlocutora 9, 52 años, Letícia).

Por lo menos he escuchado que ha que firmado un acuerdo, que habían llegado a un acuerdo con la guerrilla, pero yo no veo ningún resultado, hasta ahora. Porque digo, yo en mi ignorancia que para hacer un acuerdo debería ser entre todos los grupos, porque eso que con uno solo no se hace nada. (interlocutora 3, 39 años, Guapi).

Figura 8 – Curso “Conhecendo os diálogos de paz”, Fundação CHIYANGUA. Município de Guapi – Cauca



Fonte: Machado (2022), acervo da autora.

El hecho de que se firmó una paz por allá quien sabe dónde, no quiere decir que aquí todo es bonito, aquí la violencia sigue, día con día la violencia está ahí y como siempre las mujeres fuimos y seguiremos siendo las más afectadas, eso no va a cambiar (interlocutora 4, 40 años, Guapi).

Uno espera que la situación que las mujeres hemos vivido algún día cambie, eso requiere mucho trabajo, y que todos pongan de su parte, pero si solamente nosotras ponemos de nuestra parte y por ejemplo los hombres no, no vamos a hacer nada (interlocutora 10, 58 años, Letícia).

Yo desearía que todo esto que los colombianos y las colombianas hemos vivido se acabe, yo pienso mucho en mis hijos, en el país que les vamos a dejar, no quiero que mis hijos tengan que pasar por situaciones difíciles, yo de verdad espero que todo esto cambie, que el conflicto se acabe de una vez (Interlocutora 9, 52 años, Letícia).

Assim, o compromisso social com as vítimas deve gerar a implementação de uma estratégia de atenção e o acompanhamento efetivo à população, isso tudo visando à restauração de seus direitos, razão para que as vítimas sejam realmente reconhecidas, destacando-se como merecedoras dos direitos da verdade, justiça e reparação. Por sua vez, esses valores devem ser materializados pelo Estado, devido ao seu status de garantidor dos direitos humanos, tendo como ponto de referência o arcabouço normativo colombiano que estabelece como princípio fundamental a atenção à dignidade humana. Isso implica uma atenção integral que responda a cada uma das necessidades das vítimas de acordo com suas particularidades e de uma abordagem diferenciada, que ajude na transformação da realidade da pessoa Vítima.

Figura 9 – Curso “Conhecendo os diálogos de paz”, Fundação CHIYANGUA. Município de Guapi – Cauca



Fonte: Machado (2022), acervo da autora.

Para as mulheres vítimas do conflito, o período pós-conflito ainda não é uma realidade concreta nos territórios, já que os benefícios para a população ainda são um projeto, e não uma verdade. A esperança de que a paz seja algo concreto nas regiões em questão é um anseio constante, daí a luta permanente das comunidades. Essas consideram que ainda há muito no que trabalhar e é apenas a partir de suas próprias ações que a paz e a reconciliação na sociedade serão realmente alcançadas.

Concluindo este capítulo, podemos entender que há uma longa tradição de violência na Colômbia. O conflito armado interno acaba por ser um fenômeno complexo, com múltiplas bordas, que não permitem identificar claramente suas raízes, origens e seu desenvolvimento, como mencionado em seções anteriores. Muitos são aqueles que tentaram analisar essa situação sob diferentes perspectivas, para chegar a uma conclusão definitiva sobre esse problema. Todavia, trata-se de uma discussão que ainda persiste, apesar das evidências contínuas de que, ao longo de mais de sessenta anos, a guerra na Colômbia vem diminuindo.

É inegável que, quanto às vítimas, há toda uma série de fatores que aguçam sua posição social e política em torno desse fenômeno. A vitimização e estigmatização que sofrem é evidente e, com o passar do tempo, não permitem soluções em seu caminho. No caso específico das mulheres, os números são preocupantes, a violência contra elas é usada como estratégia de guerra pelos atores do conflito armado, em sua luta para controlar territórios e comunidades que habitam.

Nesse sentido, as mulheres são alvo direto ou vítimas colaterais, como resultado de suas relações afetivas, como filhas, mães, esposas, companheiras ou irmãs. Nesse contexto, resultado de confrontos, a violência está destinada a torná-las um objeto constante de padrões de controle social impostos por grupos armados ilegais em populações ou territórios sob seu controle.

No entanto, esses atos não visam apenas desumanizar as vítimas como mulheres; são ataques à própria humanidade e servem como tática para humilhar, aterrorizar e ferir o “inimigo”, seja o núcleo familiar ou a comunidade à qual a vítima pertence. Nesse caso, apesar das muitas tentativas de proteger os direitos individuais e coletivos das mulheres no contexto do conflito armado, a violência contra elas persiste no tempo e no espaço e ainda é o centro de um problema cujo fim próximo não parece próximo. Contudo, mesmo nesse cenário difícil, as mulheres encontram alternativas para sair de um círculo vitimizador.

No próximo capítulo, descobriremos como as mulheres foram resilientes diante dos problemas estruturais que as cercam. Tudo isso por meio de mobilizações coletivas, que as capacitaram e permitiram uma mudança de lado acerca dos episódios violentos sofridos, para construir cenários diferentes e diálogo em seus territórios, a partir do trabalho coletivo e da recuperação e reconstrução do tecido social fragmentado pela guerra.

Os movimentos das mulheres na Colômbia conseguiram transformar a visão de guerra, suas apostas para a reivindicação de seus direitos se materializam em suas atividades cotidianas, o que mostra a capacidade de articular soluções para situações de risco e vulnerabilidade.

4. NARRATIVAS COLETIVAS DA AGÊNCIA PARA A PAZ

Narrar é relacionar, contar, informar sobre algo que possua algum significado, tanto para o narrador, como para quem ouve ou lê. Nesse caso, narrar é a qualidade da memória. Bruner (1997) argumenta que a narrativa pode ser entendida, enquanto condição humana, como uma reflexão. Logo, as experiências humanas vêm tomar forma no ato de narrar e, certamente os eventos constroem discursos ou os tornam possíveis, mas também permitem a constituição dos acontecimentos e lhes dão sentido.

Para tanto, esta pesquisa evidenciou, por meio de diálogos diretos com mulheres das associações CHIYANGUA e ADMUCINAM, como tem sido suas experiências em torno do conflito armado e como essas experiências modificaram suas estruturas sociais e familiares. Cada diálogo, cada palavra traz consigo a história de mulheres que procuraram de uma forma ou de outra resistir ao ataque da guerra e transformar suas experiências em razões de luta e perseverança para seguir em frente, tornando-se reconstrutoras do tecido social quebrado e criadoras de espaços de paz e reconciliação.

La guerra nos ha transformado, pero no para mal, nos ha transformado para mostrarle a los demas que nosotras somos luchadoras y que, aunque la violencia nos ha afectado mucho, seguimos siendo fuertes. (interlocutora 4, 40 anos, Guapi).

Figura 10 – Taller Curso “Conhecendo os diálogos de paz”, Fundação CHIYANGUA. Município de Guapi – Cauca



Fonte: Machado (2022), acervo da autora.

4.1 A importância de recorrer à memória social para dar voz

Si nosotras no hablamos de lo que paso, nadie la va hacer por nosotras, si callamos nuestra voz se apaga y es como si nunca hubiera pasado nada (interlocutora 5, 45 anos, Guapi).

A memória é narrativa em sentido duplo, como uma história de progressão de eventos no fio do tempo e como conformação de uma trama (com atores, cenários e ações). Ela é aceita à medida que se adapta, ou se aproxima, de critérios socialmente validados, pois existem formas convencionais de narrar ou dar conta dos acontecimentos.

O que é narrado deve fazer sentido. É assim que a memória do passado recente é contada por mulheres; assumindo uma posição política. Suas experiências se tornam uma história com o intuito de construir solidariedade, para espalhar o que um dia a guerra impôs silêncio e esquecimento mediante o exercício do medo. As narrativas são então propostas como ferramenta de transformação social, à medida que o conhecimento do passado pode dar sentido ao presente para modificar o futuro, para construir conjuntamente um diálogo que nos permita saber onde se quer orientar ações e projeções.

A memória mostra a necessidade sentida das vítimas de ter sua própria palavra, mas também a necessidade social de verdades.

As narrativas da memória possibilitam trazer à tona a complexidade dos processos sociais em sua evolução temporal e espacial. A memória atualiza fatos que, quando apagados ou silenciados, geralmente por imposição, podem levar à impunidade e, portanto, ao ressentimento reprimido, à permanência do ódio e do ressentimento, à perda de credibilidade na justiça e à expansão dos limites da desconfiança. Nesse sentido, as obras de memória são parapeitadas no dever moral da denúncia, na exigência de justiça e reparação, no direito à verdade (TAMAYO, 2017, p. 10).

Então, a memória em nossa sociedade não só torna visível o que se deseja influenciar com a memória. Por isso, está claro que o que é lembrado vem do privilégio dado a eventos considerados relevantes, que marcam a existência e se destacam entre todos aqueles que acontecem diariamente, mas também evidencia a existência da população sobre a qual os fatos atozes e as consequências de guerra permanecem (TAMAYO, 2017).

Nosotros estamos es aportando a la reconstrucción de la memoria, siempre que existen estos conflictos armados la memoria se destruye, se oculta y nos desaparece, todos los movimientos llámese raizales, negros, campesinos, indígenas desaparecen con la guerra, hay una necesidad de borrar esa huella. Nosotros a través de la reconstrucción de todos estos testimonios, es como le mostramos al mundo que nosotros existimos, ¡yo estuve! ¡aquí vi! eso nos permite reconstruir la historia; nosotros los que vivimos esta historia tan trágica, lo que hacemos es reconstruirla la historia para heredársela a las generaciones futuras, para que la historia se reconozca con sus autores, con quienes la vivieron como era, que sea una historia verdadera, no una historia mal contada, ni borrar lo que ocurrió, que se sepa la verada e lo que paso (interlocutora 7, 52 anos, Letícia).

A importância de recorrer às histórias de experiências é vital para construir laços de confiabilidade entre os membros de uma comunidade. As mulheres então mostram-se portadoras da voz:

El hecho de que exista la posibilidad de que nosotras contemos que fue lo que paso, es importante, porque ¡por fin! existe un escenario donde nos escuchan, donde nuestras vivencias son tenidas en cuenta. (Interlocutora 2, 31 anos, Guapi).

A memória tem uma estrutura narrativa. Seu conteúdo, formas de expressão deixam isso claro.

al principio yo tenía la misma idea de mi papa, que era mejor quedarse calladito y no contar nada de lo que sucedió, pero realmente es una idea equivocada, nosotros creo, estamos en la obligación de contar la verdad, de decirle al mundo ¡mire aquí está pasando esto y aquello! Si la gente o sea las víctimas no hablan de lo que paso, como entonces nos van a reconocer, tenemos que contar lo que nos pasó, asi nos duela por momentos recordar, pero debemos darnos cuenta que es la realidad y que cuando narramos nuestras experiencias es que hacemos memoria y apostamos a la construcción de la verdad, y eso ayuda y creo que mucho a que no se repita otra vez todo eso tan trágico que han tenido que vivir muchos, miles de colombianos (interlocutora 8, 41 anos, Letícia).

4.1.1 Narrando como um ato individual, narrando como um ato coletivo

A história é um meio humano privilegiado para moldar a experiência. Além disso, é por causa da história que a experiência se torna experiência: porque é contada, e quando a história da experiência ocorre, adquire o significado humano. Certamente, no cotidiano, encontramos muitas narrativas sobre experiências individuais e coletivas, então, o significado que as pessoas dão às

suas ações e suas experiências é encontrado nas arenas sociais, bem como na forma como os eventos da realidade são narrados e na forma como são construídos.

Na vida comum, as pessoas não enfrentam o mundo evento por evento mais do que lêem palavra por palavra ou frase por frase. Tanto os eventos quanto as frases são enquadrados em algo mais amplo, em estruturas maiores, em estruturas de memória; dessa perspectiva narrativa, tais estruturas maiores proporcionam um contexto interpretativo para os componentes que englobam.

A memória é narrada, na medida em que são coletadas histórias que se tornam visíveis aos olhos de outra e sensibilizam-na como o meio certo para relacioná-la. É a forma de narrar a memória que torna interessante a história das comunidades do município de Guapi (Cauca) e da cidade de Letícia (Amazonas); porque fazem uso do ato de falar uma forma de narrar sua presença e sobrevivência no conflito armado que afetou as referidas regiões e seus habitantes.

es muy bonito, porque cuando se cuenta todo como ocurrió, se cuenta la verdad, se legitima esa verdad, para nosotros reconstruir la memoria es la posibilidad de contar nuestra propia historia, de contar la verdad de lo que ocurrió y muchas de las cosas para que no vuelvan a repetirse, porque muchas veces las personas por no conocer lo que sucedió la historia se vuelve a repetir, lo que uno quiere es que esa historia se consolide y que los hijos de uno, los nietos la conozcan y que nunca jamás en la vida la vuelvan a repetir, porque eso es atraso, es destrucción (interlocutora 7, 52 años, Letícia).

Ricoeur (2004) levanta a questão do porquê de a memória ser atribuída apenas a mim, a você, a ela ou a ele, ao singular das três pessoas gramaticais e por que a atribuição não poderia ser feita diretamente a nós, aos outros. De fato, a memória não deve ser atribuída unicamente a cada pessoa singular, como já dito antes, ela é construída na coletividade a partir de experiências em que, de uma forma ou de outra, foi influenciada por uma pessoa para que acontecesse.

Para nosotras como colectivo, como mujeres es muy importante contar lo que ha sucedido en nuestros territorios, porque nosotras vivimos, muchas en carne propia lo que ha sido el conflicto armado y como eso nos ha afectado, ¿quién más que nosotras para contar lo que sucede realmente en nuestros territorios? (interlocutora 5, 45 años, Guapi).

Assim, a coletividade é aquela que contribui para a construção da memória de cada pessoa, de toda uma comunidade; permite que ela identifique seu lugar no mundo e fortaleça os laços de confiança e trabalho.

Si se borra la verdad, si se oculta lo que sucedió se queda a merced de que la guerra se fortalezca, porque la sociedad no se da cuenta de lo que está pasando, de la realidad, entonces es muy fácil volver a repetir los mismos errores, no conocer la historia permite que esas prácticas violentas se vuelvan a repetir, cuando se conoce la historia, hay un grado fuerte de prevención y resistencia (interlocutora 7, 52 años, Letícia).

Com isso, são gerados espaços de diálogo que podem e conseguem se tornar cenários para a construção da paz nos territórios. A partir de uma narrativa, são geradas ideias de paz.

Mi idea de paz es que lo que no me gusto puedo hablarlo, cuando habla uno ya se siente más tranquilo en vez de irse a pelear, uno ya puede manejar su mismo control, es mi manera personal de ver paz. Estos procesos aportan porque al saber y conocer las formas de paz, la gente se concientiza y ayuda mucho, la buena convivencia. (interlocutora 1, 38 años, Guapi).

Em conflitos como os da Colômbia, em comparação com outros que ocorreram em diferentes partes do mundo, o depoimento dos atores entrou para ocupar um lugar importante, não só porque eles são a principal fonte para investigar os acontecimentos da violência, mas também porque houve uma reviravolta na política pública, o que dá maior posição às vítimas na agenda social.

Quando nos deparamos com a reconstrução da memória de eventos violentos, o encontro de múltiplas histórias contidas nas narrativas das vítimas, dos perpetradores, dos pesquisadores, dos atores sociais constitui uma ferramenta que promove a reconstrução da unidade social fragmentada pela violência.

4.2 Movimentos de mulheres na colômbia: lutas transitórias, lutas definitivas

A mobilização política das mulheres teve uma longa história na América Latina. Desde as guerras de independência travadas contra a Espanha no início do século XIX até as guerras guerrilheiras dos anos 1960-1970, as mulheres têm sido ativas em amplos movimentos políticos. Elas se organizaram de múltiplas formas, para exigir escolas, hospitais, melhores condições de vida para si e suas famílias e protestar contra a desigualdade, em busca do reconhecimento de seus direitos. Assim, têm sido atuantes em associações de bairros, em suas comunidades, estabelecendo

precedentes de luta e demonstrando a importância para a sociedade, sendo ouvidas em todas as esferas públicas.

A combinação de diferentes padrões de mobilização deu aos movimentos das mulheres um papel reconhecido nas transições democráticas: grupos de direitos humanos das mulheres, grupos feministas e organizações femininas em diferentes regiões traçaram uma linha importante entre um antes e depois do que significa ser mulher nas sociedades atuais (LUNA, 2006). A luta pela defesa e igualdade dos direitos das mulheres está enquadrada em um longo caminho de várias iniciativas, a fim de alcançar as transformações necessárias para ter garantias em todos os direitos humanos e, a partir das quais constantes violações são geradas em todo o mundo, especialmente com relação às mulheres. No caso da Colômbia, ainda existem elementos de um tipo patriarcal que está imerso no sistema cultural, social, político e econômico, mesmo no século XXI.

Desde 1930, iniciou-se no país uma luta organizada pelos direitos civis e políticos, sob a administração do presidente Enrique Olaya Herrera, principalmente a partir da lei n.º 28, de 1932, que deu às mulheres a autonomia e o direito de gerenciar seus bens (antes disso, esses tinham que ser administrados pelo marido ou pai). Em 1933, foi concedido no Congresso o direito de as mulheres estudarem bacharelado em igualdade de condições com os homens. Dessa época até 1954, 11 projetos de lei para o sufrágio feminino foram apresentados no Congresso, mas apenas no Governo do ditador Rojas Pinilla, o direito foi homologado para as mulheres (LUNA, 2006).

A luta pelo reconhecimento levou ao surgimento de movimentos voltados à busca por se tornarem sujeitos de direitos tanto individual quanto coletivamente. Dessa forma, é possível estabelecer um cronograma no qual se observa a evolução e o surgimento ao longo da história colombiana de alguns movimentos feministas (LUNA, 2006):

a) Em 1944, nasceu a União Feminina da Colômbia (UFC), exercendo pressão pelo direito de votar e pela alfabetização de todas as mulheres. Nos anos seguintes, o acesso das mulheres à educação dobrou;

b) Em 1977, um novo grupo feminista para a libertação das mulheres nasceu em Cali, assim como o primeiro centro de estudos femininos em Medellín, para abordar os problemas das mulheres colombianas;

c) Em 1979, outro grupo coletivo feminino na Colômbia (*Colectivos de mujeres en Bogotá*) fez uma apresentação sobre os direitos das mulheres no Fórum Nacional dos Direitos Humanos. No mesmo ano, a CEDAW assinou o tratado sobre a convenção contra todas as formas de

discriminação relativa às mulheres. Esse foi implementado em 1981 mediante o Conselho Nacional de Integração das Mulheres no Desenvolvimento;

d) Em 1982, o presidente da época (Belisario Betancourt) nomeou mulheres em todos os seus vice-ministérios.

Nesse sentido, em 1991, a Colômbia fez uma mudança na constituição política que reconheceu as mulheres como cidadãs e ratificou os direitos já concedidos em outros decretos e leis, que permitiram estabelecer uma imagem mais clara de como as mulheres deveriam agir. A partir daí, a luta dos movimentos das mulheres tem se intensificado significativamente. Segundo Luna (2006), os anos noventa consolidaram uma nova realidade nos campos associativos e de protesto com a formação de coletivos impulsionados, basicamente, por mães, filhas ou irmãs de vítimas diretas ou indiretas do conflito armado colombiano. No entanto, e apesar da luta constante das mulheres para serem reconhecidas nas esferas públicas, o reconhecimento não tem sido como o esperado, uma vez que ainda coexistem cenários onde o domínio patriarcal é notório e persistente.

Nesse sentido, a violência que surgiu como resultado do conflito armado interno na Colômbia gerou uma série de consequências negativas para as mulheres. As contínuas violações dos direitos individuais e coletivos, que ao longo de suas lutas históricas foram conquistadas, diminuíram neste contexto de confrontos, levando em conta que as mulheres são as mais direta e indiretamente afetadas pela violência estrutural, bem como suas famílias e comunidades de origem.

Em meio ao conflito armado, as mulheres demonstraram sua capacidade de se organizar para responder às necessidades de suas famílias e promover seus direitos políticos e sociais, que não haviam conseguido anteriormente, apesar de sua incorporação maciça em organizações sociais, sindicais e econômicas mistas das quais participaram em conjunto com os homens. Portanto, um resultado preliminar de sua participação em ações coletivas pela paz é o seu reconhecimento como líderes comunitários e sujeitos do direito que constituem um ator social com capacidade de negociação (IBARRA, 2011, p. 268).

Há algum tempo, as portas foram abertas para que as vítimas em geral pudessem ser reconhecidas como sujeitos de direitos no mercado do conflito, o que levou muitas a procurarem grupos, associações, fundações, a fim de serem reconhecidas não apenas como vítimas, mas também como elementos fundamentais na construção da memória histórica e social. Essa, por sua vez, tornou-se a ferramenta mais indispensável para a construção da paz em seus territórios. Segundo Ibarra (2011), devido ao tipo de ações desenvolvidas por essas redes femininas, pode-se

argumentar que elas passaram a criar novos quadros para interpretar a realidade e promoverem importantes mudanças sociais.

As ações desses grupos de mulheres permitiram que sua voz fosse ouvida nos mais diversos cenários políticos e sociais do país e até mesmo do mundo. É o caso de movimentos como: *La Ruta Pacífica para la Mujer*; a Rede Nacional de Mulheres; a Mesa Nacional das Mulheres Negras/Afro-Colombianas/Raíces e Palenqueras; *Corporación Casa de la Mujer*; *Corporación Humanas / Centro Regional de DDHH y Justicia de Género*; *Iniciativa Mujeres Colombianas por la Paz (IMP)*, entre muitas outras que de uma forma ou de outra marcam presença nos territórios.

Os movimentos sociais dessas mulheres na Colômbia ressignificam a cidadania a partir do diálogo que exige igualdade e equidade; são orientadas para estratégias em torno de objetivos de mudança radical, exigindo a transformação do que elas veem como injusto, abusivo ou agressivo por conta da guerra, mas também mostram o fato de se tornarem agentes políticos com voz, na frente de entidades governamentais, defendendo ações centradas em torno da paz e dos Direitos Humanos, por meio da criação e promoção de “mecanismos pacíficos” para a construção de novas opções de vida e convivência.

Essas organizações buscam como objetivos monitorar, revelar números e realizar eventos simbólicos para denunciar a violência sistemática que ocorreu contra as mulheres, suas famílias e comunidades, da mesma forma que visam promover a confiança necessária para que as mulheres denunciem os autores da violência e identifiquem os contextos e formas em que foram vitimadas.

A Fundação CHIYANGUA e a Associação ADMUCINAM fazem parte dessas iniciativas de mulheres que, de alguma maneira, buscam ser ouvidas, ao mesmo tempo que querem ser transformadoras em um contexto tão complexo quanto o colombiano, e especialmente nas regiões onde estão localizadas, que historicamente sofreram violência em primeira mão. A experiência vivida pelas mulheres nessas organizações é evidenciada em suas próprias vozes:

Para mí ha sido muy bueno, hoy digo que lo que soy hoy, yo se lo debo a la fundación Chiyangua, yo todos estos procesos los aprendí con la fundación Chiyangua, ahora que estoy empapándome con los consejos comunitarios, pero realmente yo crecí con fundación Chiyangua. Me ayudo con las capacitaciones, los consejos, ayudas económicas porque con ella uno siempre las tiene. A mí me ha ayudado como a socializarme abiertamente con las demás personas. A mí no me gustaba hablar, y uno va con ella, y lo conocen en todo lado, y va uno como dejando esos nervios, entonces ya uno puede hablar abiertamente. (interlocutora 1, 38 anos, Guapi).

Con la fundación tenemos que una ruta, ruta de apoyo, que una escuela de formación, esta eso, que por lo menos que una mujer maltratada, que tener donde acompañarla, donde llegue, y también, que más o menos a donde uno puede acudir, que para poner una denuncia o que otra cosa, que son conocimiento para uno. A veces a la gente le pasan las cosas, y no saben dónde acudir. (interlocutora 3, 39 años, Guapi).

O trabalho que as associações realizam abrange uma infinidade de atividades que permitem o desenvolvimento de seus membros, desde a formação acadêmica, até oficinas, seminários e cursos fundamentais, para tornar conhecida a realidade do que acontece em seus contextos mais imediatos:

Por ejemplo, esos talleres que dan de violencia basada en género, esos talleres son buenos, porque algunas cosas que no se sabían cómo que las aprenden, que es violencia, que es una cosa, que es otra (interlocutora 3, 39 años, Guapi).

para mí ha sido muy bueno, mire que uno en estos grupos se empapa de muchas cosas que antes uno desconocía, como por ejemplo los derechos de las mujeres, a que nosotras podemos acceder a la educación mucho más rápido por ser víctimas, pero yo creo que lo más importante es que uno aquí aprende a conocer su propia realidad, a ser como siempre decimos mujeres más empoderadas, si me entiende, aquí en la asociación todas somos bienvenidas y el trato y la ayuda ha sido muy buena (interlocutora 8, 41 años, Letícia).

A possibilidade de se abrir ao mundo é uma das habilidades adquiridas em torno da atividade como membro dessas associações femininas:

Yo era de las que no hablaban, solo me dedicaba a escuchaba y a veces me sentía como la mosquita que le cayó al café, por ejemplo en mi primer reunión me salí, me sentí tan incómoda porque ni sabía de lo que estaban hablando, y obviamente yo creo que esto es algo que de alguna manera te ayuda a entender los diferentes espacios que se dan, te enriquece de conocimiento, para de alguna manera o caer en errores, o no vivir en esa desinformación, de que si tú te informas, puedes informar a otros y de alguna manera los ayudas a salir de esa desinformación. Entonces eso es lo más importante, porque no solo te ayudan a ti, sino también a otros... (interlocutora 2, 31 años, Guapi).

La asociación ayuda a las mujeres, buscando proyectos, como tienen que participar, porque las mujeres tienen participaciones, porque las mujeres tienen que conocer las leyes y sus derechos que les corresponden, que conozcan las leyes de las víctimas, porque son leyes que las cobijan que las atiende y que las reconoce, y a participar en las organizaciones, eso es lo que hacemos en la asociación, a que las mujeres aprendan a decidir a participar, eso es lo que hoy en día yo trato de enseñar (interlocutora 9, 52 años, Letícia).

4.2.1. Somos líderes sociais

Arendt (2014) afirma que viver em um mundo significa essencialmente ter um mundo de coisas interpostas entre aqueles que o habitam, uma vez que o mundo é mediado pelas relações que se estabelecem entre os homens e está no público como um mundo comum, que reúne a todos. Na maioria dos casos, as mulheres têm sido testemunhas direta e indireta da guerra, mas ao mesmo tempo tem sido por meio de suas figuras como líderes sociais que passaram a promover processos de recomposição do tecido social com seu trabalho comunitário, destacando movimentos de participação e incidência política e social em seus territórios.

Para entender como funciona a construção de uma identidade como líder social e de que forma se apresenta no âmbito social, baseamo-nos inicialmente na compreensão da categoria da identidade como uma tentativa de o indivíduo construir reflexivamente uma narrativa pessoal que lhe permita compreender a si mesmo e ter controle sobre sua vida e futuro em condições de incerteza (GIDDENS, 1995). A identidade tem sido constantemente reconstruída e redefinida. Reflexões sobre ela, na maioria das vezes, defendem identidades precárias, contingentes, parciais, temporais e históricas e, no mínimo, a ideia de uma identidade imóvel, fixa e atemporal.

Bourdieu (1982) propõe que a identidade seja construída em torno de práticas sociais a partir de representações mentais, entendidas como atos de percepção e valorização, conhecimento e reconhecimento e representações do objeto em relação às coisas ou atos. No caso dos líderes sociais, essas práticas são o eixo fundamental no qual seu exercício participativo na sociedade gira. Essas representações, por sua vez, estão em constante luta pelo poder, “lutas para fazer ver e fazer crer, para tornar conhecido e tornar conhecido, para impor a definição legítima das divisões do mundo social” (BOURDIEU, 1982, p. 475). Isso significa que cada identidade em torno do papel do líder social exige uma quantidade diferente de comprometimento de cada membro individual ou assume um grau diferente de fraternidade imaginada, e que isso pode mudar historicamente.

A liderança social tem sido uma das variáveis do comportamento das organizações comunitárias, tendo em vista que suas implicações e práticas em seu funcionamento e sua complexidade são levadas em conta. A liderança social não é um traço estático ou característica

que reside apenas em quem exerce esse papel, mas um processo no qual o líder social está envolvido, aqueles que se beneficiam de suas ações e da situação do contexto social em que sua atividade é desenvolvida. A identidade envolve, pois, a definição de valores, normas e ideais que dão ao grupo um significado compartilhado. Assim, eles devem agir de forma que suas palavras e ações sirvam para criar um senso de identidade compartilhada entre os seguidores.

Não há líderes sociais sem seguidores ou uma população específica que se beneficie. Portanto, ser um líder social é mais uma capacidade organizacional do que uma característica individual. Ser considerado um líder social e ser identificado como tal implica influência do líder, o qual visa à obtenção de um objetivo ou objetivo comum do grupo ou da comunidade. Segundo isso, a liderança social é um fenômeno de grupo; é definida e funciona a partir do trabalho coletivo e perde seu significado fora desse contexto.

Pues que nos llamen lideresas sociales en un país como Colombia es una situación difícil, ya que las problemáticas con relación a la guerra y el conflicto, están presentes en nuestros territorios, las mujeres sufrimos muchas violencias y tratar de luchar contra eso, es interponerse en pensamientos e ideologías que traspasan cualquier posibilidad de dialogo. Pero si usted me lo pregunta, ¡si soy lideresa!, porque es lo que hago y no voy a dejar de serlo (interlocutora 6, 57 años, Guapi).

Para o caso colombiano, a identidade do líder social não está no abstrato, está sempre vinculada à liderança de algum grupo ou coletivo, portanto, líderes e seguidores estão unidos por fazerem parte do mesmo grupo. Essa relação é consolidada por fazer parte de uns “nós comuns”. A identidade social é o que permite que as pessoas liderem e sejam dirigidas, e é central para o processo de influência social que reside no coração da liderança efetiva.

Na Colômbia, a liderança social varia de acordo com sua forma organizacional ou suas atividades defensoras. Os líderes sociais na Colômbia são aqueles que desempenham um papel de liderança em organizações sociais, formais ou informais, nos níveis nacional, de departamento ou local, em várias questões. O desenvolvimento da identidade implica que líderes fora “do grupo” ainda gerem acompanhamento se forem percebidos como “para o grupo”, mediante comportamentos que garantam objetivos comuns ou atuando de forma a servir aos interesses do grupo.

No caso dos representantes da associação ADMUCINAM e da Fundação YICHANGUA, seu papel como líderes sociais é complexo no sentido do impacto social que suas atividades geram nas regiões em que atuam. O trabalho social e comunitário que as mulheres realizam é mediado não apenas pela influência direta do conflito armado em suas regiões, mas também por agentes externos como instituições locais e nacionais, dado os efeitos dos processos políticos nos locais em que o trabalho realizado é visto como inconveniente. Em muitas ocasiões, elas têm sido desafiadas pelo assédio e intimidação de indivíduos ou instituições que buscam interesses pessoais em troca de não atacar seus próprios coletivos.

El liderazgo social no es muy sencillo en Colombia, como se puede ver, Colombia es uno de los países donde más matan líderes sociales. Entonces este rol que nosotras tomamos, nos pone en riesgo todo el tiempo, siempre hay sectores de la sociedad a las cuales el trabajo que uno hace, le incomoda, les molesta, de ahí que ser lideresa, es un compromiso, es un trabajo duro, que requiere tiempo, dedicación y mucho esfuerzo, pero sobre todo voluntad de luchar para que los derechos sobre todo de las mujeres sean efectivos y no se queden solo en el papel. (interlocutora 7, 52 anos, Letícia).

As regiões onde essas mulheres estão presentes são cenários complexos e estratégicos para a presença de grupos ilegais e as condições dessas mulheres como líderes sociais, em todos os momentos, serão mediadas pelas condições políticas e sociais do contexto em que a Colômbia vive.

Diante disso, os líderes sociais têm questionado seu papel na construção da paz, embora se reconheçam no espaço privado a partir do papel tradicional de ser mãe e cuidar. Além disso, percebem que seu papel vai além, a partir de seus processos coletivos, conseguiram atrapalhar a dinâmica da família com seus parceiros caminhando para uma divisão equitativa de tarefas de cuidado e trabalho (MAYOR, 2021, p. 81).

Os líderes sociais na Colômbia são fundamentais para a defesa dos direitos humanos, no entanto, o trabalho realizado pelas mulheres em seus territórios não tem sido fácil, levando-se em conta as desafiadoras condições de violência que ainda são vivenciadas nas regiões país. Contudo, para as mulheres defensoras, a liderança é apresentada como uma opção vital que lhes permitiu superar experiências difíceis de violência e as transformou positivamente, proporcionando-lhes a capacidade de resistir e sobreviver. Elas passaram por um processo de

ressignificação de sua própria trajetória de vida, atravessado pela guerra e violência: um processo de crescimento pessoal e construção coletiva, muitas vezes definido por elas como empoderamento.

4.3 Mulheres fortalecem laços e buscam: ferramentas na construção da paz

O contexto esperançoso dos diálogos de paz na Colômbia e a necessária participação das mulheres em um quadro de pós-acordo é necessário para implementar ferramentas de fortalecimento na construção de cenários participativos e ações coletivas, a fim de que sejam participantes diretas das transformações que o país precisa.

Dessa forma, em várias regiões da Colômbia, as mulheres se organizaram em associações cujo propósito é o fortalecimento da paz e da reconciliação nos territórios e a reconstrução do tecido social fragmentado pela guerra, por meio de mobilizações coletivas que, dentro de seus múltiplos propósitos, levantaram suas vozes e marcaram presença como mulheres fortalecidas.

Cada uma dessas organizações tem propósitos fundamentais e em torno de seu trabalho elas implementaram ferramentas e estratégias para o fortalecimento de seus membros em diferentes aspectos, tanto individual quanto coletivamente.

Em toda ideia, cada contribuição para a melhoria das condições de vida dessas associações é de grande importância. A Fundação CHIYANGUA tem trabalhado em estratégias de participação feminina, criando espaços para o fortalecimento econômico, educacional, social e cultural de seus membros. Nesse sentido, focamos na experiência vivida com a fundação CHIYANGUA, na qual tive a oportunidade de ministrar o curso de “Formulação de Projetos”.

No processo de acompanhamento com a fundação, em reunião realizada no município de Guapi, surgiu a necessidade de saber como e para que são direcionados os projetos que buscam financiamento de diferentes entidades. No entanto, havia dúvidas sobre como esses deveriam ser preparados e apresentados. A partir daí, surgiu a ideia de realizar o curso sobre

Formulação de Projetos, desenvolvido e estruturado com o apoio da fundação CHIYANGUA e do grupo de pesquisa ANTROPACIFICO¹⁴, da Universidade do Cauca.

Figura 11 – Curso “Formulação de projetos”. Fundação CHIYANGUA. Realizado com apoio do Grupo de Pesquisa ANTROPACIFICO e ditado pelas antropólogas Martha Cecilia Machado e Nazly Nathali Vasquez



Fonte: Machado e Vasquez (2022).

Este curso foi estruturado para que as mulheres participantes conhecessem os componentes básicos em torno de como desenvolver e apresentar um projeto para uma determinada organização. O curso foi realizado nos dias 25 e 26 de janeiro de 2022 e dividido em duas partes: na primeira, procurou-se introduzir os conceitos básicos e as etapas de elaboração de um projeto, além de explicar todas as bases teóricas que compõem o módulo; na segunda parte, trabalhamos em uma oficina dirigida, ressaltando tudo o que se havia estudado

¹⁴ ANTROPACIFICO é um programa de pesquisa cujos objetivos inerentes são repertoriar, descrever, conhecer, explicar, manter e disseminar a história da dinâmica das adaptações das variações biológicas e culturais de diversas populações humanas da região do Pacífico colombiano, tudo de uma perspectiva biocultural e interdisciplinar. Atualmente, a ANTROPACIFICO também vem trabalhando a partir de suas pesquisas, com a dinâmica e incidência do conflito armado na região do Pacífico, bem como em pesquisas focadas na reconstrução da memória social e histórica que as comunidades fazem em seus territórios. Consultado em: <http://ublogs.unicauca.edu.co/antropologia/grupos-de-investigacion/grupo-de-investigaciones-antropacifico/>

anteriormente, destacando a prática. Assim, as participantes tiveram a oportunidade de elaborar um projeto (hipotético) e socializá-lo com as demais colegas.

Figura 12 – Integrantes do curso “Formulação de projetos”. Fundação CHIYANGUA. Realizado com apoio do Grupo de Pesquisa ANTROPACIFICO e ditado pelas antropólogas Martha Cecilia Machado e Nazly Nathali Vasquez



Fonte: Machado e Vasquez (2022).

Figura 13 – Integrantes do curso “Formulação de projetos”. Fundação CHIYANGUA. Realizado com apoio do Grupo de Pesquisa ANTROPACIFICO e ditado pelas antropólogas Martha Cecilia Machado e Nazly Nathali Vasquez



Fonte: Machado e Vasquez (2022).

Esse tipo de atividade foi realizado com o objetivo de levar às comunidades conhecimentos de diferentes áreas que, posteriormente, poderiam beneficiá-las. No caso do curso ministrado, a ideia fundamental foi baseada na geração de ferramentas para que as participantes, dentro de suas próprias associações, fundações ou conselhos comunitários, tivessem as bases para desenvolver projetos que posteriormente poderão ser apresentados às instituições de financiamento e, assim, alcançar projetos que beneficiarão suas próprias associações, fundações ou conselhos comunitários e, substancialmente, as comunidades receptoras.

Figura 14 – Integrantes do curso “Formulação de projetos”. Fundação CHIYANGUA. Realizado com apoio do Grupo de Pesquisa ANTROPACIFICO e ditado pelas antropólogas Martha Cecilia Machado e Nazly Nathali Vasquez



Fonte: Machado e Vasquez (2022).

Outras atividades realizadas pela CHIYANGUA são voltadas a um trabalho de orientação e disseminação dos direitos das mulheres. Dessa forma, a fundação vem desenvolvendo diferentes ferramentas metodológicas que permitem aos membros ter acesso à informação e treinamento sobre questões de equidade de gênero, igualdade no território, discriminação e violência.

A figura 15 faz parte do texto “Economia do cuidado: minhas tarefas contam para um território em igualdade” (2021). Nesse projeto, trabalhamos o papel das mulheres dentro da comunidade e em suas próprias casas, bem como a importância de conhecer a economia do cuidado, como fator fundamental de suas estratégias de vida.

Figura 15 – trecho do texto “Economia do cuidado: minhas tarefas contam para um território em igualdade”, publicado pela Fundação CHIYANGUA



Fonte: Fundação CHIYANGUA (2021).

O fortalecimento das mulheres negras nesse contexto permitiu o progresso para fortalecer essas capacidades de autorreconhecimento e liderança comunitária, fatores essenciais para as comunidades afetadas pelo conflito armado nesta região do país.

No caso da associação ADMUCINAM, na cidade de Letícia, em diálogo com a senhora deputada Nelsy Jaimes, representante desta associação, foi possível identificar que, assim como em outras regiões e comunidades, a ADMUCINAM também vem realizando diferentes atividades voltadas para o benefício das comunidades.

É o caso do primeiro encontro de Atenção Psicossocial para a reconstrução do tecido social da ADMUCINAM, como estratégia do programa “Entrelaçamento da Unidade de Vítimas”. Nesse encontro com as mulheres pertencentes à associação, o objetivo da atividade foi criar um espaço para favorecer a recuperação ou mitigação dos danos psicossociais e sofrimento emocional gerados às vítimas, seus familiares e comunidades, ao mesmo tempo que buscavam contribuir para a reconstrução dos vínculos, tecido social e coesão sociocultural das vítimas.

Figura 16 – I Encontro para Atenção Psicossocial para a reconstrução do tecido social de ADMUCINAM. Estratégia do programa “Entrelaçamento da Unidade de vítimas”



Fonte: Associação de Mulheres ADMUCINAM (2022).

Para nosotras como organización, es importante que las mujeres conozcan las diferentes rutas de atención a la que tiene derecho cuando han sido víctimas de violencia, es por eso que estos talleres, estos encuentros son muy importantes, porque nos permite establecer lazos de comunicación y que ellas conozcan su realidad y cuáles son las estrategias para afrontar mejor las situaciones difíciles por las que han tenido que vivir (Nelsy Jaimes, febrero, 2022).

Nesse sentido, o trabalho realizado neste encontro fortalece as relações com a comunidade, ao mesmo tempo que traça rotas de trabalho subsequentes nas quais as mulheres são portadoras de voz em seus próprios territórios.

Figura 17 – I Encontro para Atenção Psicossocial para a reconstrução do tecido social de ADMUCINAM. Estratégia do programa “Entrelaçamento da Unidade de vítimas”



Fonte: Associação de Mulheres ADMUCINAM (2022).

Para elas, sendo uma organização criada com base no movimento agrícola, suas atividades são de vital importância no desenvolvimento da associação, o trabalho focado em atividades está também relacionado aos processos produtivos e ao desenvolvimento sustentável, os quais buscam

não só o benefício econômico das famílias por meio de projetos produtivos, mas também a conscientização das pessoas para a proteção do meio ambiente, principalmente na recuperação das atividades agrícolas sustentáveis, como base de apoio familiar. Paralelo a isso, busca-se fortalecer os laços entre as comunidades e o território, tudo enquadrado numa área de proteção ambiental, gerando projetos produtivos amigáveis e sustentáveis com o meio ambiente.

Elas são guardiãs do conhecimento, sabores, afetos e memórias há mais de 30 anos. Por meio dos seus trabalhos sociais e comunitários, possibilitam lembrar à sociedade que esta não é apenas uma terra de guerra e violência, mas também um lugar onde habitam mulheres lutadoras, corajosas e autônomas.

Figura 18 – I Encontro para Atenção Psicossocial para a reconstrução do tecido social de ADMUCINAM. Estratégia do programa “Entrelaçamento da Unidade de vítimas”



Fonte: Associação de Mulheres ADMUCINAM (2022).

É por isso que a tarefa que as mulheres da ADMUCINAM têm realizado durante todos esses anos é tão importante. Elas não só defenderam os direitos das mulheres camponesas, negras

e indígenas, mas também lutaram pela participação política, por uma vida livre de violência, pela inclusão econômica, pela propriedade da terra, pela educação pública e de qualidade; é uma luta que dignifica a todas. Tal processo as transformou em gestoras de mudança no território, por meio do elo positivo e transformador dos processos sociais, culturais e políticos na articulação com outros atores estratégicos, promovendo a participação política das mulheres nos espaços de tomada de decisão, contribuindo para a construção de políticas públicas, fortalecimento da democracia, equidade, justiça social e paz no departamento.

Nesse contexto, a construção da equidade começa pelo reconhecimento da existência de populações com diferenças claras em termos de suas necessidades, o que nos permite compreender a heterogeneidade das situações enfrentadas pelas mulheres em cada região do país, a partir de sua diversidade. Os cenários de conflito armado são considerados uma barreira para o desenvolvimento das pessoas e, no caso das mulheres, as consequências políticas, sociais e econômicas são exacerbadas em meio ao problema.

Alguns dos problemas mais comuns que elas experimentaram no decorrer da luta, desde seus territórios para a reivindicação de direitos individuais e coletivos, levam a identificar uma exclusão e desvantagem diante das possibilidades de desenvolvimento, tudo isso relacionado com: a falta de reconhecimento de seu trabalho como contribuição para o desenvolvimento, construção da paz e sociedade em geral e carência de autonomia que limita sua capacidade de decidir sobre o que os afeta para sua realização como pessoas, em virtude de sua visibilidade como movimento social de impacto político na região e no país.

Assim, as mulheres têm em maior grau as consequências do conflito armado, da violência doméstica, do deslocamento e da pobreza; a taxa de analfabetismo dobra no campo e essa falta de educação se traduz em falta de oportunidades e menor equidade para esse grupo populacional.

A paz territorial implica o reconhecimento da mulher como sujeito central no processo de transformação pacífica dos conflitos, indica que ela não se reduz apenas às suas ações, mas também implica reconhecer suas intenções políticas de habitar, delimitar e usar o espaço, a identidade individual e coletiva que envolve sua própria historicidade (MAYOR, 2021, p. 72).

Segundo Mayor (2021), a construção da paz a partir da perspectiva de gênero implica o reconhecimento das mulheres como sujeitos de direitos, o que afeta diretamente a construção de cenários de consulta e diálogo, deixando de lado os construtos sociais associados ao papel da

mulher na sociedade. É preciso pensar nas mulheres fora das esferas de controle a que foram submetidas e que geraram as condições de marginalização e violação. Elas ligam a paz a uma vida digna e à garantia de direitos. São as mulheres que exercem a liderança e a defesa do território, que enfatizam o cumprimento dos acordos de paz, com foco nos cenários local, regional, nacional e internacional.

As mulheres defendem a implementação do acordo de paz e a presença institucional, mas não como forma de homogeneização dos territórios, mas como um processo que se baseia e para as comunidades baseadas em suas visões de mundo, formas organizacionais e convivência com a natureza (MAYOR, 2021, p. 80).

Em suma, as posições das mulheres ligadas a processos de mobilização política e social permitem-nos vislumbrar que a construção da paz deve ter como ponto de partida o território. Assim, a paz é o apoio, o cuidado, a proteção e a defesa das famílias e comunidades, bem como a natureza na preservação dos rios, florestas e toda a biodiversidade. A paz territorial tem a ver com o fortalecimento de mulheres que criam vínculos e redes organizacionais para atuar, gerar processos de mudança e transformação de conflitos no país (MAYOR, 2021).

As mulheres na Colômbia trabalham há anos na geração de condições para construir a paz com base em análises e propostas que contribuam para a concretização do consenso intersetorial; participar de mesas locais e regionais para abrir amplos espaços de diálogo; tentando dar visibilidade às vítimas do conflito armado, mostrando os impactos da guerra e mobilizando-se maciçamente para humanizar o conflito e construir a paz (MAYOR, 2021, p. 85).

As mulheres integrantes da Fundação CHIYANGUA e da Associação ADMUCINAM têm trabalhado duro para gerar espaços de incidência para reafirmar a paz com base no reconhecimento de seu papel no território, construção coletiva com as comunidades e respeito à sua dignidade.

5. REFLEXÕES FINAIS

A luta das mulheres para efetivarem os movimentos políticos e sociais e serem reconhecidas na Colômbia constituíram-se, ao longo da história do país, uma forma de expressão e visibilidade que permitiu às comunidades afetadas pelo conflito armado, várias formas de reivindicar, denunciar e trabalhar pelos direitos violados. As diferentes formas organizacionais em que essas mulheres têm trabalhado estão cada vez mais ganhando força, pois grandes transformações têm sido alcançadas dentro e a partir do trabalho coletivo.

É inegável que o conflito armado colombiano marcou significativamente a história do país, deixou uma marca indelével na memória de seus habitantes, mas acima de tudo nos mostrou a dureza e crueldade com que o ser humano é capaz de agir para alcançar seus fins propostos.

Nesse sentido, este trabalho de pesquisa teve como centralidade o papel das mulheres em torno do trabalho coletivo, no qual se evidenciou o esforço constante dessas de abandonar os traços de violência e concentrar seu olhar para um futuro que, embora ainda difuso, não deixa de ser visto com a esperança de mudança para elas, suas famílias e suas comunidades.

Assim, retomamos os objetivos inicialmente propostos, bem como a análise e o escopo que esta pesquisa forneceu, a fim de demonstrar o cumprimento dos objetivos estabelecidos no início deste projeto de pesquisa. Dessa forma, partimos das perguntas: qual o papel e a ação política das mulheres na construção coletiva da memória histórica e social? Quais foram suas experiências coletivas no contexto do conflito armado em suas regiões?

Nessa direção, estabelecemos o objetivo geral de compreender o papel e a ação política das mulheres na construção coletiva da memória histórica e social diante de suas experiências no âmbito do conflito armado, sobretudo nas regiões de Cauca e Amazonas, ambas na Colômbia. A partir daí, a Fundação CHIYANGUA (Cauca) e a Associação das Mulheres da ADMUCINAM (Amazonas) foram estabelecidas como eixo de pesquisa.

No contexto do conflito armado, as regiões citadas têm sido historicamente afetadas por confrontos, e seus efeitos se traduzem nas populações ameaçadas, deslocadas, confinadas. O cenário de milhares de colombianos mortos, famílias destruídas e comunidades fragmentadas deixou uma marca evidente.

Em tal contexto, tanto Cauca quanto Amazonas representam locais geograficamente estratégicos de concentração e atividade de grupos ilegais, especialmente as guerrilhas. O

Amazonas enfrenta o difícil trabalho de localização em uma tríplice fronteira, que é porosa devido à baixa presença do Estado, o que permite o livre trânsito de grupos ilegais, em conjunto com as diferentes atividades criminosas associadas a esse tipo de agrupamento.

O departamento de Cauca, por outro lado, tem sido historicamente um corredor estratégico que liga o centro-sul do país com o Pacífico colombiano. As disputas sobre o território têm sido as mais visíveis, uma vez que diferentes grupos armados ilegais coexistem em confronto contínuo para a gestão desse corredor, articulando a gestão e o controle do tráfico de drogas. Esse tem sido, sem dúvida, um dos grandes problemas enfrentados por esses departamentos ao longo de sua história, destacando-se como uma realidade tangível nas diferentes regiões do país.

Com isso, a centralização das políticas estaduais tem contribuído para uma marginalização dessas regiões, a qual tem sido aproveitada pelos diferentes grupos armados ilegais para assumirem o controle do território e, com sua presença, fortalecerem suas ações nas diferentes comunidades e seus habitantes.

Entender o que acontece nas regiões, nas comunidades afetadas, nos permite identificar uma série de manifestações locais e regionais que buscam gerar impacto por meio de propostas políticas e sociais, nas quais as mulheres assumem lideranças por meio do exercício de um papel de representatividade em suas comunidades. Logo, as mulheres tornam-se a figura principal do trabalho de reconstrução do tecido social quebrado, consolidando as associações, fundações e coletivos de mulheres que, mesmo sendo vítimas de violência, vêm trabalhando a partir da construção da memória coletiva uma ferramenta para obtenção de conhecimento de si mesmas, de sua história e suas representações, na tentativa de mostrar que o passado permanece, mesmo que a história esteja em constante modificação.

No entanto, todo esse trabalho que as mulheres vêm fazendo não tem sido fácil, no sentido de que suas ações sociais e políticas hoje continuam a ser mediadas pela presença de grupos armados irregulares. Por isso, vale a pena analisar como são produzidas essas memórias sobre o modo de vida das mulheres no contexto referido. Elas estabeleceram uma série de estratégias de convivência em seus territórios, uma vez que a presença constante desses grupos tem levado à modificação dos modos rurais de vida das comunitárias.

As famílias rurais têm sido caracterizadas por um *modus vivendi* que permite a criação de relações específicas de parentesco, determinando papéis e funções dentro do núcleo familiar. O rural compreende um tipo particular de relações com um componente pessoal predominante que

dá grande importância às relações familiares e com forte base nas relações de vizinhança, característica importante que está ligada a uma presença prolongada no território. O valor para a terra vai além do componente econômico, e, embora seja o território que proporcione esse sustento econômico, o território tem um valor cultural, um valor ancestral.

Para as comunidades rurais, sejam camponesas, afrodescendentes e até indígenas, a terra é a base a partir da qual suas raízes começam e onde seu futuro é gerado e forjado, conforme declarado por uma das interlocutoras:

O sea nosotros los campesinos no somos andariegos, no somos nómadas, nosotros nos establecemos y empezamos a producir y nosotros soñamos, si por ejemplo sembramos un árbol maderable, esperamos cosecharlo en 60 años, si, entonces si estamos cuidando la quebrada, es porque la queremos para nosotros, para nuestros hijos, para nuestros nietos, y uno ve la vida o sea muy quieta en un mismo lugar y siempre en armonía con la naturaleza y que uno está trabajando ahí y que ahí va a morir, y ahí van a aquedar los hijos y los nietos, porque eso es como una cadena que se hereda (interlocutora 7, 52 anos, Letícia).

Contudo, existem duas características mais visíveis que mudaram os modos de vida das famílias rurais e, especialmente, das mulheres. Por um lado, há a difícil situação em que as famílias do interior precisam enfrentar devido às grandes mudanças econômicas, políticas e sociais, que modificaram os parâmetros de vida nas comunidades rurais, o acesso a terra e/ou a perda disso por diferentes fatores. Isso levou a uma série de danos que levam a mudanças substanciais no modo de vida das pessoas no campo.

A segunda e ainda mais problemática característica está ligada ao conflito armado. Nesse sentido, as famílias, e sobretudo as mulheres, têm sido as mais diretamente afetadas. A guerra em seus territórios tem sido constante e a perda de um ou mais membros de seus núcleos familiares é um fator relevante nas transformações dentro da família. As mulheres, diante da perda de um parente, devem lidar com essa ausência, seja um filho, um irmão, um pai, um marido etc. Com efeito, isso modifica a forma tradicional de família, ao mesmo tempo que apresenta um rearranjo dos papéis familiares.

As experiências vividas em torno de conflitos reorganizam modos de vida, enquanto escrevem e reescrevem a história das mulheres. Dessa forma, novas perspectivas são produzidas sobre como viver e coexistir em um contexto mediado pela violência. As vivências, tanto pessoais quanto familiares e comuns, criam um cenário em que as mulheres reescrevem individual e

coletivamente o passado e as vozes silenciadas pela guerra, começam a ser ouvidas, tornando visíveis, pelo do trabalho da memória, a injustiça, o medo e a ansiedade, para desenhar por meio da narração, as possibilidades de um futuro que permite deixar para trás os episódios de violência e potencializa novas formas de identidade capazes de recuperar a convivência em seus territórios e em suas próprias famílias.

É assim que essas memórias sobre o modo de vida das mulheres no quadro do conflito armado são produzidas, a partir de uma experiência individual que está relacionada a experiências coletivas e que potencializa o trabalho dessas agentes em seus territórios. No entanto, o trabalho das mulheres é frequentemente mediado pelas relações de poder que emergem em territórios dominados por conflitos armados. Se ser vítima de conflito sozinho é problemático, ser mulher aumenta a probabilidade de que a vitimização seja ainda maior.

Nesse sentido, a memória se reflete em um discurso inevitavelmente generalizado e que representa identidades femininas e masculinas nas quais as relações de gênero podem ser percebidas como “naturais”, tornando-se uma ferramenta para perpetuar a desigualdade nos cenários de conflito. Assim, a ação política das mulheres é atravessada pelas relações de poder, na qual há um duplo caminho de desigualdade; por um lado, sendo vítima do conflito armado; por outro, sendo uma mulher nesse contexto.

No entanto, classificar as mulheres apenas como vítimas sugere a reprodução de estereótipos, uma vez que elas são vistas como necessitadas de proteção, frágeis e vulneráveis, sem capacidade de ação. Diante disso, designar as mulheres como vítimas limita a possibilidade de serem reconhecidas como sujeitos de direitos e as colocam na posição de beneficiária do auxílio, devido à sua condição “natural” de ser mulher.

Mas, na direção oposta, o fato de uma mulher se reconhecer como vítima lhes oferece possibilidade e abre as portas para a intervenção política e a democratização de suas experiências. Logo, a autoproclamação como vítima pode se tornar estratégica, no sentido de que permite fortalecer sua luta e o trabalho coletivo que realizam em seus territórios. O grande dilema aqui reside na possibilidade aberta de vitimização e, portanto, da estigmatização, no sentido de reconhecer a si mesmo ou não como vítima. Desse modo, a violência contra a mulher flui em um contínuo que atravessa as dimensões social, econômica e política, que são exacerbadas nas relações de poder existentes nos territórios e ainda mais em territórios mediados pela violência e confrontos armados.

Como base para abordar o reconhecimento da dinâmica do conflito armado e a forma como as mulheres participam direta ou indiretamente ou são afetadas por ele, é essencial entender que as relações de poder presentes no entorno desse problema são visíveis e tangentes às que estão envolvidas nele.

Os contextos de conflito são permeados por concepções de gênero (que circulam nos discursos de cada contexto e são recriadas nas relações intersubjetivas), por práticas sociais geradas, baseadas em normatizações e significados que se reproduzem no cotidiano dos grupos sociais através de exercícios sutis de disciplina e controle ou formas vigorosas e assimétricas de uso do poder para subjugar aqueles que estão localizados nos lugares subordinados da ordem social, entre os quais as mulheres são geralmente contadas (CIFUENTES, 2009, p. 134).

Isso, em contextos de conflito, é exacerbado pela força das armas, pelas estratégias de guerra e pelas táticas de controle social mediante as quais se busca estabelecer poderes hegemônicos por parte de grupos armados, cujos interesses de controle transcendem os militares e o público para alcançar os espaços mais íntimos da vida privada daqueles que habitam os territórios do conflito.

De acordo com isso, o conflito armado tende a exacerbar e, no menos grave dos casos, manter a distribuição tradicional e assimétrica do poder entre homens e mulheres, seja daqueles que participam diretamente dele ou daqueles que carregam os efeitos de estarem localizados em territórios e serem afetados por ele.

O gênero é um componente fundamental das relações em contextos de conflito. A forma como símbolos de gênero, normas, limites, discursos e práticas são fortalecidos ou desafiados nessas áreas tem consequências fundamentais tanto na dinâmica do conflito quanto na totalidade das relações sociais e na estrutura de poder que as sustenta (CIFUENTES, 2009, p. 142).

O cenário do conflito armado é complexo, tanto em sua dinâmica quanto nas características em que as mulheres, atuando ativamente ou passivamente, tiveram um papel preponderante, o que lhes permitiu marcar processos de representação de si mesmas e de seus modos de vida nesse contexto específico.

Esses referidos aspectos recaem em uma representação de sua identidade, que é construída e traça sua evolução na sociedade. A identidade incorpora, complexamente, o pertencimento a

diferentes entidades coletivas, sejam elas raciais, de gênero, de geração, de classe social, grupos de interesse como religiosos, culturais, políticos, sociais, econômicos etc.

A identidade não é um traço distinto, nem mesmo uma coleção de traços possuídos pelo indivíduo. É o “eu” entendido reflexivamente pela pessoa com base em sua biografia. Aqui a identidade pressupõe a continuidade no tempo e no espaço: mas a identidade é essa continuidade interpretada reflexivamente pelo agente (GUIDDENS, 1995, p. 72).

No contexto histórico do conflito armado que a sociedade colombiana vive, as mulheres não só foram vítimas diretas e indiretas da violência, mas, com o tempo, tornaram-se sujeitos políticos e sociais, e esse fato tem impactos para elas em suas jornadas de vida e para os imaginários construídos sobre elas ao redor da guerra.

Entendendo essa situação, surgem duas formas de interpretar essas representações associadas às mulheres e sua identidade no contexto do conflito. Inicialmente temos que, construir uma identidade política, quando as mulheres são designadas como “vítimas do conflito armado”, é uma espada de dois gumes, como já foi dito, levando em conta os significados implícitos pelo reconhecimento da vítima. No entanto, em termos de aceitação de uma qualidade ou status diante das políticas de Estado, ser vítima pode levar a um reconhecimento não só individual, mas também coletivo: uma vez que o Estado colombiano, aceitando que há vítimas derivadas de confrontos armados, é forçado a aceitar que a Colômbia vive um conflito armado interno há mais de seis décadas, abrindo caminho para a criação de políticas públicas que busquem beneficiar a população afetada.

Por outro lado, uma identidade social construída tem um impacto político. As sociedades de hoje permitiram a reinterpretção do significado social, passando do plano individualista para trabalhar para o bem-estar comunitário. Assim, emerge nesse contexto a figura do líder social como aquela construção que aparece como a luz que guia e influencia as pessoas a contribuir para a realização de um objetivo.

Compreender o trabalho do líder social não é apenas pensar em termos da figura como propriedade, mas como um processo, uma vez que não é o que o indivíduo é ou faz por conta própria, é o que ele faz e, ao fazê-lo, entende como consegue envolver o outro, permitindo assim a construção de uma identidade socialmente vinculante cujos efeitos políticos surgem a longo prazo.

Guidens (1995) argumenta que a realidade não é simplesmente o aqui e o agora, o contexto de percepção sensível imediata, mas a identidade e a mudança no ausente. Construir a identidade do líder social na Colômbia faz parte de um trabalho problemático em situações complexas de interação, a identidade nada mais é do que a representação que os líderes sociais têm de sua posição distinta no espaço social e sua relação com outros membros de sua comunidade que ocupam a mesma posição ou posições diferenciadas no mesmo espaço. Portanto, o conjunto de representações que, mediante as relações de pertencimento definem a identidade do líder social, nunca transborda ou transgride os limites de compatibilidade definidos pelo lugar que ocupa no espaço social, de modo que a identidade do líder social é gerada nas interações sociais cotidianas que os sujeitos mantêm uns com os outros e por meio das quais eles delimitam o seu, contra o que é estranho para eles.

Isso significa que a identidade do líder social não é uma essência, ela não existe por si só; pelo contrário, trata-se de um processo social complexo, que só surge e é verificado pela interação. Isso é algo que os representantes da Fundação CHIYANGUA e da Associação ADMUCINAM alcançaram ao longo de sua carreira como líderes sociais em suas comunidades. Ser líder social dessas mulheres implica trabalho árduo, que funciona de forma dupla: por um lado, a atividade de liderança permitiu o reconhecimento dos direitos individuais e coletivos, graças ao seu trabalho nas regiões do país onde estão localizadas; por outro, ser um líder social para eles tem implicado uma identidade problemática do ponto de vista da segurança pessoal e familiar, uma vez que suas atividades e trabalho em geral são sempre de alguma forma desafiados aos interesses dos outros que veem suas ações como interventoras.

Dessa forma, configuram-se as representações dessas mulheres e seus modos de vida, mediante uma identidade como líder social, na qual suas ações estabelecem parâmetros em seus modos de vida, não apenas no nível familiar, mas também coletivamente, com suas comunidades em suas regiões. Logo, suas atividades geram um grande impacto social e político que, a longo prazo, visa melhorar a qualidade de vida daqueles que intervêm nos processos que propõem por meio de seu trabalho comunitário.

REFERÊNCIAS

ARENDDT, H. **Conceitos fundamentais**. Petrópolis: Editora Vozes, 2014.

ARIAS, R. Los sucesos del 9 de abril de 1948 como legitimadores de la violencia oficial. **Historia Crítica**, Colombia, n. 17, julio-diciembre, p. 39-46, 1998.

ATEHORTÚA, A. **El conflicto colombo** – peruano. Apuntes acerca de su desarrollo e importancia histórica. **Historia Crítica**, Bogotá, n. 37, enero-abril, p. 148-169, 2009.

BALLÓN, A. El caso peruano de esterilización forzada: notas para una cartografía de la resistencia. **Aletheia**, n. 5, 2014. Disponível em: http://www.memoria.fahce.unlp.edu.ar/art_revistas/pr.6418/pr.6418.pdf. Acesso em: 20 out. 2021.

BARTOLOMEI, M. Genero y Derechos Humanos: Reconocimiento de la Pluralidad, e Intersección de las Diferencias. **Novumus**, Estocolmo, v. 2, n. 1. p. 183-204, 2008.

BOURDIEU, P. **Razones prácticas. Sobre la teoría de la acción**. Barcelona: Editorial Anagrama, 2007.

BRUNER, J. **Realidad mental y mundos posibles. Los actos de la imaginación que dan sentido a la existencia**. Barcelona: Gedisa, 1997.

BUTLER, J. **Problemas de gênero** – feminismo e subversão da identidade. Rio de Janeiro: Editora Civilização Brasileira, 2003.

CALDERONE, M. Sobre Violencia Simbólica en Pierre Bourdieu. **La Trama de la Comunicación**, Rosário, v. 9, Anuario del Departamento de Ciencias de la Comunicación. Facultad de Ciencia Política y Relaciones Internacionales, 2004.

CARRIZOSA, C. El trabajo de la memoria como vehículo de empoderamiento político: la experiencia del Salón del Nunca Más. **Boletín de Antropología**, [S.l.], v. 25, n. 42, p. 36-56, 2010.

CENTRO NACIONAL DE MEMORIA HISTORICA. **Página geral do site**. Colômbia, 2021. Disponível em: <https://centrodememoriahistorica.gov.co>. Acesso em: 22 out. 2021.

CENTRO NACIONAL DE MEMORIA HISTÓRICA. **¡BASTA YA! Colombia: Memorias de guerra y dignidad**. Imprenta Nacional – Colombia, 2013. Disponível em: <https://www.centrodememoriahistorica.gov.co/descargas/informes2013/bastaYa/basta-ya-colombia-memorias-de-guerra-y-dignidad-2016.pdf>. Acesso em: 22 out. 2021.

CIFUENTES, M. La investigación sobre género y conflicto armado. **Revista Eleuthera**, [S. l.], v. 3, enero-diciembre, p. 127-164, 2009.

COMITÉ PARA LA ELIMINACIÓN DE LA DISCRIMINACIÓN CONTRA LA MUJER, RECOMENDACIÓN GENERAL. La Violencia Contra la Mujer. *In*: NACIONES UNIDAS. **Recopilación de las Observaciones Generales y Recomendaciones Generales**. Adaptadas por Órganos Creados en Virtud de Tratados de Derechos Humanos. [S. l.] HRI/GEN, 2004.

COMISION DE LA VERDAD. **Documento Comissão da verdade**. Colômbia: 2021. Disponível em: <https://comisiondelaverdad.co/la-comision/que-es-la-comision-de-la-verdad>. Acesso em: 22 out. 2021.

CRENZEL, E. Dos prólogos para un mismo informe. El Nunca Más y la memoria de las desapariciones, **PROHISTORIA**, Rosario, año XI, n. 11, p. 49-60, 2007.

CRUZ TORRADO, B.; JORDÁN, J. Importancia de la participación de las mujeres en los procesos de reconstrucción de la memoria. **Revista Internacional de Cooperación y Desarrollo**, [S. l.], v. 8, p. 64-77, 2021.

CUCHIVAGUE, K. Las Madres de la Plaza de Mayo y su legado por la defensa de los derechos humanos. **Trabajo Social**, Bogotá, n. 14, enero-diciembre, p. 165-177, 2012.

DAS, V. Fronteiras, violência e o trabalho do tempo: alguns temas wittgensteinianos. **Rev. bras. Ci. Soc.**, [S. l.], v. 14, n. 40, p. 31-42, 1999.

DE BARBIERI, T. Sobre la categoría de género. Una introducción teórica- metodológica. **Revista Interamericana de Sociología**, México, n. 2., mayo-diciembre, p. 145-147, 1992.

DÍAZ, C; ROMERO, J; MORÁN, S. Los Conflictos Armados De Centroamérica. **Conflictos Internacionales Contemporáneos**, Madri, n. 13, 2010.

DANE. **Informação do Departamento Administrativo Nacional de Estatística**. 2007. Disponível em: <https://www.dane.gov.co/files/investigaciones/divipola/olddivipola2007.pdf>. Acesso em: 22 out. 2021.

TODA COLÔMBIA. **Departamentos de Colômbia – Cauca**. 2021. Disponível em: <https://www.todacolombia.com/departamentos-de-colombia/cauca/municipio>. Acesso em: 22 out. 2021.

CAUCA. **Dados fornecidos pela oficina de Planejamento Municipal do Governo de Cauca**. 2021. Disponível em: <https://www.cauca.gov.co/Dependencias/OficinaAsesoradePlaneacion/InformacioneIndicadores/Perfil%20Departamento%20del%20Cauca.pdf>. Acesso em: 22 out. 2021.

DEFENSORIA. **Informe Estructural Situación de Riesgo por Conflicto Armado en la Costa Pacífica Caucana Municipios de Guapi, Timbiquí y López de Micay**. 2021. Disponível em: <https://www.defensoria.gov.co/public/pdf/IERCostaPacificaCaucana2014.pdf>. Acesso em: 22 out. 2021.

LA RAZÓN desencantada. **Compendio de reflexiones sobre las Humanidades y las Ciencias con vocación expresiva integradora**. 2021. Disponível em:

<http://larazondesencantada.blogspot.com/2016/11/la-dominacion-simbolica-pierre-bourdieu.html>
Acesso em: 27 abril 2020.

TIBANÁ-RÍOS, D. C.; ARCINIEGAS-RAMÍREZ, D. A.; DELGADO-HERNÁNDEZ, I. J. Tipos y manifestaciones de la violencia de género: una visibilización a partir de relatos de mujeres víctimas en Colombia. **Prospectiva: Revista de Trabajo Social e intervención social**, [S. l.], n. 30, p. 117-144, 2020.

DICIONÁRIO CRITICO DE CIÊNCIAS SOCIAIS. **Guerrilha**. 2021. Disponível em: <https://webs.ucm.es/info/eurotheo/diccionario/G/guerrilla.htm>. Acesso em: 22 out. 2021.

TAWSE-SMITH, D. Conflito armado colombiano. **Desafíos**, Bogotá, v. 19, julho-dezembro, p. 270-290, 2008.

EL TIEMPO. **Unidade investigativa**. 2021. Disponível em: <https://www.eltiempo.com/unidad-investigativa/disidencias-de-las-farc-duplican-su-numero-de-hombres-en-armas-solo-12-meses-501426>. Acesso em: 22 out. 2021.

VERDAD ABIERTA. **Violência contra líderes sociais**. 2021. Disponível em: <https://verdadabierta.com/ni-la-pandemia-mermo-la-violencia-contra-los-lideres-sociales/>. Acesso em: 14 out. 2021.

ACUERDO FINAL. **Documento para la terminación del conflicto y la construcción de una paz estable y duradera**. Colômbia: 2021. Disponível em: https://www.cancilleria.gov.co/sites/default/files/Fotos2016/12.11_1.2016nuevoacuerdofinal.pdf. Acesso em: 14 out. 2021.

COLÔMBIA. Lei 1448 de 2011. **Establecem as medidas de atenção, assistência e reparação integral as vítimas do conflito armado interno e se ditam outras disposições**. Colômbia: 2011. Disponível em: <https://www.unidadvictimas.gov.co/es/ley-1448-de-2011/13653>. Acesso em: 14 out. 2021.

COLÔMBIA. **Registro único de vítimas**. 2022. Disponível em: <https://www.unidadvictimas.gov.co/es/registro-unico-de-victimas>. Acesso em: 14 out. 2021.

COLÔMBIA. Decreto n. 1745, de 1995. **Regulamenta o Capítulo III da Lei nº 70 de 1993**. Procedimento de reconhecimento do direito à propriedade coletiva das "Terras das Comunidades Negras" e outras disposições são ditadas. Colômbia: 1995. Disponível em: https://www.mininterior.gov.co/decreto_1745_de_1995. Acesso em: 14 out. 2021.

NACIONES UNIDAS. **Declaración sobre la Eliminación de la Violencia contra la Mujer**. Nueva York, Naciones Unidas, 1993. Disponível em: <https://www.ohchr.org/sp/professionalinterest/pages/violenceagainstwomen.aspx>. Acesso em: 14 out. 2021.

ECHANDÍA, C.; REYES, A. El conflicto armado en Colombia: de las condiciones objetivas al accionar estratégico de los actores. **Revista OASIS**, Bogotá, n. 99, p. 350-364, 2000.

ELÍAS, J. La masacre obrera de 1928 en la zona bananera del Magdalena-Colombia. Una historia inconclusa. **Andes**, Salta, v. 22, enero-junio, 2011.

FUENTES, D. M. Y.; COTE, G. E. **El papel de las comisiones de la verdad en la formación de la memoria histórica: ¿Construcción de un relato?**. 2004. Tesis (Doctorado) – Pontificia Universidad Javeriana, Bogotá, 2004.

FUNDACION CHIYANGUA. **Economía del cuidado: mis quehaceres cuentan para un territorio en igualdad**. Proyecto apoyado por fondo para la mujer, la paz y la acción humanitaria (WPHF). Guapi – Cauca, Colombia: [s. n.], 2021.

GALTUNG, J. Violencia, guerra y su impacto. Sobre los efectos visibles e invisibles de la violencia. **Polylog**, [S. l.], Foro para filosofía intercultural, n. 5, 2004. Disponible en: <http://them.polylog.org/5/fgj-es.htm>. Acceso em 20 out. 2021.

GARCÍA, S. C., MAQUIEIRA, V.; SÁNCHEZ, C. **Violencia de género: Escenarios y desafíos** [online]. 2015. Disponible en: <https://ebookcentral.proquest.com>. Acceso em 20 set. 2021.

GOLDA LAMADRID, I. **La mujer en Guerra. Su Situación en el Conflicto y Post-Conflicto de la Región de los Grandes Lagos de África Subsahariana**. 2016. Tesis (Maestría) – Universidad Nacional de La Plata, Facultad de Ciencias Jurídicas y Sociales, Instituto de Relaciones Internacionales, Argentina, 2016.

GRAU, M. **La memoria histórica, ¿activo transformador de la desigualdad de género?** Análisis crítico del discurso del Centro de Memoria Histórica en Colombia a partir de una mirada de género e interseccionalidad. Barcelona: Institut Català Internacional per la Pau Barcelona, 2015. Disponible en: <https://www.icip.cat/ca/>. Acceso em: 22 set. 2021.

GUZMÁN, G.; FALS, O.; UMAÑA, E. **La Violencia en Colombia. Estudio de un proceso social. Tomo II**. Bogotá: Carlos Valencia Editores, 1980.

GIDDENS, A. Modernidad e Identidad del yo. El yo y la sociedad en la época contemporánea. **Ediciones Península**, Barcelona, 1995.

HALBWACHS, M. **La memoria colectiva**. Traduzido por: Inés Sancho Arroyo. Zaragoza: Prensas Universitarias de Zaragoza, 2004.

IBARRA, M. Mujeres, verdad, justicia y reparación en Colombia. **Universitas humanística**, Cali, n. 72, p. 247-273, 2011.

JOHANSSON, M. T. **Literatura y testimonio en el cono sur. Fundación política verde (comp), recordar para pensar, memoria para la democracia. La elaboración del pasado reciente en el Cono Sur de América Latina**. Chile: Ediciones Boll Cono Sur, 2010.

LAMAS, M. Usos, dificultades y posibilidades de la categoría de “género”. *In*: LAMAS, Marta. **El género. La construcción social de la diferencia**. Cidade do México: Universidad nacional autónoma de México, 1996.

- LEGRAND, C. The Colombian crisis in historical perspective. **Canadian Journal of Latin American and Caribbean Studies**, [S. l.], n. 28, p. 55-56, 2003.
- LERNER, A. **Las polémicas mediáticas en la Campaña de esterilizaciones masivas en el Perú de Fujimori (1994-1998)**. 2009. Tesis (pregrado) – PUCP, Lima, 2009. Disponible em: https://www.memoria.fahce.unlp.edu.ar_revistas.pdf. Acceso em: 14 jul. 2021.
- LINDSEY, C. **Las mujeres y la guerra**. [S. l.: s. n.], 2000. Disponible em: <https://www.icrc.org/es/doc/resources/documents/misc/5tdp9q.htm>. Acceso em 23 jun. 2021.
- LOPEZ, N. **El factor de riesgo: ser mujer en Centroamérica**. [S. l.: s. n.], 2013. Disponible em: <https://www.iecah.org/index.php/boletiniecah/analisis/2208-el-factor-de-riesgo-ser-mujer-en-centroamerica>. Acceso em: 23 jun. 2021.
- LUNA, L. Los Movimientos de Mujeres: Feminismo Y Femenidad. **Colombia**, España, 2006.
- MALINOWSKI, B. Un análisis antropológico de la guerra. **Revista Mexicana de Sociología**, v. 3, p. 119-149, 1941. Disponible en: <http://revistamexicanadesociologia.unam.mx/index.php/rms/article/view/58448>. Acceso em: 23 jun. 2021.
- MAYOR, E. Mujeres rurales constructoras de paz territorial en el departamento del putumayo en Colombia. **Eirene Estudios de Paz y Conflictos**, v. 04, n. 6., p. 69-92, 2021. Disponible en: <file:///C:/Users/Martha%20Machado/Downloads/Dialnet-MUJERESRURALESCONSTRUCTORASDEPAZTERRITORIALENDELDE-7989893.pdf>. Acceso en: 23 jun. 2021.
- MUÑOZ, R. Guerra, nación y derechos. A los 112 años de la Guerra de los Mil Días (1899-1902). **Opinión Jurídica**, Medellín, v. 10, n. 20, p. 175-192, 2011.
- OQUIST, P.; GAITÁN, F. **Violencia, conflicto y política en Colombia**. Bogotá: Instituto de Estudios Colombiano, 1995.
- PALACIOS, P. **El tratamiento de la violencia de género en la organización de las Naciones Unidas**. Chile: Universidad de Chile, 2011.
- PASTRANA, E. Desafíos y oportunidades de la frontera con Perú y Brasil. In: ROJAS, A. M. (org.). **Las fronteras en Colombia como zonas estratégicas: análisis y perspectivas**. Bogotá: Instituto de Ciencia Política Hernán Echavarría Olózaga, 2016.
- PARDO, R. **La historia de las guerras**. Bogotá: Ediciones B., 2010.
- PNUD. Mujer y conflicto armado. **Revista Hechos del Callejón**, [S. l.], 2005. Disponible em: <http://www.mediosparalapaz.org/index.php?idcategoria=2153>. Acceso em: 23 set. 2021.
- RESTREPO, J. A. Y.; APONTE, D. **Guerra y violencias en Colombia: herramientas e interpretaciones**. Bogotá: CERAC, Pontificia Universidad Javeriana, 2009.

RICOEUR, P. **La memoria, la historia, el olvido**. Traducción de Agustín Neira. Ciudad del México: Fondo de Cultura Económica, 2004.

ROMERO, C. **El discurso sobre la victimización de la mujer afgana como estrategia y justificación para la permanencia de las tropas estadounidenses en Afganistán (2001-2013)**. 2014. Tesis (Maestría en Estudios Políticos Internacionales) – Facultades de Ciencia Política y Gobierno y de Relaciones Internacionales, Universidad del Rosario, 2014.

RUTA PACÍFICA DE LAS MUJERES. **La verdad de las mujeres víctimas del conflicto armado en Colombia**. 2013. Disponible en: www.rutapacifica.org.co. Acceso em: 22 nov. 2021.

SÁNCHEZ, C. **Las cifras de la guerra y la guerra de las cifras: la política de las estadísticas del conflicto armado colombiano**. Documentos Ceso N.º 178. Bogotá: Departamento de Ciencia Política, 2010.

SÁNCHEZ, G. Los estudios sobre la Violencia: Balance y perspectivas. *In*: SÁNCHEZ, G.; PEÑARANDA, R. **Pasado y presente de la Violencia en Colombia**. Medellín: La Carreta editores, 2007.

SCOTT, J. W. Gender, a useful category of historical analysis. **American Historical Review**, Chicago, USA, n. 91. p. 1053-1075, 1996.

TAMAYO, A. **El dolor habla. Memoria histórica de las mujeres víctimas del conflicto armado del municipio de San Francisco–Antioquia**. Medellín: Fondo Editorial Universidad Católica Luis Amigó, 2017.

TAWSE-SMITH, D. Conflicto armado colombiano. **Desafíos**, Bogotá, v. 19, julio-diciembre. p. 270-290, 2008.

TORRES, A. Dictadura en Brasil (1964 -1985). La militancia política, el encarcelamiento y la tortura. **Confluente**, Bologna, v. 6, n. 2, p. 167-200, 2014.

TREJOS, L. Naturaleza, Actores Y Características Del Conflicto Armado Colombiano: Una Mirada Desde El Derecho Internacional Humanitario. **Revista Encrucijada Americana**, [S. l], año 2, n. 2, 2008.

URIBE, M. V. **Antropología de la inhumanidad: un ensayo interpretativo sobre el terror en Colombia**. Bogotá: Editorial Norma, 2004.

VALENCIA, A. **Violencia en Colombia años ochenta y reforma constitucional**. Cali: Editorial Universidad del Valle, 1998.

VARGAS, A. Antecedentes del conflicto armado en Colombia. *In*: ARANA, R. D. (ed.), **Democracia y proceso de paz en Colombia. Un debate desde la academia**. Barranquilla: Ediciones Uninorte, 2000.

ZALAMEA, J. **Las jornadas de mayo**. Bogotá: Editorial Antares, 1957.

ZURBANO, B. Mujeres en Oriente Medio: Agentes de desarrollo en contextos de conflicto. **Colección Ámbitos para la Comunicación**, Serie digital, n. 3., 2012. Disponible en: http://grupo.us.es/grehcco/wp-content/uploads/2018/05/Mujeres_en_Oriente_Medio_A4.pdf .
Acesso en: 22 set. 2021.

ANEXO A – ROTEIRO DE ENTREVISTAS

ROTEIRO DE ENTREVISTAS SEMI-ESTRUTURADA

GRUPO 1: NARRATIVA BIOGRÁFICA DO ENTREVISTADO

1. Por favor, você poderia dizer seu Nome ou como gostaria de ser tratado.
2. Qual sua idade?
3. Onde você habita atualmente? Procedência (rural/urbano)
4. Qual seu Estado civil?
5. Qual a sua Escolaridade?
6. Com qual tipo de trabalho você se identifica? (Profissão)

Para entrevistas aprofundadas, que têm um caráter não estruturado, é construído um roteiro, através do qual cada etapa do processo é analisada. Cada um dos pontos do roteiro busca desenvolver questões e contra questões, dialogando com os participantes, de acordo com a forma como as histórias surgem.

GRUPO 2: EXPRESSÕES E NARRATIVAS SOBRE A MEMÓRIA NO CONTEXTO DA VIOLÊNCIA SOFRIDA

7. como você definiria o que é violência?

Procuramos estabelecer uma reflexão junto aos interlocutores sobre suas representações particulares sobre a definição simbólica de violência e suas múltiplas expressões a partir da narrativa biográfica dos participantes.

8. Como você definiria o tipo de violência que sofreu?

A pergunta objetiva compreender, a partir do informante, informações qualificadas sobre o tipo de violência sofrido por meio das representações e da memória do entrevistado.

9. Como era a vida antes de você ter sido vítima da violência?

Essa questão busca fazer possível o desenvolvimento de conversas sobre a vida pessoal, familiar e comunitária. Neste ponto é possível analisar crenças sobre o mundo, a vida, e os outros, da mesma forma que busca falar sobre os espaços de participação nos quais os participantes estavam ligados.

10. O que aconteceu durante e após dos eventos violentos?

Neste ponto buscamos construir histórias em torno dos fatos, dos responsáveis, das consequências psicossociais (pessoais, familiares e comunitárias), das formas de confronto desenvolvidas neste momento, crenças sobre o mundo, da vida, as outras pessoas e afecções na participação e concepção da cidadania.

11. Você buscou algum tipo de apoio ou assistência durante ou após os eventos de violência? (Caso a resposta seja sim, seguir para a pergunta de número 12. Caso a resposta seja não, seguir para as perguntas do grupo 3)

Importante obter informações sobre a existência de algum tipo de assistência ou apoio mútuo que porventura a interlocutora teve acesso. Neste contexto é necessário qualificar o tipo de assistência e o período de apoio à vítima de violência.

12. Como você avalia a experiência que tem vivido ou vivenciou em grupos de apoio mútuo e/ou assistências?

São desenvolvidas questões em torno das transformações vivenciadas, como esse processo serviu na vida dos participantes, quais mudanças ele observou em sua experiência e no seu cotidiano de vida. Crenças sociais sobre o mundo, e outras de experiências coletivas, também são analisadas. Busca aprofundar-se no tema de contar histórias e lembrar em espaços de grupo.

13. Como estas de organizações de apoio tem contribuído atualmente para sua vida?

Neste ponto trabalhamos todo o processo organizacional, as significâncias atribuídas a ele, a experiência vivida na organização, os objetivos que se envolveram nesse espaço coletivo, as mudanças que foram geradas, as formas de participação, a coesão social que tem sido gerada e as apostas pessoais em termos de direitos.

GRUPO 3: SOBRE AS AÇÕES PARTICIPATIVAS DE CONSTRUÇÃO DA MEMÓRIA COLETIVA SOBRE OS CONFLITOS E VIOLÊNCIAS.

Nas conversas são abordadas primeiro sobre por que e para que dessas ações, ou seja, as motivações, interesses e propósitos de sua realização. O que os participantes estão procurando por estarem envolvidos nessas ações.

Uma segunda vez aborda as mudanças e transformações subjetivas e coletivas que têm sido apresentadas a partir da articulação nessas ações públicas. Aprofundando-se em sua eficácia na transformação das emoções, dignificação, no exercício da resistência e do confronto, na reconstrução do tecido social e no empoeiramento pessoal e coletivo que resultaria em um exercício de cidadania ativa.

No terceiro momento, aprofunda-se a relação entre as ações de memória e o requerimento ativo dos direitos à verdade, à justiça e à reparação no contexto colombiano, a partir de suas próprias experiências pessoais e coletivas. Isso abre uma paisagem de reflexão sobre esses direitos, o papel do Estado e a reconciliação.

14. Quais os limites e dificuldades que você acredita ainda vivenciar em relação ao tipo de violência sofrida para ter uma vida melhor?

Se aprofunda nas lacunas, limites e dificuldades que têm sido vivenciadas nos processos de memória coletiva. Além disso, uma análise da situação pessoal e coletiva em relação à sociedade e ao Estado. A partir daí a questão do papel do Estado na realização desses processos.

15. O que você acredita que é necessário ser feito para evitar que aconteçam novos fatos violentos iguais ou diferentes ao que você vivenciou?

Se faz uma conversa sobre a necessidade de aprofundar os direitos à verdade, à justiça, à reparação e às garantias de não repetição.

16. Qual o papel que o Estado deveria desempenhar na tomada de decisões que permitam que estes eventos não aconteçam novamente?

Procuramos captar informações do entrevistado sobre o papel do poder governamental quanto as políticas de segurança pública no combate à diversas formas de violência

ANEXO B – ENTREVISTAS (ESPAÑOL)

INTERLOCUTORA 1

EDAD: 38 AÑOS

ESTADO CIVIL: SOLTERA.

HIJOS: 5 HIJOS

NIVEL EDUCATIVO: BACHILLER.

PROFESIÓN: AGRICULTURA.

Yo soy víctima, hice declaración en el 2012.

Suceso: Yo vivía en un barrio en municipio de Guapi, hubo un tiempo que había como que diferentes grupos. Yo de vez en cuando le hacía comida a los soldados, a veces ellos llegaban allí cerca a la casa, y yo les cocinaba y todo. Y entonces por ahí cerca a mí, andaba otro grupo, y entonces ahí comenzaron a amenazarme, hubo un tiempo que, a mi hija mayor, uno de ellos le mando una cachetada, entonces ahí decidí hacer la amenaza.

Amenazas: llegaban ellos mismos ahí, de a uno diferente, gente que uno no conocía y le decía las cosas a uno. Eso fue en el mismo 2012, yo cuando sucedió eso, pues, eso fue como en enero y yo declaré en agosto.

Como define el tipo de violencia: la verdad eso ahí sería maltrato psicológico, y físico porque ya cuando le pegan a mi hija, no le hizo tanto efecto, pero eso ya es. Mi hija estaba pequeña tenía como unos 10 años. Estaba pequeña. No lo hizo delante de mí, cuando llegue la niña me contó. Solamente fue eso. Ya después comencé a no dejarlos en la casa, comencé a llevármelos para todo lado. Se me empezaron a perder las cosas, las botas de trabajo se me las llevaban.

Como era su vida antes: uno tenía sus animalitos, que sus gallinas, era bien, yo dejaba mis hijos y me iba a trabajar, yo los dejaba en la casa, y cuando salía ellos estaban en la casa, pero ya después de eso, uno ya no puede dejarlos solos porque... esa vez llego hasta ahí, pero si uno se queda...

Después de eso yo me salí de ese lado, empecé a pasar trabajo, me fui a pagar arriendo, y a los dos, tres meses me estaban sacando de esa casa y tenía que buscar otra, y comenzó el momento de tortura para mí, porque usted que tenga sus niños y no tenga donde echar sueño.

Yo ya me había dejado con el papa de mis hijos, yo críe mis hijos sola, porque la pequeña tenía la edad de tres meses cuando yo me separé de él, porque empezaron a comenzar muchos maltratos, y yo como que no soy muy dada pa eso, el ya era cada ratico que con los celos, que yo no podía tratar a nadie, yo me iba a trabajar y para él no era que andaba trabajando sino con hombres. Luego tuve un problema con él que perdí la mitad de la oreja, (violencia intrafamiliar), la denuncié, pero nunca pase nada, estuve como tres años

haciéndome que reconocimiento medico y nada, nunca paso de ahí. El esta normal, se fue a la ciudad, ahora creo que está en Sequionda, nunca respondió por los niños, todo me ha tocado a mí.

Apoyo o asistencia: yo declaré, y para ese tiempo me mandaron una ayuda que hasta ahorita me la mandan. El otro año no me mandaron pero este año ya me mandaron. (ayuda económica). Ellos me hicieron una llamada y me dijeron que hablara con la EPS, para que me dieran el apoyo psicológico, pero no lo hice. Pero igual, ahora estamos trabajando con una psicóloga de la comisaria de familia de parte de la alcaldía ya hace unos seis meses. Cuando los niños empezaron a ser rebeldes, un líder comunitario del barrio los contacto y me llamaron. Compañía con hijos, pero hay veces que mejora y como que vuelve a lo mismo, Ellos como que ya se mantienen muy agresivos, entre ellos mismos. La psicóloga no me ha dicho nada, hace sus charlas particular pero no me ha hablado porque puede ser.

Llegada a la Fundación: Nosotras teníamos una organización, y Teo era la capacitadora. La organización se llama Asociación de Arroceros del Pacífico, todavía existe pero yo ya no trabajo en ella, me he alejado un poco de ella, no soy activa. Esa si ya tiene como 5 años de estar ahí. Como es una organización sin animo de lucro, y allí teníamos motor, canoa, pesas, pero todo eso queda. No mas nos ayudaban con eso, nosotros echábamos arroz. Ya uno se retira y ya no. Teo era la capacitadora, en ese entonces, con ella trabajábamos y pues de allí en adelante yo comencé a ir pa todo lado con Teo, pa donde ella fuera Teo me llevaba, estuve varios años así, y todavía estoy ahí. Estoy eso si hace rato, creo que mas o menos unos 4 años y medio, pero si hace rato.

Experiencia: para mi ha sido muy bueno, hoy digo que lo que soy hoy, yo se lo debo a la fundación Chiyangua, yo todos estos procesos los aprendí con la fundación Chiyangua, ahora que estoy empapándome con los consejos comunitarios pero realmente yo crecí con fundación Chiyangua. Me ayudo con las capacitaciones, los consejos, ayudas económicas porque con ella uno siempre las tiene. A mí me ha ayudado como a socializarme abiertamente con las demás personas. A mi no me gustaba hablar, y uno va con ella, y lo conocen en todo lado, y va uno como dejando esos nervios, entonces ya uno puede hablar abiertamente. Ahora que ando con lo de los consejos comunitarios, voy con los niños, a ellos les encanta que los lleve. No es fácil subir 5 muchachos, no ir a trabajar y decir que voy a buscar el psicólogo, no se puede, porque uno deja de trabajar hoy y mañana o pasado mañana ya no hay que comer. Entonces como que me detiene esa parte, nosotros cultivamos arroz, y si hoy no rozamos, ya mañana un tropel porque se nos atrasa la cosecha. Entonces una puntica acá se con crece a una fecha y la de allá en otra, entonces no se puede. Lo trabajamos como pal pan coger como pa la casa, si vendemos pero poquito.

Dificultad después del suceso: Lo mas difícil es sobre la convivencia sobre el hogar, yo permanezco poco tiempo en el hogar, porque a uno le toca ya voltear para pagar el arriendo, para pagar la comida, la ropa, todo se hace más difícil, entonces ya tiene uno que el tiempo de compartir ser más corto. Es más menudo.

Ahora: de quienes hicieron eso, creo que ya deben estar muertos, porque allí se metió otro grupo aquí al pueblo, eso hubo enfrentamientos, y hubo uno que era el que más andaba amenazando y ese fue el que encontraron muerto, que le habían desfigurado la cara, pues la verdad, uno no podía ver, no se sabe si los han matado a todos, o a una parte.

Grupo que patrocinó el suceso: en ese entonces estaba los paramilitares, luego llegó otro el ELN, pero uno no lo identificaba como tal. En mi caso fueron los paramilitares. Yo creo que ahora hay unos barrios, donde hay unos grupos y otros, pero que ya tan peligroso como antes no. Lo que joden ahora son los jóvenes agarrando los niñitos. Suele ser peligroso porque los niños no piensan.

Prevención: Es muy difícil porque no tengo idea que se puede hacer, porque yo digo que los papas estén más pendientes de sus hijos, pero es que aquí no se puede eso porque en primer lugar aquí no hay un buen lugar de trabajo que digamos que los papas podamos dedicarles más tiempo a los hijos. Porque si los papas se van a pescar las mamas se van a cosechar, porque las cosas están muy caras, entonces permanecen los niños solos, y entonces cualquiera los convenció y se fue. La idea fuera que hubiera una forma de trabajo mejor, que los padres duraran más tiempo con sus hijos. Daba menos tiempo para que otro llegue a hablar y llevárselos.

Papel del gobierno: generar más empleo. Aquí hay mucha presencia militar, pero yo no creo mucho en eso, he llegado a la conclusión de que ellos si se pelean y todo, pero van de la mano, puede ser una mala mentalidad mía, pero realmente se ven demasiadas cosas, y uno casi no se ve militares en el pueblo. Antes uno veía militares en los barrios bajos, había campamentos militares, y hoy por hoy, todos viven en la base. Aunque decir que vuelvan no mejoraría mucho, porque la verdad, la prostitución de la juventud más se da con los militares, porque la juventud es la que brinca, son ellas las que los buscan, pero genera más riesgo, entonces ya entraría otro tipo de problemas.

Idea de paz: Mi idea de paz es que lo que no me gusta puedo hablarlo, cuando habla uno ya se siente más tranquilo en vez de irse a pelear, uno ya puede manejar su mismo control, es mi manera personal de ver paz. Estos procesos aportan porque al saber y conocer las formas de paz, la gente se concientiza y ayuda mucho, la buena convivencia.

INTERLOCUTORA 2

EDAD: 31 AÑOS.

ESTADO CIVIL: SOLTERA

HIJOS: 1 HIJA

NIVEL EDUCATIVO: TÉCNICA EN ADMINISTRACIÓN DE EMPRESAS

PROFESIÓN: TRABAJADORA INDEPENDIENTE.

Victima del conflicto armado: No. No he estado en presencia. Si he tenido familiares que han pasado por eso. Por ejemplo, yo tengo una prima que es muy social, su pareja andaba con una gente que al parecer andaban en muy malos pasos, entonces gente de un grupo empezó a relacionarse mucho peor con la pareja de ella. Llego gente de otro grupo y los amenazaron pidiéndole que se alejaran de ese grupo. Lo que él hizo fue perderse y de alguna manera el busco que ella sirviera de enlace par hablar con las personas que se dieran cuenta que él no tenia nada que ver con el grupo, que el solo tenía una amistad, pero no tenía nada que ver con esas cosas.

Pero ella fue y se metió fue a la boca del lobo, porque cuando ella fue a preguntar por el jefe de ellos, el señor estaba ocupado, y los pelados de una empezaron a señalarla a ella, empezaron a hablar cosas, y ella dice que empezó a ver como esos manes mientras ella estaba sentada y esperaba, esos manes, jugaban entre ellos, diciéndole cosas que a ella la hacían temblar, dice que no sabe que paso en ese momento pero esa mujer se les voló, y salió de allá porque pensó que le iban a hacer algo. Le dijeron tantas cosas que ella pensó que ese día la iban a matar, y pues estábamos en el apogeo donde aparecía mucha gente sin cabeza, todas esas cosas que generaban miedo. He escuchado que a algunos primos le han pegado su susto pero gracias a Dios, dentro del conflicto como tal, no hemos tenido pérdidas. Pero si tenemos la muerte de un primo que fue mandado a asesinar, se dice que fue parte de un falso, unos pelados habían dicho unas cosas y como el tenía mala famita salió involucrado. Aunque hay muchas dudas de lo que dijeron porque en las fechas que dijeron a él lo vieron en la casa. Por eso juran que el haya participado, pero no, porque él estaba sentado en la sala viendo televisión. Incluso se escuchó el bororó donde salió implicado, pero no. Eso fue denunciado, en el 2008, 28 de enero de 2008. La investigación arrojó quien había sido y quien lo había contratado, porque da la coincidencia que cuando pasó, mi prima estaba sentada en el anden y ella vio la cara del pelado cuando paso, entonces fue la ficha clave para la investigación. Eso también fue una falta de la justicia, porque ella por ser menor supuestamente la dejaron en una sala aparte porque no podía estar en el juicio del man, pero le llevaron al man para allá, y supuestamente para que lo identificará de frente. Creo que no debía haber sido, porque supuestamente es una testigo protegida, y no tenían que ponérselo de frente. Solo si había sido permitido que no fue así, o como en las películas, que lo identificará sin que esa otra persona lo viera. Supuestamente no la pusieron en el juicio por ser menor de edad, pero si llegan y se lo ponen allá a ella sola. Era como si buscaran que se retractara de lo que había dicho, porque cualquier persona en medio del susto se retracta por miedo a tenerlo en frente, pero ella no, y por eso el man termino preso. No sé exactamente a que grupo pertenecía porque dicen que a él lo trajeron de afuera para que hiciera eso, era de otro lugar. Yo no supe mucho de eso, porque en ese entonces yo no estaba aquí, yo estaba estudiando. Que tenga así presente solo eso. Desalojados si tuve unos familiares en Guapi que en un tiempo fueron desalojados de por allá, les toco salir huyendo. Terminaron justamente refugiados en mi casa. Allí estuvieron mucho tiempo, en mi casa y en la casa de mi abuela. Salieron por las guerras de allá. Porque había

enfrentamientos constantes, y a la gente del pueblo prácticamente el Ejército los hizo moverse por la situación donde estaban. Ellos dijeron que era gente de las FARC, disidentes de las FARC. Ellos estaban allí en medio de todo.

Después de los hechos: En el caso de mi prima esa mujer no coge escarmiento, con lo de mi primo, a mi tío fue el que más le impactó. En ese entonces se pegó una bajoneada fea, que lo afectó en el trabajo. De los otros familiares pues se terminaron huyendo. Como ellos no tenían nada aquí, y obviamente viendo esa situación, se ven obligados, la misma situación los obliga a regresar porque no tienen nada, y de alguna manera ellos no se ven fuera de su espacio. Cuando ellos llegaron acá parecían nómadas, no salían de sus piezas. Eso era rarísimo, de acá no salían. Había una señora, que viene siendo una tía, sobrina de mi madre, que salía, pero se terminaron regresando. Después de regresar creo que hubo otro borroró allá, pero al final se quedaron. A la larga allá es donde tienen sus siembras, sus cosas, gracias a Dios no es como muchos que terminan acobardándose, que terminan tan traumatados que no vuelven. Y por mucho que han tenido sus psicólogos quedan con sus sicosis.

Apoyo: no, ninguno de ellos. Por ejemplo, en el caso de mi prima ella nunca habló, sino años después. No recuerdo que pasó, pero de ahí ella contó. Nadie sabía que ella había pasado por esas cosas, pero creo que eso lo hace es el mismo miedo. Mira que ella fue para allá por apoyar a la pareja, y pues no era una persona bien recibida en la casa, y al ella contar así no más, le iban a caer. Ese día se hablaba era algo del man y fue cuando contó, porque ella yo no sé, no se como vive, pero tampoco mejora. Mis otros familiares tampoco, que yo me haya enterado, nunca escuche que los hubieran llamado, que vamos a alguna parte, no. Yo siempre los vi allí, siempre salía una sola persona, los demás allí, pero más de allí nunca escuché. Eso es algo un poco complejo porque creo que a veces es porque no se sabe hablar, no se tiene la información.

Llegada a la fundación: A mi todo se me dio como a la par, porque primero me llega un amigo y me cuenta que está mirando para crear una organización de mujeres, porque él sentía que las mujeres no estábamos aprovechando los espacios, entonces él sentía que podía ser ese que creara organizaciones y ayudara a las mujeres de alguna forma a concientizarnos de los espacios, y a mirar, como empoderarnos de las cosas, porque habían muchas cosas para las mujeres, que desafortunadamente no se estaban aprovechando. Entonces él me dijo: yo la veo a usted como se mueve, y yo sé que usted sería un buen elemento para una organización de mujeres. Entonces él elegía a las mujeres que les viera potencial para hacerlo, y él me decía, pero en ese momento yo ni sabía que existían esas organizaciones para mujeres, entonces fue cuando me pronunció la Chiyangua, aunque ya la había escuchado, no sabía de que se trataba Chiyangua. Él me empezó a hablar, al igual que otras personas que también habían trabajado así, pero sin embargo yo estuve mucho tiempo fuera de Guapi así que poco conocía. Ya llevaba cerca de un año aquí, cuando él vio que no estaba trabajando me dijo que en Chiyangua necesitaban una administradora, así que fui. Estuve con ellos como un año, no menos de un año, como 9, 10 meses y me retiré, pero a pesar que me retiré como asistente

administrativo, yo igual sigo participando de los espacios que ellos tienen, porque yo de entrada le había dicho a ella que yo ya había iniciado un proceso con mujeres, que recién nos estábamos organizando, y ella (Teo) me dice que ella también estaba trabajando así, que podíamos crear el grupo dentro de la organización y trabajar así, así que aunque me voy de Chiyangua yo sigo trabajando con ellos pero desde la organización de mujeres. Desde allí Teo me empieza a invitar a los eventos ya como líder de mujeres, y por eso no he cortado como el cordón umbilical.

Aportes desde las vivencias con Chiyangua: Diría que muchísimas. Yo era de las que no hablaban, solo me dedicaba a escuchaba y a veces me sentía como la mosquita que le cayo al café, por ejemplo en mi primer reunión me salí, me sentí tan incomoda porque ni sabía de lo que estaban hablando, y obviamente yo creo que esto es algo que de alguna manera te ayuda a entender los diferentes espacios que se dan, te enriquece de conocimiento, para de alguna manera o caer en errores, o no vivir en esa desinformación, de que si tu te informas, puedes informar a otros y de alguna manera los ayudas a salir de esa desinformación. Entonces eso es lo mas importante, porque no solo te ayudan a ti, sino también a otros...

Prevención: Eso a veces se vuelve tan complejo porque uno dice ¿cómo?, pero yo creo que estos espacios donde participamos las mujeres nos han servido mucho, porque de alguna manera ayuda a que te apoyes con otra, de pronto tu no has vivido esa experiencia que la persona te esta contando, pero esa experiencia te puede ayudar de alguna manera para cuando llegue el momento, o para evitar que llegue. Yo creo que eso es muy importante. Dentro de mi organización de mujeres, estuvimos trabajando en un tema de *mujeres seguras* que lo manejamos más desde una hermandad. Hicimos una especie de manillas de apoyo, de identificación donde nos identificamos como esas mujeres que poyan, que brindan seguridad, ya que no es lo mismo que tú pases por la pena sola, a que lo hagas acompañada. Donde si estamos pasando la misma situación, nos podamos apoyar, y así mismo podemos evitar que otras pasen por lo mismo.

Actuar del Estado: Lo mío va mas bien desde la experiencia de las otras personas. Hay mujeres que dicen que fueron denunciaron y que les dijeron *que venís a hablar acá si mañana volver con tu marido*, y creo que este tipo de situaciones no es para responder así, la obligación de él es recibir la denuncia y dar asesoría. En otros casos, hay mujeres que dicen que no han salido del lugar y ya el marido las está llamando porque están allá, es decir, esa persona como tiene relación con el marido, los llaman y les dicen que están denunciando. Creo que las autoridades pertinentes deben ser muy neutras en ese sentido, y no, que, porque es tu amigo, tu hermano o tu primo, nada, es que está cometiendo una falta y a veces toca también dejar el corazón a un lado, porque a veces se apoyan más cuando de alguna manera te vuelves duro, que cuando te vuelven alcahueta. Ayudas más a ese amigo que quieres porque estas evitando que las cosas terminen peor, pero desafortunadamente acá pasan muchas veces acá. Cuando se recibe la información no se da el debido proceso, a veces tu vas a la reunión, te hablan bonito, pero después no pasa nada. Hay casos donde si pasa

algo y es porque se han apoyado de organizaciones de mujeres, y se encargan de ayudar, o a habido alguien para que el proceso se dé. Y muy rara vez, se cumple con la suerte que el funcionario haga bien su labor porque Muchas veces no se hace. Creo que eso es en lo que mas se debe trabajar.

Organización de mujeres:

ASEMUCHO: Asociación étnica cultural mujeres de Chonta del municipio de Guapi.

También hago parte de una unidad productiva, pero ya lo vamos a convertir en organización, en este momento estamos en los tramites: Unidad productiva: MUJERES TONGUERAS DEL PACÍFICO.

La Tonga es como una trenza, donde somos como unidad de mujeres, estamos entrelazadas por el mismo objetivo. Estoy desde hace mucho tiempo en ASEMUCHO, el mismo que llevo en Chiyangua desde hace 3 años. En la unidad tiene alrededor de 3... 4 meses ya. Es reciente pero esta organización si nace a través de la fundación Chiyangua, dentro de un proyecto de mujeres. Inicialmente la idea era crear una unidad productiva en el marco de la construcción de Paz, ya que, de alguna manera, la manera de evitar algunos conflictos es mejorando esa parte. Además, este es el motivo por el que muchas mujeres son vulneradas, que es lo económico. Por tanto, surge esta unidad productiva como respuesta a esa construcción de Paz.

Expectativas: Con esa idea de negocio es que nos apoyamos entre nosotras para evitar caer en ese conflicto y la violencia, y al mismo tiempo nos ayuda a ayudar a otras mujeres para construir paz a través de la misma unidad. Nuestro objetivo es que en un futuro podamos apoyar a otras mujeres, que no solo se quede entre nosotras, ya que, si la idea de negocio crece, el apoyo también. Es muy difícil pensar que todo se acabó y que la violencia no va a volver a nuestros territorios, la violencia sigue y más si hay un presidente que no cree en la paz es peor, ahora uno se siente igual que antes, el miedo sigue presente y mientras la violencia no se vaya o se acabe todo va seguir siendo igual

INTERLOCUTORA 3

EDAD: 39 AÑOS.

ESTADO CIVIL: UNIÓN LIBRE.

HIJOS: 1

NIVEL EDUCATIVO: BACHILLER

PROFESIÓN: OFICIOS VARIOS.

Víctima del conflicto armado: no, todavía hasta ahora no me ha pasado, ni a mi familia tampoco, aunque a un hermano parece que sí. Aun hermano que viajaba pal Patia por el río que vendía como pescado, llevaba que jaiba, llevaba cosas así, entonces por allá mantiene que esos grupos armados, que los paramilitares, entonces le decían que por allá no subiera que porque le estaba llevando comida era a esos guerrilleros, pero el siguió vendiendo pescado, hiendo por allá, hasta que un día, nos dijeron que lo habían matado, pero uno

nunca el cuerpo lo vio, porque eso por allá peligroso nadie iba, no se sabia donde estaba el cuerpo, nada de eso, entonces nosotros acá le hicimos que su misa, pero nosotros no lo miramos si es que estaba muerto o que. Eso ya tiene un poco de años, por ahí unos 20, 18 años.

No se denunció, porque como denuncia uno allí, un señor le estaba ayudando a mi papá para hacer las vueltas que para un subsidio que por lo de víctimas, pero no salió nada. Que tocaba denunciar, pero hasta allí. El se llamaba Manuel Antonio Montaña, era un hijo que mi papa tenia fuera del matrimonio, con otra señora. Mi papa si denunció que allá en Guapi, para colocarlo que, en un papel de víctimas, luego que en un papel que daban algo, pero eso no salió nada. Tenia que dar una declaración y un poco de cosas, pero nada.

Nosotros nunca lo vimos, y tantos años tampoco ha aparecido. Aunque dice gente de acá de Quiroga que anduvo por allá que, si lo habían visto, que flotando por el rio, pero que no lo dejaban agarrar. La gente que iba de aquí para allá fue que nos dijeron.

Más casos así de violencia aquí en Quiroga paso fue con mi hermana. Vive al frente de mi casa. Vivía con el marido, a veces tenían sus peleas, a veces estaban bien, y de repente un día, no hace mucho porque el 3 de agosto cumple dos meses, que apareció muerta ahí colgada, eso fue el 3 de junio. Según dice el marido que había sido ella misma que se había colgado, pero en la posición que había quedado no parecía, ellos mantenían peleando, ella se había separado, e incluso se había ido para la casa, y volvió y se la llevo y al mes apareció que muerta. Incluso el trajo una gente desconocida a la casa, una gente que no se sabia de donde son, primero trajo dos señores, después trajo dos mujeres, y que eran disque unos amigos de la familia, pero mi hermana decía que no sabía quienes eran. No sabia de donde eran ni de donde habían salido. Que él le decía que entre menos ella supiera era mejor, que ella no tenia que enterarse de las cosas. Entonces el estuvo viviendo allí, y después que según él una era una empleada, pero mi hermana decía que ellos no eran amigos de él. Cuando se murió él decía que había sido ella misma, pero nosotros que fuimos e hicimos el levantamiento, que ayudamos y la enterramos, el se desapareció, que esta disque en el Valle. Esa gente se perdió, pero dicen que están aquí mismo escondidos.

Eso sí se denunció, pero los resultados no han llegado aún para ver de que murió. Para poder ver como sería. Eso es lo único porque por acá no hay más. Que uno escucha que hay enfrentamientos entre el ejército y esos grupos, pero son más como para limones que es el caserío que esta antes que este, porque acá si no. Los enfrentamientos son de la salida de limones para allá, una vez fue tan duro, aunque yo no estuve aquí porque estaba en el Valle, pero me decían que hubo un poco de desplazamientos, que por la violencia entre la guerrilla y los soldados. Pero ya tiempo que no habido eso, dicen que por ejemplo cuando hay una pelea como por ejemplo lo que le paso a mi hermana, uno va donde la guerrilla, le comenta el caso, y que ellos se encargan de investigar y si hay culpable ellos lo matan. Peor uno no va a esas cosas, porque por ejemplo andar o tratar con esa gente, a uno me da miedo.

Después del suceso: Con él si hubo distanciamiento, porque amigos del marido de mi hermana no hay amistad. Ni con la familia de él. Nada. Nosotros somos 6 mujeres y ella era la última. Mi mama aun sufre, cada que ve el cuadro de ella llora.

Apoyo: nada, nosotros vamos a talleres así, pero no a sentarnos así que a hablar con la psicóloga pues no.

Relación con chiyangua: pertenezco a la fundación, doña Teo si nos apoya mucho. Yo pertenezco es a ASOAGROPESKI, y ella nos ayuda a cualquier información, cualquier proyecto, somos un grupo de pesqueros. Pertenece hace como 16 años, ha tenido sus fuerzas, que sus debilidades y ahora otra vez está cogiendo fuerza. Allí tenemos una barca donde se sale de pesca a la bocana, se va de faena, paran unas semanas y de repente se van. Cogen corvina y todo pescadito que agarraban, y lo vendían a una pesquera. Es un tipo de proyecto productivo. En esa época estábamos como 20... 21... pero ahora hemos quedado como 16... 17 por el mal manejo, algunos no están de acuerdo con lo que dice el uno, que el otro y por eso se han ido saliendo.

La fundación es como un apoyo, si necesitamos algo nos da que alguna información, siempre está allí pendiente de una, que una reunión. Yo ahora es que vengo a trabajar con ellos, porque estuve un buen tiempo en el Valle, trabajando en casa de familia, y pues vine aquí, empecé con mi propio esfuerzo y ya después fui aprendiendo más, con ella llevo como dos años fuerte. Pero de conocerla mucho más.

Experiencias: son bien, porque aprende uno más. Por ejemplo, esos talleres que dan de violencia basada en género, esos talleres son buenos, porque algunas cosas que no se sabían como que las aprenden, que es violencia, que es una cosa, que es otra.

Prevención: Difícil, pero creo que capacitaciones, capacitar a la gente. Que, así como nos capacitan a nosotras las mujeres, así también debería haber capacitaciones pa los hombres, para que ellos también se den cuenta de muchas cosas que no saben, porque muchas veces también la gente hace las cosas por falta de conocimiento, como para que no hubiera maltratos hacia las mujeres, y todas esas cosas, como la igualdad.

Aquí que yo me de cuenta no. Que el hombre es más difícil, porque ellos dicen que van a perder el tiempo en una reunión, en cambio ellos se van al monte y algo les queda. Ellos le dicen a uno, ustedes que todo el tiempo en talleres, y a ver que le traen a uno, cuenten pues. Porque ni pal jabón, así a veces nos dicen... Nosotras siempre en los talleres decimos así, que un domingo que ellos no van al monte ni van a pescar, citarlos a ellos a uno reunión y darles una capacitación para que ellos entiendan también, porque hay muchos que no las dejan ir a muchas a las capacitaciones.

Estado: Que vivamos en Paz, que esos casos de violencia no, que vivamos en armonía trabajando, yo pa expresarme no soy muy bien, no soy muy buena, pero eso sí. El Estado no, no se ve. Por lo menos acá lo que veo que el adulto mayor, familias en acción también, y lo de ahora con la pandemia a unos le dan iba o

ingreso solidario. Por lo menos a mi no me han dado ninguna ayuda, pero hay algunos que sí. Es lo único que yo veo de Estado acá.

Aporte a la Paz: Por lo menos he escuchado que ha que firmado un acuerdo, que habían llegado a un acuerdo con la guerrilla, pero yo no veo ningún resultado, hasta ahora. Porque digo, yo en mi ignorancia que para hacer un acuerdo debería ser entre todos los grupos, porque eso que con uno solo no se hace nada.

Relación con Chiyangua: Con la fundación tenemos que una ruta, ruta de apoyo, que una escuela de formación, esta eso, que por lo menos que una mujer maltratada, que tener donde acompañarla, donde llegue, y también, que más o menos a donde uno puede acudir, que para poner una denuncia o que otra cosa, que son conocimiento para uno. A veces a la gente le pasan las cosas, y no saben donde acudir.

Ahora me esta involucrando es doña Teo y las otras personas porque yo de eso casi no sé, pero estoy aprendiendo. Con la asociación también andamos, que con talleres. Doña Teo hace talleres, nos invita a todas las asociaciones y nosotros vamos. En eso apoya que FOCUS y nos ayudan para ir a los talleres, que nos dan que la gasolina, que pal transporte, la comida, en todo eso nos apoyan.

Antes cuando yo estaba más muchacha yo veía que acá en Quiroga había una inspección, había un inspector que por lo menos si había un caso, el inspector era el que se encargaba. Ahora ya no hay inspección de policía, pasa un caso, y toca esperar que aquí a que vayan a Guapi y que lleguen, ya acá han hecho y deshecho, hacen lo que quiera. Ya hace unos años han quitado eso, el ultimo inspector fue mi papá y eso fue hace un poco de tiempo, eso ya tiene unos 5 años y más, ni inspección ni nada, ni aquí en Quiroga, ni Limones, ni Juanico que queda más allá. Pasaba algo y el inspector iba hasta allá. Ahora toca hasta Guapi y con las pruebas y todo pueden hacer lo que quiera mientras llegan. A veces uno dice en los talleres, porque eso es necesario aquí para la comunidad que, si hay un caso, el inspector va allá, va tomando fotos y se sabrá bien, pero ahora la gente va borrando las cosas, y todo se queda así.

INTERLOCUTORA 4

EDAD: 40 AÑOS

ESTADO CIVIL: SOLTERA

HIJOS: 5 HIJOS

NIVEL EDUCATIVO: BACHILLER

PROFESIÓN: OFICIOS VARIOS

Como define el tipo de violencia: para mí la violencia es todo lo que afecta a la persona, hay tantas violencias que uno ya ni sabe cómo explicarla, uno la vive día a día, la ve todos los días, la violencia nos

afecta, aunque nosotros queramos, y más en este país en donde uno desde que se levanta ya está sintiendo y viendo la violencia por todas partes

Suceso: sí, soy víctima de desplazamiento forzado eso fue para el año 2013, nos tocó salir de la vereda e irnos para el pueblo, pero mirando la atención que nos dieron, que los niños se empezaron a enfermar, porque no teníamos un lugar limpio donde quedarnos y también lo de la comida, entonces nos reunimos todos los de la comunidad y hablamos de la situación y nos regresamos para la vereda, dijimos ¡que nos maten a todos! Después de seis días nos regresamos, la pastoral social y la alcaldía nos ayudaron y pues ahí nos regresamos, entonces con esa fuerza nos devolvimos, dijimos ¡si nos van a acabar a todos, pues que nos acaben allá! Porque no es justo irse a un lugar – yo siempre he dicho dejar su tierra e irse a un lugar a pasar necesidades y con hijos eso es muy duro – entonces nosotros en la comunidad sembramos y tenemos lo que necesitamos

Como era su vida antes: era muy tranquila, porque yo trabajo mi tierra y estaba pendiente de mis cosas, de mis hijos, uno sabía de la presencia de la guerrilla, ellos pasaban por ahí, y nunca molestaron o dijeron algo, no, si uno no se metía con ellos, ellos no le hacían a uno nada, pero ese día la verdad no sé qué paso, solo nos dijeron que, si no nos íbamos pues que nos iban a matar a todos, eso es algo inexplicable, pero así paso y eso definitivamente nos cambió la vida

Apoyo o asistencia: pues nosotros declaramos y nos reconocieron como víctimas y si, nos llega una ayuda cada seis meses, pero si nos llega una ayuda, también pues uno espera un poco más, Hay mucha esperanza, mucha, nosotros como comunidad aún tenemos fe de que el gobierno se dé cuenta que necesitamos muchas cosas, yo, por ejemplo, espero que aquí haya una universidad, ya que no cuento con los recursos para ir a estudiar a otro lugar y menos para enviar a mis hijos, entonces si me gustaría mucho que hubiera una universidad, eso sería muy bueno para la comunidad.

Llegada a la Fundación: ya hace más de seis años, por medio de la representante, ella entro en contacto con unas personas de la comunidad y ella mirando la dificultad de la comunidad y las necesidades, ella empezó a hacernos el llamado y también por lo que nos pasó del desplazamiento eso también fue como un motivo para organizarnos y así además de estar con doña Teo, también hemos creado nuestra propia asociación de mujeres ya en nuestra comunidad sobre todo para proyectos productivos, entonces así trabajamos digamos así local y después también trabajamos con doña Teo, así es como llegamos a la asociación

Experiencia: pues, mucho conocimiento, demasiado conocimiento porque de igual manera anteriormente yo estaba bien cerrada bien ciega, entonces a través de las invitaciones y la participación en la fundación a uno le queda mucho conocimiento y pues que de igual manera los proyectos de nosotros han crecido más porque uno participa en las reuniones y así uno tiene ese conocimiento de cómo es que uno tiene que hacer las cosas, como esa ruta a seguir

Papel del gobierno: El hecho de que se firmó una paz por allá quien sabe dónde, no quiere decir que aquí todo es bonito, aquí la violencia sigue, día con día la violencia está ahí y como siempre las mujeres fuimos y seguiremos siendo las más afectadas, eso no va a cambiar

Idea de paz: el trabajo que hacemos en la fundación aporta a la paz, porque mire que uno adquiere conocimiento uno así puede decir mire mi comunidad necesita esto o aquello, como podemos actuar, entonces ya uno tiene como menos miedo, además porque El hecho de que se firmó una paz por allá quien sabe donde, no quiere decir que aquí todo es bonito, aquí la violencia sigue, día con día la violencia está ahí y como siempre las mujeres fuimos y seguiremos siendo las más afectadas, eso no va a cambiar

Porque si nosotros nos quedamos callados, pues uno no se va a dar cuenta de lo que pasa, La guerra nos ha transformado, pero no para mal, nos ha transformado para mostrarle a los demás que nosotras somos luchadoras y que, aunque la violencia nos ha afectado mucho, seguimos siendo fuertes

Sobre la memoria: líder social – es demasiado difícil, porque en primer lugar uno tiene que ganarse la confianza de la comunidad, luego mantener esa confianza ante la comunidad, porque no falta el que dice que uno se está aprovechando de lo que hace para llenarse de plata y así, que todo lo que llega se lo agarra uno y pues por otro lado están los grupos armados, ellos siempre están ahí pendientes de que uno hace, de que es lo que uno recibe, de que es lo que uno habla, porque si uno llega a decir algo en contra de ellos, pues ahí ya se está metiendo en problemas y como usted sabe uno hasta la vida la pierde, entonces es muy difícil ser líder social.

INTERLOCUTORA 5

EDAD: 45 AÑOS

ESTADO CIVIL: CASADA

HIJOS: 3 HIJOS

NIVEL EDUCATIVO: UNIVERSITARIO

PROFESIÓN: PROFESORA

Suceso: claro que he sido víctima del conflicto, porque hemos enfrentado muchos sucesos a diario, inclusive en estos momentos el solo hecho de vivir esta guerra absurda y estar ahí en medio como mujeres ¿para defender a nuestros hijos para que no se los lleven, defender nuestros derechos, entonces si soy víctima del conflicto, porque familiares cercanos a mí se los han llevado y los han desaparecido o los han matado, eso nos ha afectado mucho

Dificultad después del suceso: vivir acá es de mujeres verracas, primero que todo el solo hecho de vivir aquí nomás en la costa ya se nos vulneran los derechos, porque realmente tenemos una vida medianamente digna, pero en realidad carecemos de muchas cosas, de servicios básicos como la energía, el agua y así,

tener un empleo como mujeres es muy complicado, las oportunidades por más que uno se prepare son muy mínimas

Apoyo o asistencia: yo no soy reconocida por el estado como víctima, entonces en ese sentido del estado como tal no he recibido ningún tipo de ayuda

Llegada a la Fundación: yo llego a la fundación por medio de una beca que me gane para estudiar, beca que también se ganó Teófila, ahí fue que la conocí y comencé a escuchar sobre la fundación y lo que hacían en las comunidades, con las mujeres, de esa forma fue que me acerque a la fundación

Experiencia: ha sido muy buena, mire que el trabajo que hemos realizado nos ha permitido trabajar para ayudar a mujeres que han sido víctimas del conflicto, ahí aprendimos a como ser tratadas, a dar esos primeros auxilios sobre todo psicológicos que necesitan cuando son desplazadas y no tiene a donde llegar

Papel del gobierno: sabemos que el estado siempre se acomoda a sus beneficios, el estado no es un estado equitativo, entonces nosotros luchamos y peleamos con el estado para medio defender nuestros derechos, es una lucha que hacemos a diario, pero como que en realidad esperamos algo de ellos, no,

Idea de paz: este trabajo que nosotras hacemos le aporta mucho a la paz, porque cada semillero que se empieza a construir, lo que ayuda es que las madres empiecen a defender a sus hijos, ayudarse a empoderarse, tanto que muchas han logrado enfrentarse a las situaciones difíciles con mucha fuerza, entonces podemos decir que muchos de nuestros hijos aun continúan con nosotras es porque el trabajo que nosotras hacemos ha valido la pena, y cuando usted le quita un hijo a la guerra le está apostando a la paz del país

Sobre la memoria: Para nosotras como colectivo, como mujeres es muy importante contar lo que ha sucedido en nuestros territorios, porque nosotras vivimos, muchas en carne propia lo que ha sido el conflicto armado y como eso nos ha afectado, ¿quién más que nosotras para contar lo que sucede realmente en nuestros territorios? Si nosotras no hablamos de lo que paso, nadie la va hacer por nosotras, si callamos nuestra voz se apaga y es como si nunca hubiera pasado nada

INTERLOCUTORA 7

EDAD: 52 AÑOS

ESTADO CIVIL: SOLTERA.

HIJOS: 5 HIJOS

NIVEL EDUCATIVO: BACHILLER.

PROFESIÓN: INDEPENDIENTE

Como define el tipo de violencia: Yo creo que la violencia es una conducta, no, es una conducta especialmente de los seres humanos que agrede y lesiona la dignidad de las personas, entonces más allá de

ser una agresión física, psicológica y esto, es una agresión prácticamente a la humanidad de la persona. Para mí eso es lo que define el termino de violencia hacia los humanos. Existen diferentes clases de violencia, pero en el fondo de todo yo considero que esa es la violencia realmente lo que afecta la dignidad de la persona.

como hay diferentes formas de violencia, manifestaciones de violencia, empezando por la violencia intrafamiliar que es como la más histórica, desde pequeños, hasta el momento de tener la pareja, de hacer su vida de hogar y esas múltiples violencias, digamos desde la violencia doméstica, pues ahí es donde se legitiman otras prácticas de violencia. Pero tambien reconozco que hay otra violencia , como la violencia del estado, de la falta de política social, de garantías de derechos humanos y la violencia que vive el país, digamos ya la violencia armada, toda la militarización del conflicto armado, por cuestión de los enfrentamientos entre los grupos al margen de la ley y los grupos armados del estado, pues de todas esas violencias es imposible que no nos toque y en el caso de las mujeres campesinas indígenas y negras hemos sido permeadas por múltiples violencias, entonces digamos que la lista es muy grande.

Suceso: Si yo creo que en Colombia prácticamente si, somos todos los colombianos los que hemos sido víctimas, pero asi que se haya reconocido el hecho y todo esto, fui víctima de desplazamiento forzado, digamos que no solamente las personas de carne y hueso hemos sufrido, tambien las personas jurídicas, las empresas y todas las formas de organización social ha sufrido la violencia, pero en el caso concreto de nosotros por lo menos reconocida por las instituciones legales del estado es el desplazamiento forzado que vivimos

Dificultad después del suceso: Pues es muy duro, porque digamos uno se pone a analizar, y uno dice ¡carajo! Como hace uno para sobrevivir a tanta cosa, pero, realmente la vida se cambia porque, primero el arraigo por la tierra, o sea nosotros los campesinos no somos andariegos, no somos nómadas, nosotros nos establecemos y empezamos a producir y nosotros soñamos, si por ejemplo sembramos un árbol maderable, esperamos cosecharlo en 60 años, si, entonces si estamos cuidando la quebrada, es porque la queremos para nosotros, para nuestros hijos, para nuestros nietos, y uno ve la vida o sea muy quieta en un mismo lugar y siempre en armonía con la naturaleza y que uno está trabajando ahí y que ahí va a morir, y ahí van a quedar los hijos y los nietos, porque eso es como una cadena que se hereda. Entonces cuando llegan esas situaciones, pues el desapego, el desarraigo es muy doloroso porque todo es simbólico, uno ahí tiene, que el perro, la vaquita, la gallina el pajarito, el árbol, el cultivo todo, entonces todo eso es doloroso porque a pesar que de pronto económicamente para gente dice, no pues que tanto es dejar ese rancho alla tirado y todo eso usted lo vuelve a conseguir – no es tan fácil – porque es un valor simbólico que tiene uno de sus espacios de la quebrada, uno se vuelve como familia y entonces cuando le dicen a uno –te tienes que ir- y uno sabe que definitivamente se tiene que ir pues es muy duro y que además están todos sus sueños, sus proyectos de vida y toda su fuerza laboral, entonces pues porque la mayoría de campesinos acá en estos contextos en Colombia

no tenemos la maquinaria y la grande industria, entonces todo es muy artesanal, entonces, toda nuestra fuerza laboral la hemos depositado ahí, y todas nuestra secuelas de nuestro desgaste físico, se nos han quedado ahí. Entonces cuando le dicen a uno –se tiene que ir – uno siente que perdio todo el tiempo, que perdio todo el contacto con el sitio simbólico el territorio, que yo soy de ahí de la vereda y se rompe tambien toda la parte de sus relaciones con los demas, uno siempre tiene una red social, entonces que el presidente de la junta de accion comunal, que los compadres, que los vecinos, uno se vuelve prácticamente familia y uno es alguien ah, porque todo el mundo lo conoce, entonces es muy bonito porque todos nos conocemos y compartimos, y todo eso se rompe, tiene uno que salir y la vida se le cambia a uno completamente, que despues de uno nunca sentirse pobre, uno se siente rico porque lo tiene todo en el campo y al salir del territorio uno queda totalmente empobrecido, uno pierde todo, incluyendo la salud, porque esa es la primera afectación que uno sufre, porque sufre emocionalmente, entonces la vida se le transforma a uno, empiezan a aparecer muchas enfermedades, tambien aparece mucha pobreza extrema, uno se siente que su dignidad es atacada, uno se siente humillado, pues porque uno dice ¡juepucha! Todos los días yo ordeñaba la vaca y tenía mi vasito de leche, para despues uno no saber cómo alimentarse ni como alimentar a su familia, si, y tener que tambien soportar la indiferencia de la gente y como la sociedad es asi, entonces al salir de sus territorios uno llega y uno tiene que mantener como la frente en alto, y se expone uno tambien a que otros grupos de delincuencia organizada, a muchas propuesta y más uno de mujer, como mujer es muy duro, porque por ejemplo en el caso mío yo salí muy joven de mi tierra y con mis hijos y mis sobrinitos y eso, entonces mis hermanitos tambien, entonces a uno le hacen propuestas indecentes, ya como que le dicen a uno ¡mire, si usted necesita dinero, yo le puedo colaborar! Si, entonces uno sabe que lo que le dicen a uno es vamos a tener sexo y que uno se vuelva prostituta y cosas asi, pero entonces uno comienza a cuestionar sus valores y eso es muy humillante porque se siente uno miserable, porque al no tener como defenderse y tener que llegar uno a esos extremos es muy duro, lógicamente es como le digo, hay que mantener la frente en alto y hacer resistencia a eso, porque de todas maneras hay que aguantar hambre, hay que sufrir mucho y uno no pierde sus valores y eso digamos, esos momentos de resiliencia le dan a uno como la tentación dice uno –pero este es el camino más fácil de solucionar un arrendo- sí, y no solamente en el caso de uno como mujer, como protectora de la familia, sino tambien se le acercan a los hijos de uno y entonces lo mismo, propuestas indecentes, cosas así que van arrastrando a las familias, que las van desintegrando, que las van atacando. Si el núcleo familiar sale unido, por el camino se van perdiendo los miembros, entonces son vainas muy duras, que muchas mujeres, muchas familias han soportado. En el caso mío, gracias a dios, yo he resistido muchas cosas y uno dice ¡juepucha! En qué momento me zafé de las garras de todo eso, de lo que le puede pasar a uno, y ya pues como le digo, a estas alturas y uno mirando al pasado uno dice ¡hijumadre! O sea uno, todo ese dolor que uno sufre, todas esas cosas, todas esas tentaciones, todas esas necesidades lo transforman a uno totalmente, uno se vuelve como un roble, uno se vuelve fuerte y en el caso

mío dije, no, yo voy a luchar, yo sigo siendo la misma aquí y en donde sea, yo voy a seguir luchando, voy a sacar mi familia adelante, yo no tengo porque arrastrármele a nadie, yo tengo es que seguir adelante y sobre todo guardar el silencio, no, de todo lo que le pudo haber a uno pasado, entonces esas cosas, todo ese dolor que uno lleva, a uno lo vuelve fuerte, y con ese mismo dolor pareciera que fuera el combustible que lo mueve a uno, y uno dijera ¡voy a recuperar mi proyecto de vida! O sea eso es como volver a nacer, uno hace como una sanación interna, porque de todos modos el cuerpo lo expresa, pero lo seres humanos somos fuertes y aprendemos de eso, desafortunadamente algunas familias no lo logran, pero a la larga uno mira que muchas veces en esas condiciones, uno mira que la solidaridad se desborda, cuando uno es víctima, entonces uno siente esa necesidad de comprometerse, de ayudar al otro, entonces uno siente que si uno se salvó del naufragio, entonces uno también quiere que los otros se salven y ayudarlos a pasar.

Uy! Es que nosotras, yo si reconozco que la parte maternal, digamos la parte femenina, pues como sexo no es tanto porque prácticamente somos iguales, pero en la parte de la cosmogonía nuestra como femeninas como maternas, o sea nos nace como la mática, como producir, conservar y proyectar la vida, entonces yo creo que esa es la diferencia entre los hombres y las mujeres, porque nosotras le ponemos mucho peso a esa responsabilidad, o sea eso es una responsabilidad moral y eso es como algo de uno que le nace hacer por el otro, entonces yo creo que no fue en vano que nos pusieron vagina, el vientre, ese útero está ahí es por algo, entonces la cuestión es que nosotras siempre buscamos hacer muchas cosas para sacar adelante nuestro fruto, entonces yo creo que por eso nos afecta más la situación, la violencia, porque en la medida que la violencia afecta a un hombre, el no tiene útero, el no engendro, o sea el no amamanto, entonces yo creo que al hacer nosotras de todo, a nosotras nos toca, producir, reproducir y acompañar todo el bienestar de esa familia, en cambio el es solo proveedor, de producir económicamente algo, pero no más, mientras que uno le toca que ser de todo en la casa, ser modista, ser enfermera y ser hasta maestra, ser cuidadora no solo de la familia, sino también, de la vaca, del pollito, del perro, entonces yo digo que esa cuestión maternal femenina, nos diferencia totalmente de los hombres a pesar de somos personas, somos iguales, lo que os diferencia como ya se lo dije es esa cosmogonía, esa forma en que nosotras vemos el mundo y lo vivimos, porque nosotras somos las reproductoras de vida.

Apoyo o asistencia: No, como le digo depende de cómo ocurrieron los hechos, en Colombia es apenas reciente lo que se ha hecho respeto al desplazamiento, lo que pasa es que a cada quien le llega en un momento de la historia, entonces por ejemplo a mi papa le todo la época de la violencia cuando estaban en esa guerra de los liberales y los conservadores y nosotros no vivimos eso, y supimos de eso, porque era el quien nos contaba todo que había sucedido en esa época, que él tuvo que vivir esa historia, tuvo que pasar esos tragos amargos. Pero después a nosotros nos llegó otra violencia, aunque yo creo que es la misma violencia solo que reencauchada solo que ya con otros actores y pues ya la vida de nosotros era diferente, porque ya no estábamos chiquitos, ya estábamos más grandes, ya como proveedores manteniendo una familia. Ya

entonces en este nuevo escenario donde ya hay otra nueva guerra, se empieza a generar todo un marco jurídico, la nueva constitución, eso crea un marco histórico distinto a otros y empezamos a hacer toda una serie de incidencias para logra tener un amparo, porque otras leyes, esas leyes del pasado ya no aplicaban para nosotros, ni las instituciones, digamos que como en cada gobierno la gente es diferente, las instituciones tambien cambian, unas llegan nuevas, otras desaparecen, otras son reencauchadas, eso siempre va a depender de la situacion social del país y de las necesidades de los colombianos, porque cuando empiezan a aparecer los problemas, nosotros las víctimas, empezamos a hacer visibles los problemas y es asi como tambien aparecen organizaciones sociales que tambien se encargan de acompañar los procesos

Las instituciones van y vienen, pero por ejemplo en el caso de la iglesia, esa permanece esa no desaparece, ella en el tiempo es mas permanente, entonces digamos que esos son como los salvavidas que aparecen y en la historia ahí es donde uno trata de respirar un poquito y gracias a esos procesos, a esas instituciones que no se cambian, es uno finalmente logra tener una ayuda y tambien de ayudar a los demas

Llegada a la Fundación: nosotros como organización somos una organización que viene trabajando en el territorio desde 1994, nosotras ya nos conocíamos el territorio y los grupitos chiquitos que estaban en las riveras del rio, en todo lado teníamos un granito de arena, pero nosotros no teníamos esa estructura organizativa, no, mas era de la palabra, mas era de contarnos las cosas

Papel del gobierno: gracias a dios tenemos una legislación nueva, desde la constitución tenemos unas leyes un marco jurídico que nos ampara y las organizaciones se han fortalecido mucho en derechos humanos y dentro del proceso actual la legislación ha buscado general leyes que nos amparan

ya ha habido unos acercamientos entre el gobierno y los grupos armados para una negociación para un cese de hostilidades y entre comillas, “respeto involucrar a la población civil” sin embargo en territorio eso no se respeta, ¡eso es en el papel! Pero en la realidad sigue ocurriendo

porque hay grupos que aunque están hablando con el gobierno de todos modos hay quienes no les satisface la oferta que les hace los gobiernos y como los gobiernos tambien cambian, entonces la esperanza que tenemos nosotros es que en este proceso que llevamos de guerra y ojala que pronto termine pues lleguen a una tregua y pues se acabe esa guerra, para que podamos todos los campesinos y los indígenas y todos los desplazados retornar a nuestros territorios y no seguir sufriendo y perdiendo nuestra cultura y empobreciéndonos, porque estamos es empobrecidos

Sobre la memoria: El silencio es lo que nos hace sobrevivir a los actores armados que nos persiguen y en una sociedad como la nuestra tambien es mejor guardar silencio para no ser estigmatizado, porque las personas piensan que es que uno sale del territorio es porque uno es malo y no es asi, porque la sociedad no está preparada para entender lo que le sucede a las personas y porque es que estamos dejando nuestro territorios

nosotros estamos es aportando a la reconstrucción de la memoria, siempre que existen estos conflictos armados la memoria se destruye, se oculta y nos desaparece, todos los movimientos llámese raizales, negros, campesinos, indígenas desaparecen con la guerra, hay una necesidad de borrar esa huella

nosotros a través de la reconstrucción de todos estos testimonios, es como le mostramos al mundo que nosotros existimos, yo estuve! ¡Aquí vi! Eso nos permite reconstruir la historia

nosotros los que vivimos esta historia tan trágica, lo que hacemos es reconstruirla la historia para heredársela a las generaciones futuras, para que la historia se reconozca con sus autores, con quienes la vivieron como era, que sea una historia verdadera, no una historia mal contada, ni borrar lo que ocurrió, que se sepa la verada e lo que paso

es muy bonito, porque cuando se cuenta todo como ocurrió, se cuenta la verdad, se legitima esa verdad, para nosotros reconstruir la memoria es la posibilidad de contar nuestra propia historia, de contar la verdad de lo que ocurrió y muchas de las cosas para que no vuelvan a repetirse, porque muchas veces las personas por no conocer lo que sucedió la historia se vuelve a repetir, lo que uno quiere es que esa historia se consolide y que los hijos de uno, los nietos la conozcan y que nunca jamás en la vida la vuelvan a repetir, porque eso es atraso, es destrucción

No ha sido fácil, porque pareciera que existen sectores que no quieren que se sepa la verdad, en muchas regiones del país, no se quiere que se sepa que el conflicto llegó a la región, por ejemplo, aquí en el Amazonas, no se quería que se supiera que aquí llegó la guerrilla, que los grupos armados estaban en el territorio, aquí los grupos nos desplazaron y era como una cosa de decir ¡no es que aquí no pasa nada! Y que aquí todo es paz y que aquí todo es ambiente, entonces cuando nosotros hablamos, nos ha servido para que nosotras contemos la verdad

si se borra la verdad, si se oculta lo que sucedió se queda a merced de que la guerra se fortalezca, porque la sociedad no se da cuenta de lo que está pasando, de la realidad, entonces es muy fácil volver a repetir los mismos errores, no conocer la historia permite que esas prácticas violentas se vuelvan a repetir

cuando se conoce la historia, hay un grado fuerte de prevención y resistencia

INTERLOCUTORA 8

EDAD: 41 AÑOS

ESTADO CIVIL: SOLTERA.

HIJOS: 2 HIJOS

NIVEL EDUCATIVO: BACHILLER.

PROFESIÓN: OFICIOS VARIOS.

Como define el tipo de violencia: pues yo creo que la violencia es todo ese maltrato no solo físico sino también psicológico al que las personas se ven sometidas en algún momento de la vida, la violencia hacia las personas se da de muchas formas, no solo son los golpes o lo que uno conoce como violencia física, sino también están esas violencias que lo afectan a uno en la mente en el pensamiento y que le provoca a uno efectos negativos, si me entiende, como por ejemplo, cuando una persona es secuestrada, le están quitando la posibilidad de llevar una vida normal, le están quitando la posibilidad de estar con su familia, con sus amigos, y eso afecta le mente de la persona, porque eso le queda en los recuerdos, en la memoria para siempre y situaciones como esas son muy difíciles de superar, por eso digo que hay muchas violencias.

Suceso: sí, yo fui víctima de desplazamiento y amenazas. Yo soy del interior del país, y allá donde yo vivía, uno siempre ha sabido que hay guerrilla, pero la verdad, a nosotros no nos había tocado como enfrentarnos directamente con ellos, si me entiende. Entonces un día llegaron a la finca y le dijeron a mi papa que él tenía que darles de comer y dejar que se quedaran ahí en la finca, mi papa pues no vio de otra sino dejarlos, y así fue durante un tiempo. Pero resulta que después paso por la finca el ejército y estuvieron dos días ahí en la finca, y entonces no sabemos cómo, yo supongo que la misma gente de por ahí, le dijo a la guerrilla que nosotros habíamos recibido a gente del ejército y fueron hasta la finca los guerrilleros y nos dijeron que nosotros éramos colaboradores del ejército, y que eso no debía ser así, fue entonces cuando le dijeron a mi papa, que como muestra del apoyo de nosotros a su causa mi hermano y yo debíamos irnos con ellos, que si no era así, pues que nos iban a matar a todos. Pues mi obvio no quería que nosotros nos fuéramos pal monte con esa gente, entonces mi mama tenía unos familiares aquí, y los llamo y les conto lo que estaba pasando, y mi tía le dijo a mi mama, pues que nos viviéramos para acá, y así fue, mi papa y mi mama agarraron lo que más pudieron, y salimos de una de allá, eso ya hace unos 26 años, yo me acuerdo que para esa época tenía quince años y mi hermano tenía catorce y mi mama estaba embarazada. Y así fue que nos tocó salir de allá y llegamos aquí.

Como era su vida antes: era muy buena, era muy tranquila, como le digo sabíamos de la guerrilla pero hasta ese momento todo estaba bien, mi papa se dedicaba a la agricultura, tenía maticas de plátano, de café, mi mama también cultivaba frijol y arveja, yo estaba estudiando ahí en la escuela del pueblo, todo era muy bueno sabe, uno ni se imaginaba que cosas como estas le podían pasar a uno, pero nos tocó, eso fue muy triste, yo siempre he pensado que a mi mama y a mi papa les dio muy duro dejar la territa, y creo que hasta cuando mi papa murió, él no logro superar eso, él siempre hablaba con nostalgia de cómo era el trabajo allá, yo creo que al que más duro le dio todo esto fue a él, porque a la larga mi hermano y yo estábamos muchachos y para uno es más fácil adaptarse a un nuevo lugar, mientras que para ellos fue dejar toda una vida allá y empezar otra en otro lugar, diferente.

Dificultad después del suceso: mire yo creo que lo más difícil para cualquier persona que tiene que salir en las condiciones en que nos tocó a nosotros, es tener que aprender a vivir en un lugar nuevo, conocer otras

personas, otras costumbres, sin embargo en mi caso, siento que no ha sido tan difícil, porque gracias a dios, yo pude por lo menos terminar el bachillerato, y mis hijos están estudiando y he podido trabajar, nadie dice que es súper fácil, pero no ha sido imposible aprender a vivir en este lugar, uno no deja de sentir cierto temor, porque aquí también hay guerrilla, y eso genera miedo, pero uno tiene que salir adelante, no solo por uno sino sobre todo por los hijos, hay que levantarse todos los días y seguir trabajando, seguir luchando, por al final pues la vida continua, si me entiende.

Apoyo o asistencia: pues mire que cuando recién llegamos aquí, no sabíamos nada sobre eso del reconocimiento de las víctimas, inclusive mi papa decía que era mejor mantener el silencio, porque si no podían llegar más problemas, pero después eso ya hace unos ocho años, fue que yo empecé a conocer sobre las reparaciones a las víctimas, entonces nosotros, ya mi papa había fallecido, nosotros fuimos a declarar para que nos reconocieran pues como víctimas del conflicto, de eso como le digo ya hace ocho años, eso sí lo ponen a voltear a uno, que con papeles que una cosa, que otra, pero lo conseguimos y si nos dieron un reconocimiento, o sea una plática y se supone que nosotros podemos volver a la finca con eso de la restitución de tierras, pero mi mamá no quiere y yo tengo mi familia aquí y mis hermanos pues no sé, si ellos quieren volver, por mi parte prefiero seguir aquí.

Llegada a la Fundación: cuando comenzó todo eso del reconocimiento y de la restitución de tierras, yo conocía una vecina que conocía a doña Nelsy y ella me comentó que ella trabajaba con las mujeres y todo eso, entonces yo empecé a asistir a las reuniones y así poco a poco me fui metiendo en esto de eso ya hace unos seis años creo.

Experiencia: para mí ha sido muy bueno, mire que uno en estos grupos se empapa de muchas cosas que antes uno desconocía, como por ejemplo los derechos de las mujeres, a que nosotras podemos acceder a la educación mucho más rápido por ser víctimas, pero yo creo que lo más importante es que uno aquí aprende a conocer su propia realidad, a ser como siempre decimos mujeres más empoderadas, si me entiende, aquí en la asociación todas somos bienvenidas y el trato y la ayuda ha sido muy buena.

Papel del gobierno: pues mire que a pesar de que nosotros como le dije fuimos reconocidos por el gobierno, uno en el fondo sabe que el problema aun está, por ejemplo, eso de los diálogos de paz, mire que aquí eso no se ve, eso por aquí no paso, porque aquí la violencia es de siempre, aquí todavía matan gente, se desaparece gente y peor teniendo la frontera, la problemática del narcotráfico y ese problema de que las muchachas se las llevan para prostituirse, eso es muy jodido. Por aquí solo pasa el gobierno cuando realmente le conviene, como ahora en época de elecciones, ahí si salen todos los políticos a ser amigos del pueblo, pero pasa eso y ellos se desaparecen. El gobierno siempre se hace el de la vista gorda, como que aquí no pasa nada y venden una imagen de la región como si esto fuera el paraíso, pero la verdad es otra, aquí hay muchos problemas y eso el estado no lo reconoce.

Idea de paz: mi idea de paz siempre he creído que está en la educación, si los muchachos están bien educados, van a tener oportunidades, van a poder salir adelante y no van a tener la necesidad de hacer cosas equivocadas, por eso a mis hijos les insisto que estudien, que es lo mejor para su futuro, por eso como le digo si el gobierno invirtiera más en educación muchas de las cosas que pasan hoy en día, pues no estarían pasando, si me entiende, invertir en educación pienso yo es invertir en la paz.

Sobre la memoria: al principio yo tenía la misma idea de mi papa, que era mejor quedarse calladito y no contar nada de lo que sucedió, pero realmente es una idea equivocada, nosotros creo, estamos en la obligación de contar la verdad, de decirle al mundo ¡mire aquí está pasando esto y aquello! Si la gente o sea las víctimas no hablan de lo que paso, como entonces nos van a reconocer, tenemos que contar lo que nos pasó, así nos duela por momentos recordar, pero debemos darnos cuenta que es la realidad y que cuando narramos nuestras experiencias es que hacemos memoria y apostamos a la construcción de la verdad, y eso ayuda y creo que mucho a que no se repita otra vez todo eso tan trágico que han tenido que vivir muchos, miles de colombianos

INTERLOCUTORA 9

EDAD: 52 AÑOS

ESTADO CIVIL: UNIÓN LIBRE.

HIJOS: 4 HIJOS

NIVEL EDUCATIVO: UNIVERSITARIO.

PROFESIÓN: DOCENTE.

Como define el tipo de violencia: violar los derechos, de la libertad de las personas, afectar a las personas de forma física, todos los maltratos, de esa manera entiendo la violencia, otra violencia podría ser que no cuenten contigo en las actividades que realizan en los trabajos, violar el derecho y la libertad de las personas, los abusos sexuales y todo eso, pues para mí eso es violencia.

Suceso: si yo fui víctima de violencia sexual. Yo recuerdo que eso fue hace mucho tiempo, eso fue en 1986 y fue un grupo armado ilegal

Como era su vida antes: pues como toda persona yo era muy joven, no conocía mucho de la vida y menos tenía una vida sexual, yo era muy joven, muy inocente, la vida en el campo era muy tranquila, uno no tenía preocupaciones

Dificultad después del suceso: yo me enferme mucho y hasta ahora siento mucho dolor. Mi vida cambio porque yo ya no me sentía libre, porque yo me avergonzaba, porque miraba a las otras personas, a las otras

niñas que nunca les sucedió eso, entonces yo me avergonzaba de eso, porque por ejemplo yo nunca le dije a mi papa lo que me paso. Uno siempre cuando le sucede eso, se inclina a ese pensamiento, pues es como doloroso, no se puede superar con el tiempo, porque en una comunidad pequeña todo el mundo sabe Las mujeres tenemos muchas dificultades, porque somos personas indefensas y uno siempre corre ese peligro, porque en cualquier momento le puede suceder algo a uno y uno no sabe cómo defenderse y que hacer

Apoyo o asistencia: si, yo soy reconocida como víctima por parte del estado y soy beneficiaria de los programas y asistencias a las victimas

Llegada a la Fundación: yo llegue a la asociación hace como cinco años, pues fue muy bueno porque construimos la mesa de víctimas y ayudamos a organizarnos, a organizar la mesa directiva y crear grupitos buscando otras personas

Experiencia: yo participe en la mesa nacional de víctimas.

La asociación ayuda a las mujeres, buscando proyectos, como tienen que participar, porque las mujeres tienen participaciones, porque las mujeres tienen que conocer las leyes y sus derechos que les corresponden, que conozcan las leyes de las víctimas, porque son leyes que las cobijan que las atiende y que las reconoce, y a participar en las organizaciones, eso es lo que hacemos en la asociación, a que las mujeres aprendan a decidir a participar, eso es lo que hoy en día yo trato de enseñar

Papel del gobierno: la ayuda del estado casi que no se ve, porque uno necesita una vivienda digna, educación para que los hijos estudien y que puedan tener acceso a la universidad, entonces eso es muy difícil, porque hay muchas problemáticas y tenemos muchas necesidades

Idea de paz: yo pienso que la paz es muy difícil de conseguir, porque en los territorios aún hay muchos grupos ilegales y eso no va a permitir que haya una paz, además mientras el estado no nos ponga atención a nuestras necesidades, pues seguiremos en la misma situación, porque no es solamente que llegue el ejército aquí, sino también que se atiendan nuestras necesidades como comunidad, yo creo que falta mucho para que haya una verdadera paz

Sobre la memoria: es importante, porque una parte en las declaraciones es más que todo para que el estado le crea a uno que uno fue víctima y lo reconozca, entonces uno siempre tiene que declarar, para que lo tengan en cuenta a uno, siempre es importante. Pero por otra parte es muy complicado, porque uno sabe que eso es vergonzoso, porque uno siente que las personas le tienen a uno lastima por lo que le paso, más que todo con las mujeres que como yo fuimos violadas nos avergonzamos de contar

Pero igual contar lo que paso sirve porque entre los sucesos uno se conoce y uno ya siente más confianza y uno no siente ya tanta vergüenza, entonces nos ayudamos a superar eso, para tener libertad, se bota la tristeza y el dolor que uno siente, esa vergüenza que uno lleva, entonces como que uno se libera de ese pensamiento

malo y triste y en mi caso a mí me sirvió, porque no tenía con quien contar, pero eso nos sirve para despejar la mente, para sentirse un poco más alegre, mas acompañada y ya no pensar mucho en eso

INTERLOCUTORA 10

EDAD: 58 AÑOS

ESTADO CIVIL: VIUDA

HIJOS: 5 HIJOS

NIVEL EDUCATIVO: PRIMARIA COMPLETA

PROFESIÓN: AGRICULTURA/OFIICIOS VARIOS

Como define el tipo de violencia: hay muchas formas de violencia, hay muchos abusos, la gente siempre sufre de abusos por ejemplo por parte del estado y tambien de los grupos esos ilegales

Suceso: la verdad yo no en lo que tiene que ver con el conflicto no, pero si he sido víctima de violencia doméstica. Pero si me pregunta sobre el conflicto es más como una violencia, pero indirecta porque uno aquí en la comunidad ha sido testigo de cosas que pasan, de asesinatos, de gente que viene y comienza a hablar con las personas de aquí y esas cosas.

Como era su vida antes: realmente aquí es muy tranquilo la mayoría del tiempo, uno está en sus cosas, en su siembra y uno es muy colaborador con los otros vecinos de aquí de la vereda, todos nos conocemos y nos damos la mano cuando necesitamos de algo.

Dificultad después del suceso: personalmente como le dije yo solo he sido víctima de violencia doméstica, mi primer esposo el me maltrataba y despues me dejo con mis hijos sola, y yo tuve que trabajar para sacarlos adelante, para que estudien y puedan superarse.

En el caso de aquí de la comunidad, hoy en día se ve mucha drogadicción, porque los muchachos están metidos en cosas raras, eso es preocupante porque antes eso no se veía por aquí, despues que mataron a un señor por aquí cerca, lo mataron a tiros, que por sapo, y entonces eso género que unas familias de por acá se desplazaran y se fueran de por aquí y no volvieron más aquí a la vereda, quien sabe dónde estarán, entonces con eso ya uno tiene miedo de salir muy de noche, entonces uno hace sus cositas temprano y se queda en la casa, esas cosas no se veían y vea ahora, todo cambia

Llegada a la Fundación: Eso fue como en el año 2012, pero anteriormente no era una asociación, éramos un grupo de personas que con el tiempo pues fuimos trabajando en talleres y esas cosas y despues fueron llegando más personas, y asi hemos venido como organizarnos, porque es muy difícil organizar tanta gente, porque uno quiere una cosa, los otros otras cosas, entonces es muy difícil

Experiencia: pues en la asociación en general hemos tenido algunos beneficios, porque hemos recibido algunas ayudas, como computadores y material de trabajo, para facilitar el trabajo que se hace.

Papel del gobierno: pues la verdad, la verdad, yo veo que el estado no para bolas por acá, porque aquí en la region hay mucha gente que tiene su violencia, que ha sido abusada y entonces uno se pregunta qué está haciendo el gobierno por ellos, y la mayoría del tiempo lo único que uno oye es que es una lucha para que le paren bolas, para que los oigan, para que les den una ayuda por lo que les ha pasado, pero nada, como siempre seguimos quejándonos, pero uno realmente no puede hacer nada, y pues la verdad así vivimos acá. Uno espera que el gobierno se dé cuenta que los pequeños productores, los campesinos, necesitamos de ayudas, por ejemplo, que nos dieran ayudas con los préstamos con bajos intereses, o sea nadie pide nada regalado, sino que uno quiere poder tener sus préstamos y luego poder pagarlos, porque por ejemplo para poder sembrar pues uno necesita comprar insumos y esas cosas y ahora todo está caro, entonces uno acude a los préstamos para poder sembrar, entonces uno pide ese tipo de ayudas, porque aquí se dan las cosas, pero ellas solas no salen, hay que trabajar la tierra, pero la verdad es que el gobierno nos tiene muy olvidados, esa es la realidad de las cosas.

INTERLOCUTORA 11

EDAD: 54 AÑOS

ESTADO CIVIL: SOLTERA

HIJOS: 1 HIJO

NIVEL EDUCATIVO: PRIMARIA

PROFESIÓN: OFICIOS VARIOS

Como define el tipo de violencia: es algo difícil, yo quisiera que se acabara esa violencia tanto para los hombres como para las mujeres, que se acabara todo eso, que uno viviera en paz, sin nada de violencia, nada de muertes, nada de eso, eso yo le pido mucho a mi dios, que nos proteja de todo eso, porque algún día eso se tiene que acabar y que todos esos malandros los encierren y no los suelten, porque cuando los sueltan ellos vuelven a seguir en lo mismo, porque como decía mi papa “el que tiene mala maña nunca se olvida”

Suceso: Cuando yo era pequeña, tuve que dejar mi casa, dejar a mi familia y venirme para acá, porque en mi casa yo no era aceptada, tenía muchos problemas y había muchos maltratos, entonces no tuve otra opción y cuando yo tenía diez años me vine para acá.

Como era su vida antes: yo era muy pequeña pues deje mi casa desde niña, entonces de lo que me acuerdo es que tenía una vida tranquila una vida de campo, donde no pasa casi nada.

Dificultad después del suceso: dejar mi casa y mi familia desde tan chiquita no ha sido fácil, porque tuve que crecer en un lugar donde no conocía a nadie, y yo no sabía nada del mundo, entonces es como empezar una nueva vida, en un nuevo lugar, no es fácil y ha sido muy duro, pero uno aprende a sobrellevar las cosas y uno aprende a vivir con lo que hay con lo que le toca

Apoyo o asistencia: la ayuda que a mí me dieron fue la gente que me recibio, porque me enseñaron a trabajar y a sostenerme por mi misma, pero otro tipo de ayuda no

Llegada a la Fundación: ¡uy! Llevamos años

Experiencia: pues muy buena, porque se ha tenido la posibilidad de ayudar a la gente, sobre todo con las mujeres, aconsejándolas de que hacer y cómo hacer, uno va aprendiendo cosas, que le sirven de guía y eso es una ayuda muy grande, a mí me gustan muchos las reuniones, porque uno aprende de muchas cosas, en los talleres se aprende, uno aprende de lo que no sabe, todo eso

Papel del gobierno: pues por acá en la ciudad la verdad es que uno casi no ve ayudas o presencia del estado, porque piensan que es que aquí no pasa nada, que, porque aquí solo muestran lo que es el turismo, pero se les olvida lo que pasa aquí, que hay mucha violencia y mucha desigualdad y tambien mucha inseguridad

Idea de paz: pues como le dije antes, que se acabe todo esto, que la gente tenga oportunidad de trabajar, que los muchachos tengan oportunidad de estudiar y que uno pueda estar tranquilo, ir por el rio sin pensar en que algo le pueda pasar a uno, yo le pido a dios que ya acabe con tanta violencia, que se acaben esos enfrentamientos, que no haya más muertes